

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## S U M Á R I O

### Presidência do Conselho de Ministros

Secretaria-Geral .....	196
Instituto da Juventude .....	196
Instituto Português do Património Cultural .....	197
Instituto Português de Arquivos .....	197
Instituto Português de Museus .....	198

### Ministério da Defesa Nacional

Gabinete do Ministro .....	199
Secretaria-Geral do Ministério .....	199
Portaria .....	200
Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas .....	200
4.º Repartição (Pessoal Civil) da Direcção do Serviço do Pessoal da Superintendência dos Serviços do Pessoal (Estado-Maior da Armada) .....	200
6.º Repartição (Pessoal Militarizado) da Direcção do Serviço do Pessoal da Superintendência dos Serviços do Pessoal (Estado-Maior da Armada) .....	200
Direcção da Arma de Transmissões .....	201
Repartição de Pessoal Civil da Direcção do Serviço de Pessoal (Estado-Maior do Exército) .....	201
Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional .....	201

### Ministério da Administração Interna

Gabinete do Ministro .....	201
Secretaria-Geral do Ministério .....	202
Governo Civil do Distrito de Castelo Branco .....	202
Governo Civil do Distrito do Porto .....	202
Governo Civil do Distrito de Viseu .....	202
Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública .....	203

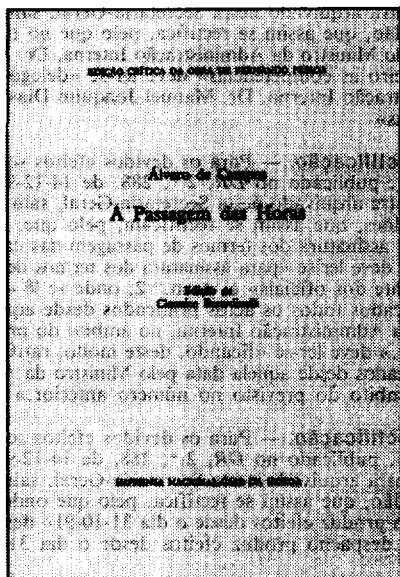
### Ministério das Finanças

<b>Portaria 5/92 (2.ª série):</b>	
Autoriza a constituição da sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário GICES — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A. ....	203
<b>Portaria 6/92 (2.ª série):</b>	
Autoriza a constituição do fundo fechado de investimento imobiliário Fundo Geril Imobiliário (GERIMO) .....	203
<b>Portaria 7/92 (2.ª série):</b>	
Autoriza a constituição do Fundo Aberto de Investimento Mobiliário — UBP — Dívida Pública ....	203
<b>Portaria 8/92 (2.ª série):</b>	
Autoriza a constituição do Fundo Aberto de Investimento Mobiliário — UBP — Internacional ....	203
<b>Portaria 9/92 (2.ª série):</b>	
Autoriza a constituição do Fundo Aberto de Investimento Mobiliário — UBP — Monetário ....	203
<b>Portaria 10/92 (2.ª série):</b>	
Autoriza a constituição do Fundo Aberto de Investimento Mobiliário — UBP — Crescimento ....	203
<b>Portaria 11/92 (2.ª série):</b>	
Autoriza a constituição do Fundo Aberto de Investimento Mobiliário — UBP — Rendimento ....	203
Gabinete da Secretaria de Estado Adjunta e do Orçamento .....	203
Direcção-Geral das Contribuições e Impostos .....	204
Direcção-Geral do Tesouro .....	205

<b>Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros</b>			
Instituto para a Cooperação Económica .....	205	Administração Regional de Saúde do Porto .....	226
<b>Ministério do Planeamento e da Administração do Território</b>		Centro de Apoio a Toxicodependentes do Porto .....	226
Gabinete de Estudos e Planeamento .....	205	Departamento de Recursos Humanos .....	226
Direcção-Geral do Ordenamento do Território .....	205	Direcção-Geral de Assuntos Farmacêuticos .....	226
Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional .....	205	Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil, Centro Regional de Coimbra .....	226
Centro Nacional de Informação Geográfica .....	206	Hospital de São João .....	226
<b>Ministério da Justiça</b>		Hospital de São Marcos .....	226
Gabinete do Ministro .....	208	Hospital Distrital do Barreiro .....	228
Secretaria-Geral do Ministério .....	208	Hospital Distrital de Castelo Branco .....	228
Conselho Superior de Medicina Legal .....	209	Hospital Distrital de Espinho .....	228
Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores .....	212	Hospital Distrital de Lamego .....	228
Instituto de Reinsersão Social .....	213	Hospital Distrital do Montijo .....	228
Direcção-Geral dos Serviços Prisionais .....	213	Hospital Distrital de Portalegre .....	228
Gabinete de Direito Europeu .....	213	Hospital Distrital de Setúbal .....	228
Direcção-Geral dos Registos e do Notariado .....	214	Hospital Distrital de Viseu .....	228
<b>Ministério dos Negócios Estrangeiros</b>		Sanatório do Dr. José Maria Antunes Júnior .....	229
Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas .....	214	Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia .....	229
<b>Ministério da Agricultura</b>		Hospital Psiquiátrico do Lrvão .....	229
Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola ..	214	Centro de Saúde Mental da Covilhã .....	229
Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho ..	214	Centro de Saúde Mental de Penafiel .....	229
Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste ..	215		
Instituto Nacional de Investigação Agrária .....	215	<b>Ministério do Emprego e da Segurança Social</b>	
Instituto de Qualidade Alimentar .....	215		
Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas ..	215	Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres .....	229
<b>Ministério da Indústria e Energia</b>		Departamento de Estatística .....	229
Delegação Regional da Indústria e Energia do Centro .....	215	Centro Regional de Segurança Social de Évora .....	229
Delegação Regional da Indústria e Energia do Algarve ..	215	Centro Regional de Segurança Social de Lisboa .....	230
Instituto Português da Qualidade .....	215	Centro Regional de Segurança Social do Porto .....	230
Direcção-Geral de Geologia e Minas .....	216	Centro Regional de Segurança Social de Viana do Castelo ..	230
<b>Ministério da Educação</b>			
Gabinete do Ministro .....	216	<b>Ministério do Comércio e Turismo</b>	
Direcção-Geral dos Desportos .....	216		
Escola Nacional de Saúde Pública .....	217	Direcção-Geral do Comércio Externo .....	231
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro .....	217	Instituto Nacional de Formação Turística .....	231
Gabinete do Secretário de Estado do Sistema Educativo ..	217		
Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário .....	217	<b>Ministério do Ambiente e Recursos Naturais</b>	
<b>Ministérios da Educação e do Emprego e da Segurança Social</b>			
Despacho conjunto 254/ME/MESS/91 .....	218	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica .....	231
<b>Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações</b>			
Gabinete para as Comunidades Europeias .....	218	<b>Ministério do Mar</b>	
Direcção-Geral de Transportes Terrestres .....	218		
Junta Autónoma de Estradas .....	218	Instituto Nacional de Investigação das Pescas .....	231
<b>Ministério da Saúde</b>			
Instituto Nacional de Emergência Médica .....	225	<b>Tribunal Constitucional</b> .....	232
Administração Regional de Saúde de Braga .....	225	Universidade da Beira Interior .....	232
Administração Regional de Saúde de Faro .....	225	Universidade de Coimbra .....	232
Administração Regional de Saúde da Guarda .....	225	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra .....	234
		Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa .....	234
		Universidade do Minho .....	234
		Universidade Nova de Lisboa .....	235
		Universidade do Porto .....	235
		Faculdade de Ciências da Universidade do Porto .....	235
		Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto .....	235
		Faculdade de Medicina da Universidade do Porto .....	235
		Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto .....	236
		Faculdade de Motricidade Humana, da Universidade Técnica de Lisboa .....	236
		Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa .....	237
		Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro .....	238
		Instituto Politécnico da Guarda .....	238

Instituto Politécnico de Santarém .....	238	Câmara Municipal do Sardoal .....	239
Instituto Politécnico de Viseu .....	238	Câmara Municipal de Sesimbra .....	239
Centro de Medicina de Reabilitação .....	238	Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Setúbal .....	240
Câmara Municipal de Castelo de Paiva .....	238	Juntas de Freguesia da Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso, de Alcáçova, de Assunção, de Caia e de São Pedro, do Concelho de Elvas .....	240
Câmara Municipal de Guimarães .....	239		
Câmara Municipal de Palmela .....	239		

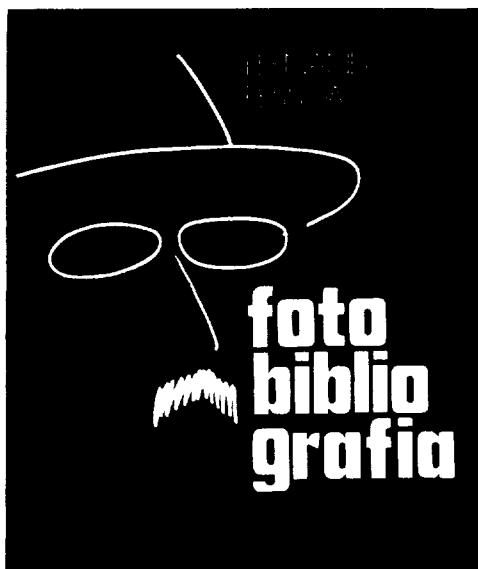
## Fernando Pessoa na Imprensa Nacional—Casa da Moeda



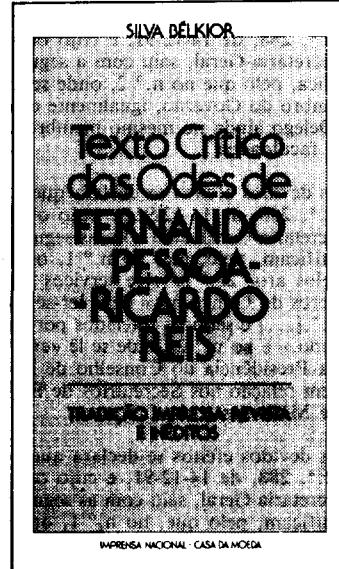
# NOVIDADES

GARDA:

Álvaro de Campos  
**A PASSAGEM DAS HORAS**  
Edição crítica de CLEONICE BERARDINELLI



**FOTOBIBLIOGRAFIA DE FERNANDO PESSOA**  
Organização, Introdução e Notas de  
JOÃO RUI DE SOUSA  
Prefácio de EDUARDO LOURENÇO



**TEXTO CRÍTICO DAS ODES DE**  
**FERNANDO PESSOA - RICARDO REIS**  
De SILVA BÉLKIOR

No prelo:  
**FERNANDO PESSOA OU O POETODRAMA**  
De JOSÉ AUGUSTO SEABRA

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

### Secretaria-Geral

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o Desp. 63/91, publicado no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam, pelo que, no n.º 1, onde se lê «*a) [...] nas condições que hajam sido previamente autorizadas por resolução do Conselho de Ministros, nos termos do n.º 2 do art. 1.º do Dec.-Lei 27/79, alterado»* deve ler-se «*a) [...] nas condições que hajam sido previamente autorizadas por resolução do Conselho de Ministros, nos termos do n.º 2 do art. 1.º do Dec.-Lei 27/79, de 22-2, alterado»*

23-11-91. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o Desp. 47/91, publicado no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam, pelo que, no n.º 1, onde se lê «Engenheiro Joaquim Martins Ferreira do Amaral» deve ler-se «Engenheiro Joaquim Martins Ferreira do Amaral» e, na assinatura, onde se lê «O Primeiro-Ministro, *António Cavaco Silva*» deve ler-se «O Primeiro-Ministro, *António Cavaco Silva*».

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o Desp. 49/91, publicado no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam, pelo que onde se lê «Nos termos do n.º 4 [...] que lhe fôpida pelas [...] são atribuídas pelas als. b) e e) do art. 17.º do referido Dec.-Lei» deve ler-se «1 — Nos termos do n.º 4 [...] que lhe foi dada pelo [...] são atribuídas pelas als. b) a e) do n.º 1 do art. 17.º do referido Dec.-Lei».

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o Desp. 50/91, publicado no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica, pelo que no n.º 1, onde se lê «no Secretário de Estado da Cultura Dr. Pedro Miguel Santanta Lopes» deve ler-se «no Secretário de Estado da Cultura, Dr. Pedro Miguel Santanta Lopes».

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o Desp. 51/91, publicado no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica, pelo que no n.º 1, onde se lê «b) Secretaria-Geral da presidência do Conselho de Ministros;» deve ler-se «b) Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros;».

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o Desp. 52/91, publicado no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica, pelo que no n.º 2, onde se lê «2 — Delego ainda no mesmo membro do Governo, igualmente com a faculdade» deve ler-se «2 — Delego ainda no mesmo membro do Governo, e igualmente com a faculdade»

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o Desp. 55/91, publicado no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam, pelo que, no n.º 1, onde se lê «que me são conferidas pelos arts. 20.º [...] e serviços tutelados por cada um daqueles membros do Governo.» deve ler-se «que me são conferidas pelos arts. 20.º [...] e serviços tutelados por cada um daqueles membros do Governo.» e no n.º 2, onde se lê «em relação aos Secretários de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e da Cultura» deve ler-se «em relação aos Secretários de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e da Cultura».

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o Desp. 56/91, publicado no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam, pelo que, no n.º 1, onde se lê:

d) Delegações Regionais do Norte, Alentejo e Algarve;  
g) Instituto Português do Cinema;

i) Direcção-Geral da Ação Cultural;

deve ler-se:

d) Delegações Regionais do Norte, Centro, Alentejo e Algarve;  
g) Instituto Português do Cinema;  
i) Direcção-Geral da Ação Cultural;

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o Desp. 57/91, publicado no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica, pelo que no n.º 1, onde se lê «da Radiotelevisão Portuguesa, delego no Secretário de Estado da Cultura [...] com as alterações que lhe foram introduzidas» deve ler-se «e da Radiotelevisão Portuguesa, E.P., delego no Secretário de Estado da Cultura [...] com as alterações que lhes foram introduzidas».

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o Desp. 58/91, publicado no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam, pelo que, no n.º 1 onde se lê:

c) Centro de Estudos e Formação Autárquica  
d) Departamento de Formação e Aperfeiçoamento Profissional.

deve ler-se:

c) Centro de Estudos e Formação Autárquica;  
d) Departamento de Formação e Aperfeiçoamento Profissional.

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o Desp. 61/91, publicado no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica, pelo que no n.º 1, onde se lê «delego no Ministro da Administração Interna, Dr. Manuel Joaquim Dias Loureiro as competências» deve ler-se «delego no Ministro da Administração Interna, Dr. Manuel Joaquim Dias Loureiro, as competências»

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o Desp. 62/91, publicado no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam, pelo que, no n.º 1, onde se lê «para assinatura dos termos de passagem das cartas-patentes dos oficiais» deve ler-se «para assinatura dos termos de passagem das cartas-patente dos oficiais» e, no n.º 2, onde se lê «ficando, deste modo ratificados todos os actos praticados desde aquela data pelo Ministro da Administração Interna, no âmbito do previsto no número anterior.» deve ler-se «ficando, neste modo, ratificados todos os actos praticados desde aquela data pelo Ministro da Administração Interna no âmbito do previsto no número anterior.»

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o Desp. 65/91, publicado no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica, pelo que onde se lê «presente despacho produz efeitos desde o dia 31-10-91» deve ler-se «2 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 31-10-91».

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o Desp. 67/91, publicado no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica, pelo que onde se lê «3 — O presente despacho produz» deve ler-se «2 — O presente despacho produz».

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o Desp. 68/91, publicado no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica, pelo que no n.º 1, onde se lê «os poderes que me são legalmente conferidas relativamente» deve ler-se «os poderes que me são legalmente conferidos relativamente».

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se declara que o despacho do Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, publicado no DR, 2.º, 290, de 17-12-91, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica, pelo que no n.º 2, onde se lê «previstas no art. 40.º do Dec.-Lei 33/91, de 7-12» deve ler-se «previstas no art. 40.º do Dec.-Lei 333/81, de 7-12».

19-12-91. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

### GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

#### Instituto da Juventude

Por meu despacho de 20-11-91:

Arquitecta Helena Fernanda Vilhena Torres, técnica superior de 1.ª classe do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça — depois de obtida autorização do secretário-geral do Ministério da Justiça, transferida com idêntica categoria para o quadro do Instituto da Juventude. Será exonerada do anterior quadro logo que assinar o termo de aceitação. (Não carece de visto do T.C.)

11-12-91. — A Vogal do Conselho Directivo, *Adelina Bento Camilo*.

**GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA****Instituto Português do Património Cultural**

**Aviso.** — 1 — Torna-se público que, por despacho do vice-presidente do IPPC de 18-11-91, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias, concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior estagiário (carreira de arquitecto paisagista) do quadro do pessoal do Instituto Português do Património Cultural.

1.2 — Os lugares em referência foram previamente descongelados pelo Desp. Norm. 102/91, publicado no DR, 2.ª, 107, de 10-5-91, e atribuídos ao IPPC por despacho de 13-8-91 da então Subsecretaria de Estado da Cultura.

A publicação do presente aviso foi precedida da necessária consulta à Direcção-Geral da Administração Pública, nos termos da al. b) do art. 13.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, tendo sido informado não haver excedentes disponíveis detentores dos requisitos pretendidos.

**3 — Legislação aplicável:**

- Dec.-Lei 248/85, de 15-7;
- Dec.-Lei 265/88, de 28-7;
- Dec.-Lei 498/88, de 30-12;
- Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10.

4 — Prazo de validade — os concursos são válidos até ao preenchimento dos lugares indicados no presente aviso.

5 — Conteúdo funcional (técnico superior estagiário, carreira de arquitecto paisagista) — ao arquitecto paisagista compete emitir pareceres ou analisar, conceber e desenvolver projectos na área da sua especialidade, em imóveis classificados e nas respectivas envolventes paisagísticas.

6 — Vencimento e regalias — o vencimento é o fixado nos termos do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

**7 — Requisitos de admissão:****7.1 — Requisitos gerais:**

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias exigidas pelo presente aviso;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interditado para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções e não sofrer de doença contagiosa, particularmente de tuberculose evolutiva ou contagiosa, e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.2 — Requisitos especiais — possuir a licenciatura em Arquitetura Paisagista.

**8 — Seleção:**

- Prova prática (com a duração máxima de uma hora) adequada ao respectivo conteúdo funcional;  
Entrevista profissional de seleção.

São especialmente valorados os conhecimentos e experiência profissional na área funcional para que foi aberto o presente concurso.

**9 — Apresentação de candidaturas:**

9.1 — Forma — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do Instituto Português do Património Cultural, dele devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
- b) Habilidades literárias;
- c) Menção expressa da categoria, serviço a que pertence e natureza do vínculo (para candidatos já vinculados);
- d) Indicação do(s) concurso(s) a que se candidata, com menção expressa da respectiva referência.

9.2 — O requerimento de candidatura deverá ser acompanhado de *curriculum vitae* detalhado (habilitações profissionais e experiência profissional) e da documentação que comprove o exigido no n.º 7.1 deste aviso ou declaração no respectivo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos, apondo, neste caso, uma estampilha fiscal de 150\$, a inutilizar com a assinatura do requerente.

9.3 — Os documentos referidos no número anterior deverão ser autênticos ou autenticados.

9.4 — A não apresentação de qualquer documento comprovativo da posse dos requisitos gerais ou especiais, com exceção do permitido pelo n.º 9.2 do presente aviso, implica a imediata exclusão do candidato.

9.5 — Poderá o júri exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação descrita, a apresentação de documentos complementares considerados necessários.

9.6 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

10 — O estágio terá caráter probatório e a duração de um ano, podendo integrar a frequência de cursos de formação, dependendo o provimento na categoria de técnico superior de 2.ª classe (carreira de arquitecto paisagista) da conclusão com êxito no referido estágio.

**11 — Constituição do júri:**

Presidente — arquitecto Alberto Flávio Monteiro Lopes, director do Departamento do Património Arquitectónico, substituído nas suas faltas e impedimentos pelos vogais efectivos segundo a ordem indicada.

**Vogais efectivos:**

Arquitecto Maria Isabel Soares Corrêa da Costa, directora do Gabinete do Plano de Salvaguarda e Valorização de Belém-Ajuda.

Arquitecto Jorge Manuel da Costa Ramos de Brito, director do Departamento de Projectos e Obras.

**Vogais suplentes:**

Arquitecto Alexandre Manuel Machado Santos de Braz Mimoso, assessor, carreira de arquitecto.

Arquitecto João António Granado Lemos Nunes Teixeira, técnico superior de 2.ª classe.

12 — Os requerimentos de candidatura deverão ser entregues pessoalmente ou enviados pelo correio, em carta registada e com aviso de recepção, para o Instituto Português do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, 1300 Lisboa.

20-12-91. — O Director dos Serviços Administrativos, *António Ventura*.

**Instituto Português de Arquivos**

Por despacho do presidente do Instituto Português de Arquivos de 10-4-91:

Maria Rosalina Gonçalves Correia da Fonseca, oficial administrativo principal do quadro de pessoal do mesmo Instituto — autorizado o abono de vencimento de exercício perdido, no período de 2 a 4-12-91, no total de três dias.

Por despachos do presidente do Instituto Português de Arquivos de 11-12-91:

Luis Jerónimo Humberto Garzon de Albuquerque, segundo-oficial do quadro de pessoal do mesmo Instituto — autorizado o abono de vencimento de exercício perdido, no período de 18-11 a 2-12-91, no total de 15 dias.

António Garrido Belard da Fonseca, director, com a categoria equiparada a chefe de divisão, do Arquivo Distrital de Beja — autorizado o abono de vencimento de exercício perdido, no período de 22 a 26-7-91, no total de cinco dias.

Por despacho do presidente do Instituto Português de Arquivos de 12-12-91, por delegação:

Maria das Dores Almeida Henriques Soares, técnica auxiliar especialista de BAD do quadro de pessoal do Arquivo Distrital de Viseu — autorizado o abono de vencimento de exercício perdido, no período de 27 a 28-11-91, no total de dois dias.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

**Aviso.** — 1 — Faz-se público que, por despacho de 16-12-91 do vice-presidente do Instituto Português de Arquivos, proferido no uso de competência delegada pelo presidente do referido Instituto, pelo Desp. 5-A/GP/90, publicado no DR, 2.ª, 74, de 29-3-90 se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso no DR, concurso interno geral de ingresso para admissão ao estágio, com vista ao preenchimento de uma vaga de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal deste Instituto, criado pelo Dec.-Lei 152/88, de 29-4.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido até ao preenchimento da referida vaga.

3 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições constantes dos Decs.-Leis 427/89, 498/88 e 265/88, respetivamente de 7-12, 30-12 e 28-7.

**4 — Conteúdo funcional:**

4.1 — Em termos genéricos — conceber, adaptar e ou aplicar métodos e processos técnico-científicos, elaborando estudos, concebendo e desenvolvendo projectos, emitindo pareceres, participando em reuniões e grupos de trabalho de carácter departamental e interdepartamental, tendo em vista preparar a tomada de decisão superior sobre medidas de política e gestão cultural que interessam ao património arquivístico nacional;

4.2 — Em termos específicos, no âmbito do património arquivístico:

- a) Elaborar estudos nas áreas de normalização das tipologias documentais, regulamentação e programação da selecção e eliminação de documentação;
- b) Conceber, adaptar ou promover metodologias com vista a estabelecer a coordenação entre os serviços produtores e os arquivos;
- c) Desenvolver estudos com vista a fazer o reconhecimento e valorização da documentação.

5 — Local de trabalho, vencimento, condições de trabalho e regalias sociais — o local de trabalho situa-se em Lisboa, sendo o vencimento o resultante da aplicação do disposto no Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, sem prejuízo do direito de opção pelo vencimento do lugar de origem e as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

6 — Requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — Requisitos gerais — os mencionados no art. 22.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

6.2 — Requisitos especiais — possuir grau de licenciatura compatível com o conteúdo funcional do lugar a preencher.

7 — Método de selecção — avaliação curricular, a complementar por entrevista profissional de selecção, caso o júri do concurso assim o entenda.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do Instituto Português de Arquivos, devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, se for caso disso, residência, código postal e telefone);
- b) Habilidades literárias;
- c) Habilidades profissionais (especializações, seminários, acções de formação, etc.);
- d) Experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata e menção expressa da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na função pública;
- e) Qualquer outros elementos que o candidato entenda passíveis de influirem na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

8.2 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado e assinado;
- b) Documento comprovativo das habilidades literárias;
- c) Certificado das acções de formação, quando for caso disso, donde conste o número de horas das mesmas;
- d) Declaração, passada e autenticada pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem a natureza do vínculo e a antiguidade na função pública.

8.3 — O júri pode exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

8.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

9 — Regime de estágio:

- a) O estágio, com carácter probatório, terá a duração de um ano e a avaliação e classificação far-se-á com base no relatório do estágio a apresentar pelo estagiário, na classificação de serviço obtida durante o período de estágio e, sempre que possível, nos resultados da formação profissional;
- b) A frequência do estágio será feita em regime de comissão de serviço extraordinária.

10 — O júri do presente concurso, que é simultaneamente o júri do estágio, terá a seguinte composição:

Presidente — Prof. Doutor Aires Augusto Nascimento, presidente do Instituto Português de Arquivos, que será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

**Vogais efectivos:**

Licenciado Carlos Joaquim Pedro Fernandes, director do Gabinete de Organização e Pessoal da Secretaria de Estado da Cultura.

Licenciada Maria Madalena Arruda de Moura Machado Garcia, directora de Serviços de Arquivística do Instituto Português de Arquivos.

**Vogais suplentes:**

Licenciado Aníbal José de Mello Mariz Fernandes, chefe de divisão do Instituto Português de Arquivos.

Licenciada Ana Maria Henrique Franqueira Torres, técnica superior de 1.ª classe do Instituto Português de Arquivos.

11 — Os requerimentos deverão ser entregues pessoalmente ou enviados pelo correio, com aviso de recepção, para o Instituto Português de Arquivos, Edifício da Biblioteca Nacional, Rua Ocidental, ao Campo Grande, 83, 1.º, 1700 Lisboa.

12 — As listas de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final do concurso serão afixadas no local de trabalho acima mencionado.

20-12-91. — O Vice-Presidente, José Maria Salgado.

### Instituto Português de Museus

**Aviso.** — 1 — Torna-se público que, por despacho da directora do Instituto Português de Museus de 26-12-91, se encontram abertos, pelo prazo de 30 dias, concursos externos de ingresso para provimento de lugares de guarda de museu estagiário, correspondentes a igual número de lugares vagos de guarda de museu de 2.ª classe dos seguintes serviços:

- a) Museu Nacional de Arte Antiga — três lugares (Lisboa);
- b) Museu Nacional de Machado de Castro — três lugares (Coimbra);
- c) Museu Nacional de Soares dos Reis — três lugares (Porto);
- d) Museu Nacional do Teatro — um lugar (Lisboa).

1.2 — Os lugares em referência foram previamente descongelados pelo Desp. Norm. 102/91, publicado no DR, 2.ª, 107, de 10-5-91, e atribuídos ao Instituto Português de Museus por despacho de 13-8-91 da então Subsecretaria de Estado da Cultura.

2 — A publicação do presente aviso foi precedida da necessária consulta à Direcção-Geral da Administração Pública, nos termos da al. b) do art. 13.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, tendo sido informado não haver excedentes disponíveis detentores dos requisitos pretendidos.

3 — Legislação aplicável:

Dec.-Lei 45/80, de 20-3;  
Dec.-Lei 77/87, de 14-2;  
Dec.-Lei 498/88, de 30-12;  
Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10;  
Dec. Regul. 26/81, de 7-5.

4 — Prazo de validade — os concursos são válidos até ao preenchimento dos lugares indicados no presente aviso.

5 — Conteúdo funcional — ao guarda de museu compete zelar pela integridade do património que lhe está directamente confiado, executar as necessárias tarefas de manutenção, vigilância e segurança e encaminhar e fornecer informações ao público, no âmbito dos seus conhecimentos.

6 — Vencimento e regalias — o vencimento é o fixado nos termos do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Requisitos gerais:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilidades literárias exigidas pelo presente aviso;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interditado para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções e não sofrer de doença contagiosa, particularmente de tuberculose evolutiva ou contagiosa, e ter cumprido das leis de vacinação obrigatória.

7.2 — Requisitos especiais — possuir a escolaridade obrigatória, dando-se preferência:

- a) A quem possuir maiores habilitações literárias;
- b) A quem possuir experiência comprovada na área funcional a que se refere o presente concurso.

8 — Selecção:

- Avaliação curricular;
- Entrevista profissional de selecção.

9 — Apresentação de candidaturas:

9.1 — Forma — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento (ou em requerimentos separados no caso de um mesmo candidato se apresentar a vários dos concursos em causa) dirigida à directora do Instituto Português dos Museus, dele devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
- b) Habilidades literárias;
- c) Menção expressa da categoria, serviço a que pertence e natureza do vínculo (para candidatos já vinculados);
- d) Indicação do(s) concurso(s) a que se candidata, com menção expressa da respectiva referência.

9.2 — O requerimento de candidatura deverá ser acompanhado de *curriculum vitae* detalhado (habilitações profissionais e experiência profissional) e da documentação que comprove o exigido no n.º 7.1 deste aviso ou declaração no respectivo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos, apondo, neste caso, uma estampilha fiscal de 150\$, a inutilizar com a assinatura do requerente.

9.3 — Os documentos referidos no número anterior deverão ser autênticos ou autenticados.

9.4 — A não apresentação de qualquer documento comprovativo da posse dos requisitos gerais ou especiais, com exceção do permitido pelo n.º 9.2 do presente aviso, implica a imediata exclusão do candidato.

9.5 — Poderá o júri exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação descrita, a apresentação de documentos complementares considerados necessários.

9.6 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

10 — O estágio terá caráter probatório e a duração de um ano, podendo integrar a frequência de cursos de formação, dependendo o provimento na categoria de guarda de museu da conclusão com êxito do referido estágio.

11 — Constituição dos júris:

Concurso a):

Presidente — Dr.ª Ana Maria Rebocho Machado Brandão, directora do Museu Nacional de Arte Antiga, substituída nas suas faltas e impedimentos pelos vogais efectivos segundo a ordem indicada.

Vogais efectivos:

- Dr. José Luis Gordo Porfirio, assessor conservador.
- Dr. Sérgio Augusto Albuquerque Guimarães de Andrade, conservador principal.

Vogais suplentes:

- Dr.ª Maria Leonor Sampayo Borges de Sousa d'Orey, conservadora principal.
- Arquitecta Maria Teresa Pacheco Pereira Schneider, técnica superior principal.

Concurso b):

Presidente — Dr.ª Maria José Paulo Sampaio, directora do Museu Nacional de Machado de Castro, substituída nas suas faltas e impedimentos pelos vogais efectivos segundo a ordem indicada.

Vogais efectivos:

- Dr. António das Neves de Freitas Tavares, técnico superior assessor;
- Octávio Santos, oficial administrativo principal.

Vogais suplentes:

- Dr. António Manuel de Almeida Pacheco, técnico superior de 1.ª classe.
- Dr.ª Maria da Conceição Almeida Marques Machado, oficial administrativo principal.

Concurso c):

Presidente — Dr.ª Laura Mónica Bessa Oliveira Luís Baldaque Lobo, directora do Museu Nacional de Soares dos Reis, substituída nas suas faltas e impedimentos pelos vogais efectivos segundo a ordem indicada.

Vogais efectivos:

- Dr. Lino Augusto Tavares Dias, chefe de divisão.
- Dr.ª Maria João Gagão de Vasconcelos, conservadora principal.

Vogais suplentes:

- Dr.ª Maria Teresa da Costa Pereira Viana, conservadora assessora.
- Dr.ª Catarina Augusta da Rocha Pinto Rezende Maia e Castro, conservadora de 1.ª classe.

Concurso d):

Presidente — Dr. Vítor Manuel Pavão dos Santos, director do Museu Nacional do Teatro, substituído nas suas faltas e impedimentos pelos vogais efectivos segundo a ordem indicada.

Vogais efectivos:

- Dr. José Carlos Batista Alvarez, técnico superior principal.
- Dr.ª Maria Helena Ribeiro Pereira da Costa Raposo, técnica superior principal.

Vogais suplentes:

- Margarida Maria da Silva Mendes de Oliveira Palhinha, chefe de secção.
- Maria da Glória Pina Ferreira de Borja Gonçalves Machado, primeiro-oficial.

12 — Os requerimentos de candidatura deverão ser entregues pessoalmente ou enviados pelo correio, em carta registada e com aviso de recepção, para o Instituto Português dos Museus, Palácio Nacional da Ajuda, 1300 Lisboa.

26-12-91. — A Directora, *Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso*.

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### GABINETE DO MINISTRO

**Desp. 219/MDN/91.** — Considerando o disposto no Decreto-Lei 153/91, de 23-4, delego no vice-presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE), general António Guerreiro Caetano, e autorizo que este subdelege, dentro dos limites permitidos por lei, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1 — Promover e coordenar as actividades do Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência, em estreita ligação com os presidentes das Comissões de Planeamento de Emergência, a que se refere o art. 18.º, n.º 1, do citado diploma.

2 — Orientar e coordenar as actividades a desenvolver pelas delegações nacionais no âmbito do PCE/OTAN.

3 — Autorizar a realização de despesas em conta das dotações designadas ao Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, até ao montante de 1000 contos, com o cumprimento das formalidades legais e com dispensa das mesmas formalidades.

20-12-91. — O Ministro da Defesa Nacional, *Joaquim Fernando Nogueira*.

### Secretaria-Geral

Por despachos de 19-11 e 11-12-91, respectivamente, do secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional:

Maria da Conceição de Almeida Bento Araújo Rolim, segundo-oficial do quadro da Escola Náutica Infante D. Henrique — transferida para o quadro comum do Ministério da Defesa Nacional, com a mesma categoria, ficando exonerada do lugar que vem ocupando a partir da data de aceitação da nomeação nesses serviços. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

23-12-91. — O Secretário-Geral, *Luis Falcão de Bettencourt*.

### Estado-Maior-General das Forças Armadas

**Portaria.** — Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos art. 277.º e 279.º, n.ºs 1 e 2, do Código de Justiça Militar, reconduzir o juiz desembargador Manuel Lopes no cargo de juiz relator do Supremo Tribunal Militar, no qual foi provido por portaria publicada no DR, 2.º, 9, de 11-1-86, e cuja comissão de serviço termina em 10-1-92.

A presente portaria produz efeitos a partir de 10-1-92.

16-12-91. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *António Soares Carneiro*, general.

### GABINETE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

**Louvor.** — Louvo o tenente-coronel Francisco da Silva Marques, porque durante cerca de quatro anos em que desempenhou funções na Divisão de Administração Financeira, inicialmente na Repartição de Orçamento e depois na Repartição de Assuntos Internacionais, confirmou possuir grandes qualidades de organização, de trabalho e de sentido de responsabilidade nas tarefas de que foi incumbido.

O tenente-coronel Silva Marques evidenciou sempre, no desempenho das suas actividades, uma lealdade exemplar e elevadas qualidades pessoais, dedicação, empenhamento e espírito de cooperação. Logrou estabelecer e desenvolver contactos de serviço junto do MAAG, que muito contribuíram para os bons resultados obtidos por esta Divisão na coordenação e no controlo financeiro da Ajuda Norte Americana.

De realçar ainda a contribuição prestada na NAMSA como representante do EMGFA no Comité de Logística e Finanças, tarefa esta que desempenhou com brilho e elevado espírito de defesa dos interesses das Forças Armadas Portuguesas, que o afirmaram como um precioso auxiliar na acção desenvolvida nesta Divisão.

Oficial metódico, organizado e perseverante, possuidor de sólida formação militar, afirmou-se um precioso auxiliar da acção desenvolvida na DIAF, assumindo plenamente as suas responsabilidades. Por isso e pelas qualidades apontadas, o tenente-coronel Silva Marques é merecedor de público louvor, devendo os seus serviços serem considerados de muito elevado mérito.

6-12-91. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *António Soares Carneiro*, general.

**Louvor.** — Louvo o coronel de artilharia NM 51235911, Miguel António Fradique da Silva, pela forma empenhada, digna e eficiente como ao longo de três anos exerceu as funções de adido de defesa junto da Embaixada de Portugal em Roma, em acumulação com idênticas funções em Ankara.

Desenvolvendo a sua actividade numa área geográfica onde habitualmente forças armadas nacionais efectuam exercícios no âmbito da NATO, estabeleceu uma ligação muito estrita e frequente com os ramos, nomeadamente com o Exército e a Força Aérea, de quem foi um colaborador precioso na resolução dos mais variados problemas que tal participação sempre acarreta.

De destacar, igualmente, a sua total disponibilidade e empenho pessoal quando da crise do Golfo, conseguindo com oportunidade as necessárias autorizações de sobrevoos e aterragem de aeronaves da Força Aérea Portuguesa, que se deslocaram à Turquia, Arábia Saudita e Egito, contribuindo assim para o cabal cumprimento dessas missões.

Pelo que fica expresso e ainda pela correção e proficiência evidenciadas, é o coronel Fradique da Silva merecedor de público testemunho do apreço em que foram tidos os serviços por si prestados, que considero relevantes e de elevado mérito.

16-12-91. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *António Soares Carneiro*, general.

### Estado-Maior da Armada

#### Superintendência dos Serviços do Pessoal

##### Direcção do Serviço do Pessoal

###### 4.ª Repartição (Pessoal Civil)

Por despacho de 4-11-91 do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal da Armada, por delegação do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada:

António Luís Lopes Godinho, engenheiro técnico de construção civil do escalão 5 do Arsenal do Alfeite — autorizada a prorrogação, por mais um ano, com efeitos a partir de 14-1-92, da requisição. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

**Aviso.** — Nos termos da al. b) do art. 21.º do Dec.-Lei 235/90, de 17-7, faz-se público que a lista dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de acesso a técnico especialista de farmácia de diagnóstico e terapêutica do quadro do pessoal civil da Marinha, aberto por aviso publicado no DR, 2.º, 256, de 7-11-91, se encontra afixada no átrio da 4.ª Repartição da Direcção do Serviço do Pessoal, Marinha, Rua do Arsenal, Lisboa.

A discussão da monografia realizar-se-á no dia 29-1-92, com inicio às 14 horas, no Hospital da Marinha.

**Aviso.** — Nos termos da al. b) do art. 21.º do Dec.-Lei 235/90, de 17-7, faz-se público que a lista do único candidato admitido ao concurso interno geral de acesso a técnico especialista de radiologia de diagnóstico e terapêutica do quadro do pessoal civil da Marinha, aberto por aviso publicado no DR, 2.º, 260, de 12-11-91, se encontra afixada no átrio da 4.ª Repartição da Direcção do Serviço do Pessoal, Marinha, Rua do Arsenal, Lisboa.

A discussão da monografia realizar-se-á no dia 20-1-92, com inicio às 9 horas e 30 minutos, no Hospital da Marinha.

13-12-91. — O Chefe da Repartição, *José Faustino Ferreira Júnior*, capitão-de-mar-e-guerra.

**Aviso.** — Nos termos da al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que a lista dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de acesso a técnico-adjuunto especialista da carreira de desenhador de especialidade do quadro do pessoal civil da Marinha, aberto por aviso publicado no DR, 2.º, 270, de 23-11-91, se encontra afixada no átrio da 4.ª Repartição da Direcção do Serviço do Pessoal, Marinha, Rua do Arsenal, Lisboa.

**Aviso.** — Nos termos da al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que a lista do único candidato admitido ao concurso interno geral de acesso a técnico-adjuunto especialista da carreira de fotógrafo do quadro do pessoal civil da Marinha, aberto por aviso publicado no DR, 2.º, 270, de 23-11-91, se encontra afixada no átrio da 4.ª Repartição da Direcção do Serviço do Pessoal, Marinha, Rua do Arsenal, Lisboa.

16-12-91. — O Chefe da Repartição, *José Faustino Ferreira Júnior*, capitão-de-mar-e-guerra.

###### 6.ª Repartição (Pessoal Militarizado)

Por despachos de 11-11-91 do contra-almirante director do Serviço do Pessoal:

José da Palma Costa, cabo-de-mar de 2.º classe supranumerário permanente (QPMM-grupo 3) — promovido, por escolha, a cabo-de-mar de 1.ª classe, escalão 1, índice 195, do mesmo grupo e quadro, continuando na situação de supranumerário permanente.

José Carlos Barcelos dos Santos, cabo-de-mar de 2.º classe (QPMM-grupo 3) — promovido, por antiguidade, a cabo-de-mar de 1.ª classe, escalão 1, índice 195, do mesmo grupo e quadro.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

4-12-91. — O Chefe da Repartição, *João Pedro Rodrigues da Conceição*, capitão-de-mar-e-guerra.

Por despachos de 11-12-91 do contra-almirante director do Serviço do Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal da Armada:

Isidoro Miguez Cernadas, chefe da Polícia Marítima (QPMM-grupo 1) — promovido, precedendo concurso, a subinspector do escalão 1, índice 225, do mesmo grupo e quadro.

Acácio Fernandes, subchefe da Polícia Marítima (QPMM-grupo 1) — promovido, precedendo concurso, a chefe do escalão 1, índice 215, do mesmo grupo e quadro.

Por despachos de 11-12-91 do contra-almirante director do Serviço do Pessoal:

António Firmino Guerreiro Martins, agente de 1.ª classe da Polícia Marítima (QPMM-grupo 1) — promovido, por escolha, a subchefe do escalão 1, índice 210, do mesmo grupo e quadro.

José Alberto dos Santos, agente de 2.ª classe da Polícia Marítima (QPMM-grupo 1) — promovido, por antiguidade, a agente de 1.ª classe, escalão 1, índice 185, do mesmo grupo e quadro.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

26-12-91. — Pelo Chefe da Repartição, *Delfina Carmen Ministro Ribeiro da Costa Lapa*.

**Estado-Maior do Exército****Direcção da Arma de Transmissões**

**Aviso.** — Por despacho de 3-12-91 do general ajudante-general do Exército, foi a Direcção da Arma de Transmissões autorizada a celebrar contrato de trabalho a termo certo, pelo prazo de um ano, nos termos dos Decs.-Leis 427/89, de 7-12, e 407/91, de 17-10, para escrutátorio-dactilógrafo (uma vaga para concurso):

1 — Local de trabalho — na Direcção da Arma de Transmissões, Campo de Santa Clara, 63, 1100 Lisboa.

2 — Requisitos de candidatura — os candidatos devem possuir o curso geral do ensino secundário ou equiparado, com o conhecimento comprovado de dactilografia.

3 — Horário de trabalho — o fixado no local de trabalho.

4 — Remuneração — a correspondente à categoria para que é feito o contrato, de acordo com a tabela instituída no sistema retributivo da função pública.

5 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao director da Direcção da Arma de Transmissões, para onde são feitos os contratos, dele devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identidade completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e arquivo de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
- b) Habilidades literárias comprovadas;
- c) Qualificações profissionais comprovadas, se as tiver, ou quaisquer outros elementos que considere relevantes para a sua apreciação.

6 — O requerimento deve fazer-se acompanhar do documento das habilitações literárias.

7 — Prazo para apresentação das candidaturas — 10 dias a partir da data da publicação deste aviso no *DR*.

8 — Escrutátorio-dactilógrafo — compete ao escrutátorio-dactilógrafo dactilografar notas ou ofícios, informações, mapas, quadros e textos diversos, de acordo com as normas portuguesas de dactilografia, podendo também executar trabalhos simples de arquivo, registo e outros de natureza administrativa.

9 — Métodos de selecção a utilizar:

- a) Provas de aptidão, de acordo com a categoria para que é feito o contrato;
- b) Entrevista profissional de selecção.

10 — Na selecção dos candidatos serão ponderados os seguintes factores:

- a) Formação profissional;
- b) Qualificação e experiência profissional.

11 — Ponderados todos os elementos atrás referidos, a escolha dos candidatos será objectivamente fundamentada, dando origem à elaboração de uma lista ordenada, donde conste a classificação final atribuída.

18-12-91. — O Adjunto, *António Marcelo Pinto de Abreu*, coronel TIR Tm (engenheiro).

**Direcção do Serviço de Pessoal****Repartição de Pessoal Civil**

Por despachos de 19-11-91 do general CEME:

João Gabriel Fraga Loureiro Moreira — confirmado no cargo como professor do ensino secundário/Colégio Militar.

Nuno Maria Moreira Gomes Marques — confirmado no cargo como professor do ensino secundário/Colégio Militar.

12-12-91. — O Chefe da Repartição, interino, *José Augusto da Costa Abreu Dias*, tenente-coronel de infantaria.

**GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA NACIONAL**

**Desp. 3/91-XII/91.** — ao abrigo do disposto no art. 11.º do Dec.-Lei 262/88, de 23-7, nomeio, em regime de destacamento, motorista do meu Gabinete o guarda de 1.ª classe da Polícia de Segurança Pública de Lisboa *Manuel Henrique Gaspar*.

13-11-91. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional, *António Jorge de Figueiredo Lopes*.

**Desp. 9/SEDN/91.** — Ao abrigo do disposto no art. 6.º do Dec.-Lei 262/88, de 23-7, nomeio chefe do meu Gabinete a licenciada Zulmira Rosa Jacinto Gonçalves Sequeira Queiroz, assessora principal do quadro da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

16-12-91. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional, *António Jorge de Figueiredo Lopes*.

**MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA****GABINETE DO MINISTRO**

**Desp. 44/91.** — Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 13, 15 e 17 da Resol. Cons. Min. 17/90, de 21-4, nomeio representante do Ministério da Administração Interna na Comissão Interministerial para o Combate à Drogas o superintendente Carlos Manuel de Sousa Paz, que será coadjuvado pelo adjunto do meu Gabinete Dr. Pedro de Menezes de Almeida Pereira dos Santos, competindo-lhe assegurar junto daquela Comissão:

O desenvolvimento das acções promovidas pelos organismos dependentes do Ministério da Administração Interna;  
A articulação entre os diversos serviços dependentes do Ministério da Administração Interna, de forma a garantir a coordenação de esforços;  
A apresentação de propostas de acções de informação-formação dos agentes das forças e serviços de segurança;  
O acompanhamento da criação de núcleos distritais, promovendo a articulação dos projectos comuns.

10-12-91. — O Ministro da Administração Interna, *Manuel Dias Loureiro*.

**Desp. 49/91.** — Ao abrigo do n.º 1 do art. 6.º do Dec.-Lei 262/88, de 23-7, nomeio o licenciado Pedro de Menezes de Almeida Pereira dos Santos para exercer as funções de adjunto do Gabinete do Ministro da Administração Interna.

29-11-91. — O Ministro da Administração Interna, *Manuel Dias Loureiro*.

**Louvor.** — Por proposta do general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, louvo o coronel de infantaria João Luís da Costa Martins Ares, porque, ao longo dos últimos seis anos, no desempenho das importantes e absorventes funções de chefe do Serviço de Justiça da Guarda Nacional Republicana, tem evidenciado, de forma impressiva, excepcionais qualidades de trabalho, excelente craveira técnica, um entusiasmo e dedicação inexcedíveis no estudo e solução dos problemas, muito se ficando a dever à sua generosidade e abnegação a eficiência e a justeza das posições assumidas pelo seu serviço, o que é reconhecido tanto no âmbito interno da Guarda, como pelas organizações com quem se estabelecem relações institucionais.

Possuidor de grande experiência profissional e de um nível invulgar de conhecimentos técnicos na área da justiça e disciplina, soube sempre corresponder às múltiplas solicitações que lhe foram dirigidas, para o que contribuiu também a sua disponibilidade total e incondicional para o serviço e a capacidade de criar à sua volta, com os subordinados, pela sua maneira de ser afável, modesta e educada, um ambiente de trabalho invejável.

No desempenho das suas funções, salienta-se o cuidado e a minúcia extrema que emprega à apreciação de todos os processos, proporcionando ao comando, pela competência e rigor das suas apreciações e análises que pormenoriza até à exaustão, as melhores condições para a decisão final mais justa e adequada, numa área tão sensível e complexa, e de efeitos imediatos no moral do pessoal, como é a da administração da justiça.

No decorrer da acção que desenvolveu o coronel Martins Ares confirmou, assim, superiores qualidades e virtudes militares, que, de resto, lhe são reconhecidas do antecedente, reafirmando de modo especial uma profunda noção do dever, grande probidade e discrição, extrema lealdade e alto sentido de disciplina, todas justificando a consideração e o respeito que lhe dedicam superiores e subordinados.

Pelo trabalho desenvolvido e qualidades apontadas, é justamente merecedor deste reconhecimento público e de que os serviços que prestou à Guarda Nacional Republicana sejam devidamente enaltecidos e considerados relevantes e distintos.

26-11-91. — O Ministro da Administração Interna, *Manuel Dias Loureiro*.

**Louvor.** — Por proposta do general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, louvo o coronel de cavalaria (51226211) Ruy Eduardo Anselmo d'Oliveira Soares pela excelência da sua conduta

enquanto comandante da Brigada de Trânsito, da Guarda Nacional Republicana, funções que desempenha há cerca de três anos, em cabal confirmação das qualidades de eleição que lhe têm sido repetidamente reconhecidas em carreira militar invulgamente brilhante, mercê da qual se define como oficial de méritos notáveis.

Oficial sóbrio, mas firme e decidido, de juízos sólidos e ponderados, transmitindo a imagem do chefe inteiramente assumido, sensível ao pulsar da sua unidade, dele se dirá que comanda em plenitude os vastos efectivos que lhe estão confiados, pois que a sua vontade, através da hierarquia a si sujeita, se afirma junto de qualquer militar da Brigada, mesmo que simples patrulheiro em estrada recôndita do País.

Possuidor de vasta cultura, cônscio da especificidade da sua unidade, necessariamente ligada a sectores da realidade institucional que lhe é exterior, tem-se dedicado o coronel Oliveira Soares ao estreitamento de relações cordiais e profícias com todas as entidades e organismos civis em interdependência funcional com a Brigada, mais se tendo empenhado no fortalecimento de laços de solidariedade e cooperação com as unidades territoriais da Guarda por cujas áreas de actuação os seus efectivos se dispõem. No tocante à conduta técnico-profissional desses efectivos, mereceram-lhe empenho e preocupação não apenas a proficiência e eficácia dos militares que os compõem; porque a imagem e o prestígio de qualquer estrutura voltada ao serviço do público se constróem também através da postura digna, proba e aprimorada dos seus elementos, consagrando a tal vector particular atenção, em fidelidade plena ao lema da sua unidade de trânsito. Outrossim, estendeu a sua preocupação ao campo das infra-estruturas, como se testemuña no aquartelamento das Janeiras Verdes e nas múltiplas obras de manutenção e melhoramento efectuadas nas instalações dos destacamentos e subdestacamentos de trânsito por todo o dispositivo da Brigada.

Pela sua rectidão, pundonor, espírito de decisão, inexcedível lealdade e eficiência sem alardes, tem sido marcante a presença do coronel Oliveira Soares à frente dos destinos da unidade de trânsito, em significativo contributo para o alto conceito em que a mesma é tida por entidades nacionais e estrangeiras, entendendo-se de justiça, por isso, dar destaque aos méritos que o guindam à condição de oficial de craveira invulgar e enaltecer-lhe os serviços que vem prestando à Guarda Nacional Republicana, que se consideram relevantes e distintos.

12-12-91. — O Ministro da Administração Interna, *Manuel Dias Loureiro*.

#### Secretaria-Geral

Por despacho de 16-12-91 do Ministro da Administração Interna:

Lienciada Maria Teresa Torres Ferreira Gomes, consultora jurídica assessora (escalão 1, índice 600) do quadro da Auditoria Jurídica do Ministério da Administração Interna — promovida, precedendo concurso, a consultora jurídica assessora principal (escalão 1, índice 700) do mesmo quadro, ficando exonerada do cargo anterior a partir da data da aceitação da promoção. (Não carece de visto do TC.)

23-12-91. — O Secretário-Geral-Adjunto, *José da Silva Monteiro*.

#### Governo Civil do Distrito de Castelo Branco

**Despacho.** — Nos termos do disposto no art. 4.º, n.º 3, do Dec.-Lei 399-B/84, de 28-12, exono, a seu pedido, das funções de minha secretária do Gabinete de Apoio Pessoal a telefonista principal do quadro de pessoal deste Governo Civil Ana Maria Elias de Moura Martins Costa, a quem confiro público louvor pelo elevado zelo e dedicação demonstrados no exercício das suas funções.

16-12-91. — O Governador Civil, *Alberto Ferreira de Matos Rômãozinho*.

#### Governo Civil do Distrito do Porto

**Aviso.** — Por despacho desta data, é a licenciada Fernanda Olívia Soeiro e Neves exonerada do cargo de adjunta do Gabinete de Apoio Pessoal do Governador Civil do Porto.

**Aviso.** — Por despacho desta data, foram as funcionárias Maria Emilia de Almeida Pinto Moreira Santiago e Inês Augusta Monteiro Queirós Ferreira Teixeira exoneradas dos cargos de secretárias do Gabinete de Apoio Pessoal do Governador Civil do Porto.

16-12-91. — O Governador Civil, *Mário Cerqueira Correia*.

#### Governo Civil do Distrito de Viseu

**Aviso.** — *Desp. 26/91.* — 1 — Nos termos do art. 3.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Dec.-Lei 407/91, de 17-10, e usando da faculdade que me é conferida pelo art. 3.º do Dec.-Lei 363/84, de 21-11, conjugada com a al. a) do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, e art. 11.º, n.º 2, do Dec.-Lei 323/89, de 26-9, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias, concurso interno geral de ingresso para escriturário-dactilografo de 2.ª classe.

2 — Validade do concurso — o concurso destina-se a satisfazer o disposto no art. 38.º, n.º 3, do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, pelo que só pode candidatar-se pessoal com contrato administrativo de provimento e a sua validade esgota-se com o cumprimento de todos os seus trâmites.

3 — No caso da não apresentação da candidatura ou não obtenção de aprovação, será rescindido o contrato. No caso de aprovação, dada a inexistência de vagas no quadro de pessoal deste Governo Civil, será feita a integração no quadro de efectivos interdepartamentais, nos termos e para efeitos do Dec.-Lei 43/84, de 3-2.

4 — Conteúdo funcional — assegurar a transmissão da comunicação entre os vários órgãos e entre estes e os particulares, através do registo, redacção, classificação e arquivo de expediente e outras formas de comunicação, dactilografia, tratamento de informação recolhendo e efectuando apuramentos estatísticos elementares, elaboração de mapas e execução de outros serviços que lhe sejam determinados pelos superiores hierárquicos.

5 — O vencimento é o do índice 125, escalão 2, do novo sistema retributivo da função pública.

6 — Requisitos gerais de admissão — os previstos no art. 22.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

7 — Requisitos especiais — é candidata obrigatória a escriturária-dactilografa que presta serviço no CCDPC.

8 — Formalização da candidatura — a candidatura deverá ser formalizada mediante requerimento dirigido ao governador civil do distrito de Viseu e entregue directamente na secretaria do respectivo Governo Civil ou enviado pelo correio, com aviso de recepção, dele constando o seguinte:

- a) Identificação completa (nome, nacionalidade, data de nascimento, naturalidade, estado civil, filiação, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, residência, código postal e número do telefone);
- b) Habilidades literárias;
- c) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

9 — O requerimento deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) Certidão da qual conste a natureza do vínculo, a categoria funcional, a antiguidade na categoria e a classificação de serviço nos últimos três anos;
- b) Documento comprovativo das habilidades literárias;
- c) *Curriculum vitae* detalhado;
- d) Fotocópia do bilhete de identidade.

10 — À candidata que presta serviço no Governo Civil do Distrito de Viseu são dispensados os documentos já existentes no seu processo individual, devendo referir tal facto no seu requerimento.

11 — O júri pode exigir a apresentação de outra documentação comprovativa das declarações da candidata.

12 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei geral.

13 — Métodos de selecção:

- a) Avaliação curricular — 0 a 20 valores;
- b) Entrevista profissional de selecção — 0 a 20 valores.

14 — Ambos os métodos serão de per si eliminatórios se a média for inferior a 10 valores.

15 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. António Soares Marques, governador civil.  
Vogais efectivos:

Dr. Isidro Augusto Pinto Cardoso de Menezes, secretário do Governo Civil, que substituirá o presidente nas faltas e impedimentos.  
António Ferreira Venâncio, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Abel Pereira de Almeida Costa, oficial administrativo principal.  
Maria José Gomes Lauro Lacerda Pinto, primeiro-oficial.

16 — O presente concurso observará a regulamentação prevista no Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

13-12-91. — O Governador Civil, *António Soares Marques*.

## Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública

**Aviso.** — Torna-se público que as listas provisórias dos candidatos admitidos e admitidos condicionalmente ao concurso externo para o posto de guarda de 2.ª classe do quadro da Banda de Música da Polícia de Segurança Pública, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 276, de 30-11-91, se encontram afixadas, para consulta dos interessados, no Comando-Geral da PSP, tornando-se definitivas se não for apresentado qualquer recurso no prazo legal.

Os candidatos admitidos condicionalmente poderão suprir as deficiências dos processos até ao dia das provas.

Os concursos efectuam-se em Lisboa, na Calçada da Ajuda, 23, sendo os candidatos convocados directamente.

23-12-91. — O Superintendente-Geral, *António dos Anjos Martins*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Portaria 5/92 (2.ª série).** — Tendo sido autorizada a constituição da sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário GICES — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., por portaria do Ministro das Finanças publicada no DR, 2.ª, de 14-11-90;

Não tendo sido possível a sua constituição formal no prazo de seis meses a contar da data de autorização, nos termos do art. 9.º do Dec.-Lei 23/86, de 18-2, aplicável por força do disposto no n.º 1, do art. 6.º do Dec.-Lei 229-C/88, de 4-7, pelo que a mesma caducou;

Tendo sido solicitada a prorrogação daquele prazo, o que não está previsto na mencionada disposição;

Não existindo factos supervenientes em relação ao requerimento anteriormente aprovado, pelo que poderá ser concedida nova autorização:

Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças, ouvidos o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do n.º 2 do art. 6.º do Dec.-Lei 229-C/88, de 4-7, com a reacção dada pelo Dec.-Lei 417/91, de 26-10, o seguinte:

1 — É autorizada a constituição da sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário GICES — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.

2 — São aprovados os estatutos da Sociedade Gestora, cujo original ficará depositado no Banco de Portugal.

16-12-91. — O Ministro das Finanças, *Jorge Braga de Macedo*.

**Portaria 6/92 (2.ª série).** — Tendo sido autorizada a constituição do fundo de investimento imobiliário Fundo Geril Imobiliário (GERIMO), por portaria do Ministro das Finanças publicada no DR, 2.ª, de 14-11-90, a ser gerido pela GICES — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.;

Tendo caducado a autorização para a constituição da sociedade gestora mencionada e, consequentemente, do fundo;

Tendo sido novamente autorizada a constituição daquela sociedade e requerida a manutenção da validade da autorização para constituir o fundo;

Não existindo factos supervenientes em relação ao requerimento anteriormente aprovado, pelo que poderá ser concedida nova autorização:

Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças, ouvidos o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do n.º 3 do art. 6.º do Dec.-Lei 229-C/88, de 4-7, o seguinte:

1 — É autorizada a constituição do fundo fechado de investimento imobiliário Fundo Geril Imobiliário (GERIMO), cuja administração, gestão e representação serão asseguradas pela GICES — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.

2 — É aprovado o regulamento de administração e gestão do Fundo, cujo original ficará depositado no Banco de Portugal.

16-12-91. — O Ministro das Finanças, *Jorge Braga de Macedo*.

**Portaria 7/92 (2.ª série).** — Tendo sido oportunamente requerida a constituição de um fundo de investimento imobiliário e mostrando-se o respectivo processo devidamente instruído nos termos legais:

Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças, ouvidos o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do n.º 3 do art. 6.º do Dec.-Lei 229-C/88, de 4-7, o seguinte:

1 — É autorizada a constituição do Fundo Aberto de Investimento Mobiliário — UBP — Dívida Pública, cuja administração, gestão e representação serão asseguradas pela UNIGER — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

2 — É aprovado o regulamento de administração e gestão do Fundo, cujo original ficará depositado no Banco de Portugal.

16-12-91. — O Ministro das Finanças, *Jorge Braga de Macedo*.

**Portaria 8/92 (2.ª série).** — Tendo sido oportunamente requerida a constituição de um fundo de investimento mobiliário e mostrando-se o respectivo processo devidamente instruído nos termos legais:

Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças, ouvidos o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do n.º 3 do art. 6.º do Dec.-Lei 229-C/88, de 4-7, o seguinte:

1 — É autorizada a constituição do Fundo Aberto de Investimento Mobiliário — UBP — Internacional, cuja administração, gestão e representação serão asseguradas pela UNIGER — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

2 — É aprovado o regulamento de administração e gestão do Fundo, cujo original ficará depositado no Banco de Portugal.

16-12-91. — O Ministro das Finanças, *Jorge Braga de Macedo*.

**Portaria 9/92 (2.ª série).** — Tendo sido oportunamente requerida a constituição de um fundo de investimento mobiliário e mostrando-se o respectivo processo devidamente instruído nos termos legais:

Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças, ouvidos o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do n.º 3 do art. 6.º do Dec.-Lei 229-C/88, de 4-7, o seguinte:

1 — É autorizada a constituição do Fundo Aberto de Investimento Mobiliário — UBP — Monetário, cuja administração, gestão e representação serão asseguradas pela UNIGER — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

2 — É aprovado o regulamento de administração e gestão do Fundo, cujo original ficará depositado no Banco de Portugal.

16-12-91. — O Ministro das Finanças, *Jorge Braga de Macedo*.

**Portaria 10/92 (2.ª série).** — Tendo sido oportunamente requerida a constituição de um fundo de investimento mobiliário e mostrando-se o respectivo processo devidamente instruído nos termos legais:

Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças, ouvidos o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do n.º 3 do art. 6.º do Dec.-Lei 229-C/88, de 4-7, o seguinte:

1 — É autorizada a constituição do Fundo Aberto de Investimento Mobiliário — UBP — Crescimento, cuja administração, gestão e representação serão asseguradas pela UNIGER — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

2 — É aprovado o regulamento de administração e gestão do Fundo, cujo original ficará depositado no Banco de Portugal.

16-12-91. — O Ministro das Finanças, *Jorge Braga de Macedo*.

**Portaria 11/92 (2.ª série).** — Tendo sido oportunamente requerida a constituição de um fundo de investimento mobiliário e mostrando-se o respectivo processo devidamente instruído nos termos legais:

Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças, ouvidos o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do n.º 3 do art. 6.º do Dec.-Lei 229-C/88, de 4-7, o seguinte:

1 — É autorizada a constituição do Fundo Aberto de Investimento Mobiliário — UBP — Rendimento, cuja administração, gestão e representação serão asseguradas pela UNIGER — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

2 — É aprovado o regulamento de administração e gestão do Fundo, cujo original ficará depositado no Banco de Portugal.

16-12-91. — O Ministro das Finanças, *Jorge Braga de Macedo*.

## GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO ADJUNTA E DO ORÇAMENTO

**Desp. 24/91.** — Nos termos da al. b) do n.º 3 do art. 59.º do Dec.-Lei 118/83, de 25-2, determina-se que as taxas a suportar pelos beneficiários da ADSE, definidas em despacho do Secretário de Estado das Finanças, publicado no DR, 2.ª, 63, de 17-3-83, passem a ser as seguintes:

1 — Pedido de 1.ª via do cartão de beneficiário com urgência — taxa de 200\$.

2 — Pedido de 2.ª via do cartão de beneficiário — taxa de 250\$.

3 — Pedido de 2.ª via do cartão de beneficiário com urgência — taxa de 400\$.

4 — O pagamento será feito, quando da apresentação do pedido a formalizar nos termos do n.º 4 do art. 59.º do Dec.-Lei 118/83, de 25-2, através de vale de correio enviado em conjunto com os respetivos impressos (mods. 1027 e 1028).

5 — Entende-se como urgência o prazo de 5 a 10 dias úteis para entrega dos respetivos cartões, desde que a documentação entrada na ADSE se encontre nas condições legalmente exigidas.

6 — As importâncias provenientes das taxas antes referidas constituem receitas próprias da ADSE.

7 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1-1-92.

11-12-91. — A Secretaria de Estado Adjunta e do Orçamento, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*.

### Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Por despachos do director-geral das Contribuições e Impostos e do director-geral da Administração Pública respectivamente de 20-7 e 8-11-91:

**Maria Eugénia Pereira Simões Ferreira de Figueiredo Fernandes**, escriturária-dactilógrafa principal do quadro de excedentes interdepartamentais do Ministério do Comércio e Turismo, sendo prorrogada a requisição, por mais um ano, com efeitos reportados a 19-7-91 — para exercer idênticas funções na Direcção Distrital de Finanças de Viseu.

Por despachos do director-geral das Contribuições e Impostos e do director-geral da Administração Pública respectivamente de 14-9 e 15-10-91:

**Liliana Manuela da Costa Nobre**, terceiro-oficial do quadro de efectivos interdepartamentais do Ministério da Indústria e Energia — prorrogada a requisição, por mais um ano, com efeitos a partir de 2-10-91, para exercer idênticas funções na Direcção Distrital de Finanças de Castelo Branco.

Por despachos do director-geral das Contribuições e Impostos e do director-geral do Comércio Externo respectivamente de 14-9 e 28-10-91:

**Abel Rodrigues Carmelino**, primeiro-oficial do quadro da Direcção-Geral do Comércio Externo — prorrogada a requisição, por mais um ano, com efeitos a partir de 4-10-91, para exercer idênticas funções na Direcção de Finanças de Lisboa.

Por despachos do director-geral das Contribuições e Impostos e do director-geral da Administração Pública respectivamente de 17-9 e 17-10-91:

**Raquel Umbelina Gonçalves Sousa Fernandes**, técnica auxiliar principal do quadro de efectivos interdepartamentais do MPAT — prorrogada a requisição, por mais um ano, com efeitos a partir de 7-11-91, para exercer idênticas funções nos Serviços Centrais (SAIR).

Por despachos do director-geral das Contribuições e Impostos e do director-geral para a Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros respectivamente de 20-9 e 7-11-91:

**António Luís Ramos**, segundo-oficial do quadro da Direcção-Geral da Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros — prorrogada a requisição, a partir de 14-9-91, para exercer idênticas funções na Direcção de Finanças da Guarda.

Por despachos do director-geral das Contribuições e Impostos e do director-geral da Administração Pública respectivamente de 20-9 e 14-10-91:

**Maria Adelaide Caseiro Balsa da Silva Lima**, segundo-oficial do quadro de efectivos interdepartamentais do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações — prorrogada a requisição, por mais um ano, com efeitos a partir de 7-9-91, para exercer idênticas funções na Direcção Distrital de Finanças do Porto.

(Isentos fiscalização prévia do TC.)

16-12-91. — O Subdirector-Geral, *José Maria Godinho Rodrigues*.

Por despachos do director-geral das Contribuições e Impostos e da Administração Regional de Saúde de Viseu respectivamente de 27-9 e 12-11-91:

**Maria Camila do Nascimento Ferreira Salvador**, segundo-oficial do quadro da Administração Regional de Saúde de Viseu — prorrogada a requisição, por mais um ano, com efeitos a partir de 13-11-91, para exercer idênticas funções no Centro de Estudos Fiscais desta Direcção-Geral.

Por despachos do director-geral das Contribuições e Impostos e do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Évora de 26-10, e 19-11-91, respectivamente:

**Maria Laura Espada de Torres Faz Freire Príncipe Rosado**, ajudante de lar e centro de dia de 3.ª classe da Casa Pia de Évora, a exer-

cer funções de telefonista na Direcção Distrital de Finanças de Évora — prorrogada a requisição, por mais um ano, a partir de 14-11-91, para exercer idênticas funções.

Por despachos do director-geral das Contribuições e Impostos e do director-geral da Administração Pública de 23-8 e 10-10-91, respectivamente:

**Virginia de Carvalho Pereira Pimenta**, técnica auxiliar analista principal do quadro de excedentes interdepartamentais do Ministério do Comércio e Turismo — prorrogada a requisição, por mais um ano, com efeitos a partir de 14-9-91, para exercer idênticas funções na Direcção de Finanças de Viana do Castelo.

(Isentos de fiscalização prévia do TC.)

Por despacho de 2-12-91 do director-geral das Contribuições e Impostos, por delegação:

**Henrique Manuel Lima Fiúza**, perito de fiscalização tributária de 1.ª classe do quadro desta Direcção-Geral — passa à situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 3-2-92. (Não carece de anotação do TC.)

Por despacho de 2-12-91 do director-geral:

**Marie Andrée Leitão Bignolas Mira da Silva**, a desempenhar funções nos serviços centrais desta Direcção-Geral — rescindido, a pedido da interessada, o contrato a termo certo celebrado, com efeitos a partir de 16-12-91.

Por despachos do director-geral das Contribuições e Impostos e do director de Serviços do Departamento de Recursos Humanos do Ensino da Direcção Regional da Educação de Lisboa de 30-4 e 8-10-91, respectivamente:

**João Luís de Oliveira Santos**, auxiliar de acção educativa de 2.ª classe do quadro de vinculação do Distrito de Setúbal, com afectação à Esc. Sec. de Alfredo da Silva — prorrogada a requisição, por um ano, com efeitos a partir de 11-5-91, para exercer idênticas funções na Direcção Distrital de Finanças de Setúbal.

Por despachos do director-geral das Contribuições e Impostos e do reitor da Universidade do Algarve de 18 e 30-10-91, respectivamente:

**Laura Maria Rodrigues Pais Macedo**, terceiro-oficial do quadro de pessoal da Universidade do Algarve — prorrogada a requisição, por mais um ano, com efeitos a partir de 7-12-91, para exercer idênticas funções na Direcção Distrital de Finanças de Faro.

Por despachos do director-geral das Contribuições e Impostos e do director-geral das Instalações e Equipamentos de Saúde de 8-11 e 17-12-90, respectivamente:

**Aires Martins Rodrigues**, escriturário-dactilógrafo principal do quadro da Direcção-Geral das Instalações e Equipamento de Saúde — prorrogada a requisição, por mais um ano, com efeitos a partir de 27-12-90, para exercer idênticas funções na Direcção Distrital de Finanças de Lisboa.

(Isentos de fiscalização prévia do TC.)

Por despacho do director-geral das Contribuições e Impostos de 3-12-91:

**Victória Joana Bravo Gonçalves Ferreira Taborda Farinha**, técnica superior de 1.ª classe do quadro do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, Ministério da Administração Interna — transferida para idêntico lugar do quadro desta Direcção-Geral.

18-12-91. — O Subdirector-Geral, *José Maria Godinho Rodrigues*.

**Rectificação.** — Por despacho do director-geral das Contribuições e Impostos de 10-12-91 se rectifica o júri do concurso para assessor principal da carreira de técnico economista, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 201, de 2-9-91, pelo que onde se lê «Presidente: director-geral das Contribuições e Impostos, licenciado Manuel Jorge Pombo Cruchinho» deve ler-se «Presidente: licenciado José Maria Godinho Rodrigues, subdirector-geral».

**Rectificação.** — Por despacho do director-geral das Contribuições e Impostos de 9-12-91 se rectifica o júri do concurso para assessor principal da carreira de técnico jurista, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 201, de 2-9-91, pelo que onde se lê «Presidente: director-geral das Contribuições e Impostos, licenciado Manuel Jorge Pombo Cruchinho» deve ler-se «Presidente: licenciado José Maria Godinho Rodrigues, subdirector-geral».

**Rectificação.** — Por despacho do director-geral das Contribuições e Impostos de 9-12-91 se rectifica o júri do concurso para assessor da carreira de técnico economista, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 201, de 2-9-91, pelo que onde se lê «Presidente: director-geral das Contribuições e Impostos, licenciado Manuel Jorge Pombo Cruchinho» deve ler-se «Presidente: licenciado José Maria Godinho Rodrigues, subdirector-geral».

**Rectificação.** — Por despacho do director-geral das Contribuições e Impostos de 9-12-91 se rectifica o júri do concurso para assessor da carreira de técnico jurista, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 201, de 2-9-91, pelo que onde se lê «Presidente: director-geral das Contribuições e Impostos, licenciado Manuel Jorge Pombo Cruchinho» deve ler-se «Presidente: licenciado José Maria Godinho Rodrigues, subdirector-geral».

17-12-91. — O Subdirector-Geral, *José Maria Godinho Rodrigues*.

**Rectificação.** — Para os devidos efeitos se rectifica a publicação inserta no DR, 2.ª, 290, de 17-12-91, a p. 12 904, pelo que onde se lê «António José Gonçalves, técnico economista de 2.ª classe» deve ler-se «António José Gonçalves, técnico economista de 1.ª classe».

18-12-91. — O Subdirector-Geral, *José Maria Godinho Rodrigues*.

#### Serviço de Informática Tributária

**Rectificação.** — Por despacho de 3-12-91 do director-geral das Contribuições e Impostos se rectifica o aviso de abertura publicado no DR, 2.ª, 241, de 19-10-91, do concurso interno geral de acesso para provimento de duas vagas de assessor do quadro de contingência do Serviço de Informática Tributária, do quadro geral de pessoal da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, pelo que o n.º 8 do referido aviso passa a ter a seguinte redacção:

8 — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente — licenciada Maria Isabel Madeira Alves, directora de serviços.  
Vogais efectivos:

Licenciada Teresa Maria de Melo Claro da Fonseca, directora de serviços (que substitui a presidente nas suas faltas e impedimentos).  
Licenciado José Carlos Costa Pereira, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Licenciado António Manuel Soares da Fonseca, assessor de informática.  
Engenheira Maria Alice Bastos Faria, assessora de informática.

5-12-91. — O Subdirector-Geral, *José Rodrigo de Castro*.

#### GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO

##### Direcção-Geral do Tesouro

Por despacho de 10-12-91:

Carlos António Rodrigues Gonçalves Ribeiro, tesoureiro-ajudante, em serviço na Tesouraria da Fazenda Pública junto do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa — transferido para idêntico lugar na Tesouraria da Fazenda Pública do 15.º Bairro Fiscal de Lisboa. (Não carece de fiscalização do TC.)

Por despacho de 16-12-91:

Maria Filomena Correia Moura, tesoureira-ajudante principal, em serviço na Tesouraria da Fazenda Pública de Sabrosa — mandada desligar do serviço por aposentação.

18-12-91. — O Director de Serviços, *Armando Dinis Caneiro*.

Por termo de transição de valores efectuado em 2-12-91:

José Ventura Ferreira de Azevedo Santos, tesoureiro da Fazenda Pública de 3.ª classe — investido na gerência da 2.ª Tesouraria da Fazenda Pública de Santo Tirso, com efeitos desde 2-12-91. (Não carece de fiscalização do TC.)

Por despacho de 19-12-91:

Maria Eugénia Dias Pereira de Moura Portugal, tesoureira-ajudante principal, em serviço na Tesouraria da Fazenda Pública do 9.º Bairro Fiscal de Lisboa — mandada desligar por aposentação.

20-12-91. — O Director de Serviços, *Armando Dinis Caneiro*.

#### MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

##### Instituto para a Cooperação Económica

**Aviso.** — Nos termos do disposto na al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que se encontra afixada no Instituto para a Cooperação Económica, sito na Avenida da Liberdade, 192, 2.º, para efeitos de consulta, a lista de candidatos ao concurso interno geral de acesso para o preenchimento de duas vagas de assessor principal, nas áreas de direito e engenharia civil, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 271, de 25-11-91.

26-12-91. — Pelo Presidente do Júri, *José Manuel Correia Pinto*.

#### MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

##### Gabinete de Estudos e Planeamento

**Aviso.** — Para efeitos do disposto na al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que se encontra afixada na Secção de Pessoal deste Gabinete, Rua de Filipe Folque, 44, Lisboa, a lista dos candidatos admitidos ao concurso para programador-adjunto de 2.ª classe, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 261, de 13-11-91.

17-12-91. — O Director-Geral, *António Manuel Pinto*.

#### GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

##### Direcção-Geral do Ordenamento do Território

Por despacho do signatário de 11-12-91:

Maria Isabel Pacheco Ceia, técnica superior principal do quadro desta Direcção-Geral — autorizada a recuperar a remuneração de exercício perdido (dois dias) no corrente ano, por motivo de doença. (Não está sujeito a fiscalização prévia do TC.)

16-12-91. — O Director-Geral, em substituição, *Victor Manuel Carvalho Melo*.

Por despachos do signatário de 17-12-91:

Autorizada a recuperação da remuneração de exercício perdido no corrente ano aos seguintes funcionários do quadro desta Direcção-Geral:

José Manuel Duarte Gomes Álvarez, técnico superior de 1.ª classe — 5 dias.

Elisabeth Maria Pais Vieira Álvarez, técnica adjunta principal — 21 dias.

Maria Leonor Gaspar da Silva Vieira Adão, primeiro-oficial — 3 dias.  
Antónia Maria Gameiro Galhoz Rosa Maria, segundo-oficial — 5 dias.

Elvira Leite Dias, auxiliar administrativo — 1 dia.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do TC.)

17-12-91. — O Director-Geral, em substituição, *Victor Manuel Carvalho Melo*.

#### GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

##### Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

**Aviso.** — Em cumprimento do disposto no art. 5.º, n.º 3, al. d), do Dec.-Lei 265/88, de 28-7, informam-se os interessados, nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, conjugado com o

art. 24.º, n.º 2, al. b), do mesmo diploma, de que se encontra afi-xada na Secção de Pessoal da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, sita na Avenida de D. Carlos I, 126, 7.º, em Lisboa, a lista de classificação final dos candidatos aprovados no estágio terminado em 29-10-91, referente ao concurso externo de admissão ao estágio de ingresso para preenchimento de cinco lugares de técnico superior de 2.ª classe do quadro único do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, dotação da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 300, de 29-12-88, depois de homologada por despacho do director-geral do Desenvolvimento Regional.

A referida lista pode ser consultada durante as horas normais de expediente.

12-12-91. — A Presidente do Júri, *Cristina Souto Pires*.

### Centro Nacional de Informação Geográfica

**Aviso.** — 1 — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se publicar que, por meu despacho de 11-12-91, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias, a contar da data da publicação deste aviso no DR, concurso interno geral de acesso para o provimento de um lugar de motorista de ligeiros do quadro de pessoal do Centro Nacional de Informação Geográfica, aprovado pela Port. 1145/91, de 7-11.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para a vaga indicada, caducando com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao motorista conduzir viaturas ligeiras de transporte de passageiros ou de mercadorias, cuidar da conservação das viaturas que lhe forem distribuídas e, bem assim, executar tarefas indispensáveis ao normal funcionamento dos serviços.

4 — Condições de admissão — Podem ser admitidos ao concurso os candidatos que:

- a) Sejam funcionários ou agentes que reúnam os requisitos mencionados nos arts. 6.º, n.º 4 e 22.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12;
- b) Possuam, de acordo com o que determina o n.º 4 do art. 23.º do Dec.-Lei 248/85, de 15-7, como habilitações mínimas a escolaridade obrigatória e a carta de condução, devendo possuir ainda experiência profissional comprovada e o perfil adequado para o exercício da função.

5 — Local de trabalho e vencimento — o local de trabalho situa-se em Lisboa, sendo o respectivo vencimento correspondente à categoria do lugar a prover constante no Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10 (novo sistema retributivo), sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para a função pública.

6 — Os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

- a) Avaliação curricular;
- b) Entrevista profissional de selecção.

7 — Formas de candidatura — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do Centro Nacional de Informação Geográfica e entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para a Rua de Braamcamp, 82, 1.º, direito, 1200 Lisboa.

8 — Dos requerimentos de admissão deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e arquivo de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e número de telefone);
- b) Categoria que possui e serviço a que pertence;
- c) Habilidades literárias;
- d) Concurso a que se candidata, indicando o número e data do DR onde foi publicado o respectivo aviso de abertura;
- e) Quaisquer outros elementos que o concorrente considere dever apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito;
- f) Número e data de emissão e validade da carta de condução.

8.1 — Os requerimentos deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo das habilitações literárias exigidas;
- b) *Curriculum vitae*;
- c) Declaração, passada pelo serviço a que pertence, devidamente autenticada e actualizada, da qual conste, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo à função pública e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço nos últimos três ou cinco anos, consoante a situação.

8.2 — É dispensada a apresentação do documento referido na al. a) anterior, desde que os candidatos declarem no requerimento, sob compromisso de honra, ser detentores das habilitações que invocam, devendo, neste caso, apor uma estampilha fiscal de 150\$, a inutilizar com a sua assinatura.

9 — Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

10 — A este concurso serão aplicáveis as disposições dos Decs.-Leis 498/88, de 30-12, e 248/85 de 15-7.

11 — O júri terá a seguinte constituição:

Presidente — engenheiro Rui Gonçalves Henriques, presidente do CNIG.

Vogais efectivos:

José Salgado Gaspar, chefe de repartição.

Filomena Maria de Antunes Pereira, técnica especialista principal.

Vogais suplentes:

João Reis Machado, assessor do GEPAT.

Luis Manuel Soczka, professor associado.

O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

### Regulamento das Provas de Concursos da Carreira de Investigação do CNIG

#### CAPÍTULO I

##### Disposições gerais

###### Artigo 1.º

###### Requerimento

É dirigido ao presidente do CNIG todo o requerimento em que se solicita a prestação de provas ou à apresentação aos concursos previstos neste Regulamento.

###### Artigo 2.º

###### Verificação de requisitos e nomeação do júri

1 — A nomeação dos júris das provas e concursos da carreira de investigação é feita pelo presidente do CNIG, sob proposta do conselho responsável pelas actividades de formação (CRAF).

2 — No caso de requerimento para provas de acesso, o presidente, previamente à nomeação do respectivo júri, mandará verificar se o candidato tem o tempo de serviço mínimo na categoria em que se encontra provido.

###### Artigo 3.º

###### Publicidade

Todas as provas são públicas.

###### Artigo 4.º

###### Apreciação final das provas

Concluídas as provas a que alude o presente Regulamento, o júri dará cumprimento ao disposto no art. 21.º do Dec.-Lei 68/88, de 3-3.

###### Artigo 5.º

###### Recrutamento por concurso

1 — Sempre que o recrutamento de pessoal de investigação se faça por concurso, nos termos dos arts. 5.º e 10.º do Dec.-Lei 68/88, a sua regulamentação constará do respectivo aviso de abertura.

2 — Quando o recrutamento se processar de acordo com o disposto no número anterior, o júri deliberará previamente sobre a admissão dos candidatos a concurso, devendo proceder à exclusão daqueles cujo currículo científico não seja compatível com a categoria a que concorrem ou se situe fora da área científica para que foi aberto o concurso.

3 — O CRAF remeterá previamente ao júri a sua apreciação do mérito científico dos candidatos e da adequação da respectiva área científica, nos casos previstos nas als. b) e c) do n.º 1 do art. 10.º do Dec.-Lei 68/88.

4 — Sempre que um candidato for excluído, o júri elaborará um relatório justificativo, que será assinado por todos os membros e de cujo teor será dado conhecimento ao candidato.

**Artigo 6.º****Actas**

De todas as reuniões do júri serão lavradas actas.

**Artigo 7.º****Periodicidade**

1 — O CNIG promoverá anualmente a abertura de concursos para o preenchimento das vagas da carreira de investigação sempre que as mesmas se verifiquem no respectivo quadro de pessoal.

2 — A título excepcional e em casos devidamente justificados, a comissão coordenadora do Conselho Responsável pelas Actividades de Formação (CRAF) poderá propor ao presidente a abertura de concursos fora da periodicidade referida no número anterior.

**CAPÍTULO II****Acesso à categoria de assistente de investigação****Artigo 8.º****Documentação a apresentar**

O requerimento para a prestação de provas de acesso à categoria de assistente de investigação é instruído com:

- a) Cinco exemplares do relatório circunstanciado a que se refere a al. a) do n.º 1 do art. 16.º do Dec.-Lei 68/88;
- b) Parecer escrito do orientador do requerente;
- c) Cinco exemplares do trabalho síntese sobre um tema à escolha do candidato a que alude a al. b) do n.º 1 do art. 16.º do Dec.-Lei 68/88.

**Artigo 9.º****Júri**

1 — Publicada no DR a nomeação do júri, este deverá reunir, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação, e as provas realizar-se-ão até ao 90.º dia posterior ao daquela reunião.

2 — Na sua primeira reunião, o júri fixará o dia, a hora e o local das provas e designará os respectivos argentes.

**Artigo 10.º****Regime das provas**

1 — As provas consistem em:

- a) Apresentação e discussão do relatório previsto na al. a) do n.º 1 do art. 16.º do Dec.-Lei 68/88;
- b) Discussão do trabalho síntese previsto na al. b) do n.º 1 do art. 16.º do Dec.-Lei 68/88.

2 — A realização das provas processa-se de acordo com o estabelecido nos n.ºs 2 a 9 do art. 16.º do Dec.-Lei 68/88.

**CAPÍTULO III****Acesso à categoria de investigador auxiliar****Artigo 11.º****Documentação a apresentar**

1 — O requerimento para a prestação de provas de acesso à categoria de investigador auxiliar é instruído com:

- a) Cinco exemplares da dissertação a que se refere o n.º 2 do art. 17.º do Dec.-Lei 68/88;
- b) Parecer subscrito pelo investigador, professor universitário ou doutor da mesma área científica, a que alude o n.º 4 do art. 17.º do Dec.-Lei 68/88.

2 — Ao candidato é ainda facultada a apresentação de um mínimo de 10 exemplares do respectivo *curriculum vitae*.

**Artigo 12.º****Júri**

É aplicável à prova de acesso à categoria de investigador auxiliar o disposto no art. 9.º do presente Regulamento.

**Artigo 13.º****Regime geral das provas**

1 — As provas de acesso à categoria de investigador auxiliar consistem em:

- a) Apresentação e discussão de uma dissertação original e especialmente escrita para o efeito;
- b) Prova complementar reveladora do nível científico e cultural que o CRAF do CNIG considere indispensável para a investigação da respectiva área.

2 — O candidato será dispensado da prova referida na al. b) do número anterior nas situações previstas no n.º 6 do art. 17.º do Dec.-Lei 68/88.

**Artigo 14.º****Regime da prova de dissertação**

1 — A apresentação e discussão da dissertação será feita por dois membros do júri, um dos quais, pelo menos, não pertence ao CNIG.

2 — A discussão não poderá exceder 120 minutos, cabendo um período máximo de 30 minutos a cada argente e devendo ser proporcionada ao candidato a possibilidade de responder às críticas feitas.

**Artigo 15.º****Regime da prova complementar**

1 — A prova complementar constará mediante deliberação da comissão coordenadora do CRAF, de uma das três provas seguintes:

- a) Discussão de dois pontos sobre temas estritamente relacionados com matérias da área científica do candidato;
- b) Discussão de um estudo, proposto pelo candidato, que constitua uma actualização de conhecimentos ou uma análise original sobre tema delimitado no âmbito da área científica do candidato;
- c) Discussão de um projecto de investigação apresentado pelo candidato dentro das matérias da respectiva área científica do candidato.

2 — Fixado pela comissão coordenadora do CRAF o tipo de prova complementar a que o candidato será sujeito, este será notificado do facto.

3 — Após a notificação, o candidato deve, no prazo de 30 dias, indicar o tema escolhido, caso a comissão coordenadora do CRAF opte pela prova referida nas als. b) ou c).

4 — O texto do estudo ou do projecto de investigação referidos nas als. b) e c) do n.º 1 não deverá exceder 50 páginas do formato A4, dactilografadas a dois espaços, devendo ser entregue pelo candidato no prazo de 90 dias a contar da notificação.

5 — Os pontos para discussão a que se refere a al. a) do n.º 1 serão sorteados entre 15 propostos pelo júri.

5.1 — A afixação dos pontos e o respectivo sorteio terão lugar 30 dias antes da data do início de prestação de provas.

5.2 — Cada um dos dois pontos será discutido por um membro do júri durante o período máximo de 45 minutos.

6 — As discussões a que se referem as als. b) e c) do n.º 1 ficarão a cargo de um membro do júri e terão a duração máxima de duas horas.

7 — A prova complementar será separada da prova de apresentação e discussão da dissertação original por um intervalo mínimo de 24 horas.

**CAPÍTULO IV****Acesso à categoria de investigador principal e de investigador-coordenador****SECÇÃO I****Disposições comuns****Artigo 16.º****Concurso**

O acesso às categorias de investigador principal e de investigador-coordenador faz-se por concurso, nos termos dos arts. 8.º e 9.º do Dec.-Lei 68/88, de 3-3.

**Artigo 17.º****Admissibilidade dos candidatos**

À primeira reunião dos júris dos concursos regulados neste capítulo e às decisões exclusórias nela proferidas é aplicável o disposto na segunda parte do n.º 2 e no n.º 4 do art. 5.º do presente Regulamento.

## SECÇÃO II

### Acesso à categoria de investigador

Artigo 18.º

#### Documentação a apresentar

No prazo de 30 dias, a contar da data em que lhes for notificado o despacho proferido ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 2.º do presente Regulamento, os candidatos ao concurso de acesso à categoria de investigador principal devem entregar:

- a) Cinco exemplares do relatório das actividades referido no n.º 2 do art. 8.º do Dec.-Lei 68/88;
- b) Um exemplar das obras publicadas a título individual ou colectivo;
- c) Cinco exemplares do respectivo *curriculum vitae*.

Artigo 19.º

#### Prazo de proferimento da decisão

Publicado no *DR* o despacho da respectiva nomeação, o júri do concurso documental previsto no art. 8.º do Dec.-Lei 68/88 deve reunir nos 30 dias imediatos e proferir, nos termos do art. 21.º do mesmo diploma, com as necessárias adaptações, decisão no prazo máximo de 90 dias a contar daquela publicação.

## SECÇÃO III

### Acesso à categoria de investigador-coordenador

Artigo 20.º

#### Júri

É aplicável às provas de acesso à categoria de investigador-coordenador o disposto no art. 9.º do presente Regulamento.

Artigo 21.º

#### Documentação a apresentar

1 — No prazo de 30 dias, a contar da data em que lhes for comunicado o despacho proferido ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 12.º do presente Regulamento, os candidatos ao concurso de acesso à categoria de investigador-coordenador devem entregar:

- a) Cinco exemplares do respectivo *curriculum vitae*;
- b) Cinco exemplares de cada uma das obras publicadas a título individual ou colectivo;
- c) Cinco exemplares do programa de investigação mencionado na al. b) do n.º 1 do art. 18.º do Dec.-Lei 68/88.

2 — O programa de investigação referido no número anterior deverá incluir uma síntese dos conhecimentos existentes sobre o tema a tratar, uma apresentação crítica dos problemas já tratados e dos problemas em aberto, bem como um programa de estudos relativos a alguns desses problemas, e deve explicitar a metodologia proposta, o planeamento dos meios necessários, os objectivos a atingir e os benefícios esperados da sua realização.

Artigo 22.º

#### Regime das provas

1 — As provas do concurso de acesso à categoria de investigador-coordenador mencionadas no art. 18.º do Dec.-Lei 68/88 são separadas por um intervalo mínimo de 24 horas, contadas entre os respectivos inícios.

2 — A apreciação e discussão do currículo, que terá a duração máxima de duas horas, será feita por dois membros do júri, um dos quais pelo menos, não pertencente ao CNIG, que elaborará um parecer fundamentado sobre o qual se baseará a discussão.

3 — A apresentação do programa de investigação terá a duração de 60 minutos, podendo a discussão, que ficará a cargo de um único membro do júri, demorar, no máximo, o mesmo tempo.

30-11-91. — O Presidente, *Rui Gonçalves Henriques*.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**GABINETE DO MINISTRO**

**Desp. 47/91.** — As importantes actividades e atribuições de natureza jurídica e judiciária que o Ministério da Justiça tutela ou prossegue a nível interno têm natural expressão na intervenção a que deve

dar apoio ou que há-de protagonizar, a nível internacional, seja no quadro das relações bilaterais ou das que se estabelecem no seio das múltiplas organizações a que o nosso país pertence.

Essa intervenção, já hoje relevantíssima, dia a dia se alarga na justa medida em que, no mundo, as relações entre países se diversificam e se aprofundam e, na Europa Comunitária, se caminha para formas mais avançadas de integração económica, cultural, social e política.

Corolário de todo esse esforço de aproximação é o incremento da cooperação jurídica e judiciária entre os Estados, domínio em que o Ministério da Justiça continua a deter especiais competências e responsabilidades, seja por imperativos de ordem legal ou por incumbência das entidades que politicamente corporizam a representação nacional.

Optimizar o nível das representações constituídas sob a égide do Ministério da Justiça, imprimir unidade e coerência à actuação dos peritos e técnicos que as integram e rentabilizar, em benefício do aperfeiçoamento do direito interno e das nossas instituições, a rica experiência colhida dos contactos internacionais são objectivos permanentes que inspiram as medidas que agora se entendeu oportuno tomar.

Tais medidas hão-de operar no sentido de integrar e aperfeiçoar a informação a disponibilizar ao Ministro e de favorecer melhor apoio aos peritos nacionais, seja na fase de preparação das reuniões ou na da execução das acções que, com frequência, delas decorrem.

Com o mandato de acompanhar e dar impulso aos objectivos enunciados e de conceber e coordenar as acções que lhes sirvam de suporte, designo como coordenador para a área das relações internacionais o Dr. Joaquim de Seabra Lopes, director-geral do Gabinete de Estudos e Planeamento. A existência de um interlocutor altamente qualificado, intervindo como elo de ligação entre os peritos nacionais e o Ministro que os designa, não empalidece o decisivo papel que a estes continuará a caber no êxito das representações nacionais.

Compete ao coordenador agora designado, sem prejuízo do que, tendo em consideração os fins deste despacho, me venha a propor:

- a) Submeter à minha apreciação as propostas de designação dos representantes em reuniões internacionais;
- b) Preparar, em ligação com os peritos designados, e propor, se for o caso, as orientações que, no interesse nacional, devam ser sufragadas nessas reuniões;
- c) Receber os relatórios das reuniões, examiná-los, sugerir a sequência a dar ao que neles seja proposto e acompanhar o desenvolvimento do respectivo processo;
- d) Preparar e propor até 30 de Novembro de cada ano o mapa das reuniões internacionais previstas para o ano subsequente, incluindo os peritos que nelas devam participar, sem prejuízo de alterações ulteriores que venham a justificar-se.

Para o próximo ano, o mapa referido na al. d) ser-me-á presente com um relatório circunstanciado e sucinto da análise que o coordenador agora designado faz da situação existente e do que sirva a melhorá-la, relatório que gostaria de ter disponível com a brevidade possível.

Os peritos e todos os serviços do Ministério, incluindo o meu Gabinete, no âmbito da actuação coberta por este despacho, darão ao coordenador a colaboração de que careça para o bom exercício das relevantes funções de que agora é incumbido. Poderá ser solicitado ao meu Gabinete o apoio técnico e administrativo que não possa ser disponibilizado pelos peritos designados, pelos serviços a que pertencem ou pelo Gabinete de Estudos e Planeamento.

23-12-91. — O Ministro da Justiça, *Álvaro José Brilhante Labrinho Lúcio*.

**Secretaria-Geral**

**Aviso.** — Nos termos da al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que a lista dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de acesso para preenchimento de duas vagas de assessor principal da carreira técnica superior de engenharia do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, concurso 1, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 243, de 22-10-91, pode ser consultada no referido serviço, Ministério da Justiça, Praça do Comércio, 2.º, Lisboa.

9-12-91. — O Presidente do Júri, *José Manuel dos Santos Estrela*.

**Aviso.** — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que, devidamente homologada por despacho de 12-12-91 do secretário-geral, a lista de classificação final do candidato aprovado no concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de técnico superior principal da carreira técnica superior de engenharia do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Mi-

nistério da Justiça, concurso II, aberto por aviso publicado no DR, 2.º, 243, de 22-10-91, pode ser consultada no referido serviço, Ministério da Justiça, Praça do Comércio, 2.º, Lisboa.

Esta lista admite recurso para o Ministro da Justiça no prazo de 10 dias a contar da publicação do presente aviso, com a dilação prevista no n.º 3 do art. 24.º do referido diploma.

12-12-91. — O Presidente do Júri, *José Manuel dos Santos Estrela*.

### Conselho Superior de Medicina Legal

**Aviso.** — Nos termos do art. 24.º, n.º 2, al. a), do Decreto-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que a lista de candidatos admitidos e excluídos referente ao concurso documental tendo em vista a celebração de contratos, em regime de avença, com peritos médicos para a prática de exames médico-legais fora das áreas de actuação dos institutos de medicina legal e gabinetes médico-legais, aberto por aviso publicado no DR, 2.º, 230, de 7-10-91, tem a seguinte composição:

#### Candidatos admitidos:

##### Águeda:

Deolinda Carlos Gonçalves Pinto do Amaral.  
Joaquim Martins Henriques.

##### Albergaria-a-Velha:

Augusto Jorge Lacerda Neves.  
Joaquim Martins Henriques.

##### Albufeira:

José Luís da Silva Garcês.

##### Alcobaça:

Aníbal Franco Gedeão.  
Jorge Miguel Alves de Araújo.

##### Almada:

António José Martins Amaral.

##### Almeida:

João Manuel Nunes Guerra.

##### Alvaiázere:

António Manuel Vaz de Moraes.

##### Amarante:

Aníbal José Pinto de Almeida.  
Fernando Antero de Magalhães Brochado.

##### Amares:

José Paulo Tinoco da Silva.

##### Anadia:

Adelino Lopes Mega.

##### Angra do Heroísmo:

Virgílio Alberto Bastos Scheneider Guimarães.

##### Ansião:

Hélder José Ferreira.

##### Arcos de Valdevez:

António Maria Carmo Pereira Júnior.  
Belmira Margarida Torres Reis Rodrigues.

##### Arouca:

Vitor Fernandes Gomes Brandão.

##### Aveiro:

Cândido Tavares Quininha.  
Deolinda Carlos Gonçalves Pinto do Amaral.  
Manuel Francisco Felgueiras Pinto.  
Maria da Conceição Lopes Lobo da Fonseca.  
Maria Helena Morais de Araújo.

#### Baião:

Augusto Trindade Rodrigues Valente.  
José Teixeira da Silva.

#### Barcelos:

Gil Godinho da Silva Braga.  
José Alberto Lima Costa e Silva.  
Manuel José Rodrigues da Silva.

#### Barreiro:

José Manuel Bolinhos Lopes.

#### Beja:

Eduardo António Marques dos Santos.

#### Braga:

Isabel Maria Peixoto de Freitas Ribeiro Pereira.  
José Jerónimo de Matos Fernandes.  
José Manuel Pereira Machado.

#### Cabeceiras de Basto:

Manuel de Matos Oliveira.  
Serafim China Pereira.

#### Cadaval:

Pedro Gaspar Rodrigues.

#### Cantanhede:

Jaime da Cruz Moreira Baptista.

#### Cascais:

João José de Sá Nogueira Meira e Cruz.  
Joaquim Manuel da Costa Domingues.  
Josias Ferreira Gil.

#### Castelo Branco:

Aurélia Silveira Costa.  
Eugenio Ventura Cabrita Rodrigues.  
Miguel Eugénio Cardoso Resende.

#### Castelo de Paiva:

Carlos Alberto Coelho Carmo Canhoto.

#### Castro Daire:

Joaquim Francisco de Lima Cardão.

#### Celorico da Beira:

António Nunes Lopes.  
Manuel Francisco de Almeida Gomes.

#### Celorico de Basto:

Cecília Vieira da Cunha.  
Ernesto Alves Martins.  
José Carlos Fernandes de Faria.

#### Covilhã:

Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira.  
Gualdim Palla Brandão.  
Jorge Lopes Martins de Almeida.

#### Elvas:

José Manuel Pintão Moreno Antunes.  
José Pardal de Melo e Sousa.

#### Entroncamento:

Maria Luísa Ribeiro Martins.

#### Espinho:

Francisco José Lemos da Costa.  
Guilhermina Rosa dos Santos Rangel.  
Henrique Manuel Gonzalez Delgado Carreira.  
Maria Helena Morais de Araújo.

## Esposende:

Ana Cristina Rufino Bulas Cruz.  
José Alberto Lima Costa e Silva.

## Estarreja:

Deolinda Carlos Gonçalves Pinto Amaral.  
Fernando Alcino da Silva Lopes.  
Maria de Lurdes da Costa Romão.  
Maria Helena Moraes de Araújo.

## Évora:

José Rui Graça Dias Ferreira.  
Luis Filipe de Oliveira Pinto.

## Fafe:

Manuel de Matos Oliveira.

## Faro:

António Gonçalo do Nascimento Belchior.  
José Luís da Silva Garcês.

## Felgueiras:

Manuel de Matos Oliveira.

## Ferreira do Zêzere:

Ubaldo Luís Menezes de Castro Fernandes.

## Figueira da Foz:

Paulo Luís Pereira Marques da Silva.

## Figueiró dos Vinhos:

Luis António Correia de Frias Henriques Fernandes.  
Manuel Alves da Piedade.

## Fornos de Algodres:

Alfredo Mendes da Cruz Neves.  
José Maria Figueira Veiga.  
Manuel Francisco de Almeida Gomes.

## Funchal:

José Carlos Freitas de Morna Ramos.  
José Emanuel Macedo da Silva Pita.  
José Manuel Freitas de Morna Ramos.

## Fundão:

Manuel Augusto Santos Coelho.

## Gouveia:

João José Pina Cabral Espírito Santo.  
Maria Manuelinda da Silva Portela Cruz Neves.

## Grândola:

Luis Augusto Campos Calado.

## Guarda:

António Nunes Lopes.  
José Martins das Neves.  
Manuel Francisco de Almeida Gomes.  
Manuel Marques Roque.  
Messias Matias Coelho.  
Raul Gil Saraiva.

## Guimarães:

Francisco Manuel Almeida Cunha.  
Laurinda Maria da Silva Guimarães Lemos.  
Manuel de Matos Oliveira.  
Mário Manuel Remídio Dias de Castro.

## Idanha-a-Nova:

António Rodrigues Guardado.  
Maria Clara Tavares Ruivo Martins Quiñoy.  
Pedro Carreira Henriques.

## Lagos:

António Augusto Vieira Nunes da Silva.  
Eduardo António de Mesquita Oliveira Martins.  
Maria da Luz Lobo de Castro e Silva.

## Leiria:

José da Cunha Ferreira.  
José Luís de Oliveira Pereira Ruivo.

## Loulé:

José Luís da Silva Garcês.

## Loures:

Frederico Manuel Capitão Pedrosa.

## Lourinhã:

Carlos Luís Reis da Silva.

## Lousã:

Francisco José Correia Alves.

## Mafra:

Frederico Manuel Capitão Pedrosa.

## Mangualde:

António José Amaral Beirão.  
João de Almeida Ferrão.  
José Esteves Marques Pereira.  
José Manuel Figueiredo Borges Diniz.

## Marco de Canaveses:

António Manuel Prestes Ribeiro.  
Fernando Antero Magalhães Brochado.  
Maria Margarida Correia de Almeida Bonifácio Andrade.

## Marinha Grande:

Artur José Felisberto.  
Maria Dulce Geraldes Mendes.  
Regina Maria Pêcego Perry da Silva.

## Matosinhos:

Eduardo Jorge Santos Coutinho.  
Frederico José Ferreira de Neves Pinto.  
Guilhermina Rosa dos Santos Rangel.  
Hélder Afonso Correia.  
Margarida Maria Ferreira da Silva Geraldes.  
Rui Manuel Ponce Leão e Oliveira.

## Melgaço:

Carlos Alberto Alves de Oliveira.  
Manuel da Costa Cajão.

## Miranda do Douro:

Albino Armando Martins Parreira.  
José Afonso Domingues.

## Moimenta da Beira:

Adilson Ramos Fernandes.

## Moita:

José Manuel Bolinhas Lopes.

## Monção:

Carlos Alberto Alves de Oliveira.  
Manuel Armando Esteves Costa.

## Mondim de Basto:

Ernesto Alves Martins.  
Rui Marques Rodrigues dos Santos.

## Montalegre:

Américo José Canedo.  
Eugénio da Conceição Pires Fecha.  
Joaquim Lopes Pires.

- Montemor-o-Novo:**  
António Luís da Mota Vacas.  
Pedro Ferreira Martins Calado.
- Montemor-o-Velho:**  
António Dulcidónio Zacarias do Menino Jesus Barros Dias.
- Moura:**  
Eduardo Mendonça Gonçalves.  
Helena dos Anjos Costa Arvelos.
- Murça:**  
Alfredo Jaime Carvalho Cardoso.  
José Joaquim Gotlib da Costa Gonçalves.
- Nelas:**  
José Esteves Marques Pereira.
- Oeiras:**  
João José de Sá Nogueira Melo e Cruz.
- Oleiros:**  
Hélder dos Santos Pacheco.
- Olhão da Restauração:**  
António Gonçalo do Nascimento Belchior.  
José Luís da Silva Garcês.
- Oliveira de Azeméis:**  
Mário Castro Marques Pinheiro.
- Oliveira de Frades:**  
António Manuel da Silva Cabrita Grade.  
Joaquim Francisco de Lima Cardão.  
José Luis Ferreira Figueirinhas.
- Oliveira do Bairro:**  
Aldina das Neves Roque Oliveira.  
Álvaro Pires dos Santos.
- Oliveira do Hospital:**  
Francisco Antunes.  
José Gil Costa.  
Raul António Jorge Caçador.
- Ovar:**  
Aldina das Neves Roque Oliveira.  
Serafim dos Santos Pinho.
- Penafiel:**  
António Manuel Prestes Ribeiro.  
Maria Margarida Correia de Almeida Bonifácio Andrade.
- Penamacor:**  
Vítor Manuel Grade Martins Sobral.
- Peniche:**  
António Agostinho Godinho Coelho e Silva.  
Carlos Manuel de Oliveira Inácio.
- Peso da Régua:**  
José Alves Figueiredo.
- Pinhel:**  
Celestino César Reboredo.  
João Manuel Nunes Guerra.  
Rui Manuel de Oliveira Campos.
- Pombal:**  
José Luís de Oliveira Pereira Ruivo.
- Ponta do Sol:**  
José Manuel de Freitas Morna Ramos.
- Ponta Delgada:**  
Manuel António Pinto Dinis Ferreira.
- Ponte da Barca:**  
António Cabral de Oliveira.  
Ascenso Manuel Guimarães Barbosa de Oliveira.  
Belmira Margarida Torres Reis Rodrigues.
- Ponte de Lima:**  
José Alberto Lima Costa e Silva.
- Povoação:**  
Adelino Diniz Costa Dias.
- Póvoa de Varzim:**  
Margarida Maria Ferreira da Silva Geraldes.
- Praia da Vitória:**  
Virgílio Alberto Bastos Scheneider Guimarães.
- Reguengos de Monsaraz:**  
Vítor Manuel Duarte de Oliveira.
- Ribeira Grande:**  
Ângelo Manuel Ferreira Resendes Costa.  
Manuel António Pinto Diniz Ferreira.
- Rio Maior:**  
Fernando Sequeira Aguiar.
- Sabugal:**  
Maria de Lurdes Dias Neto.  
Maria Liseta Martins Silva Terras.
- Santa Comba Dão:**  
Maria Basseliça Carvalho Moreira.
- Santa Cruz:**  
José Manuel de Freitas Morna Ramos.  
José Manuel Mendes Coelho.
- Santa Cruz da Graciosa:**  
Vasco António dos Reis Magos Rocha Rodrigues.
- Santa Maria da Feira:**  
Domingos José Rodrigues.  
José Miguel de Oliveira Macedo Ferraz.  
Mário Castro Marques Pinheiro.
- Santarém:**  
Germano Augusto Ferreira Pó.  
Maria Lopes André Jorge.
- Santo Tirso:**  
João Albino da Cruz Carneiro.
- São João da Madeira:**  
Flores dos Santos Leite.  
Mário Castro Marques Pinheiro.  
Miguel Barros Santos Leite.
- São Pedro do Sul:**  
Joaquim Francisco de Lima Cardão.  
Virgílio Fernando Almeida e Silva Carvalho Ruas.
- São Vicente:**  
José Manuel de Freitas Morna Ramos.
- Sátão:**  
José Bernardo Lopes Aguiar.

## Seia:

João Luís Silva Martins Leitão.

## Serpã:

António Alexandrino Ferro Piçarra.  
Maria da Graça Coelho Correia da Silva.  
Pedro Manuel Soares Garcia da Fonseca.

## Sertã:

Horácio Rosa Bairradas.  
José Tavares Fernandes.

## Sesimbra:

Ernesto Tocantiras Rodrigues.  
José Manuel Lopes Bolinhas.

## Setúbal:

João António Trindade Seta de Carvalho.  
Manuel Reis Horta.

## Sintra:

Joaquina Maria Costa Barra Infante da Silva.

## Tomar:

Américo da Conceição Fernandes.  
Maria Luísa Ribeiro Martins.  
Pedro João Crisóstomo Godinho da Cruz Pires.

## Tondela:

Joaquim Francisco de Lima Cardão.  
Maria Basseliça Carvalho Moreira.  
Samuel das Neves Bernardes.  
Virgílio Fernando Almeida e Silva Carvalho Ruas.

## Torres Novas:

João José Baptista Guimarães Amora.

## Torres Vedras:

Carlos Peralta Romariz Monteiro.  
Frederico Manuel Capitão Pedrosa.

## Vale de Cambra:

Aníbal Brandão Vide.  
Eduardo Manuel Martins Coelho.

## Valença:

Manuel Gomes Cachadinha.  
Mário Almeida Represas.

## Velas:

Rosa do Céu Batista Pinto.

## Viana do Castelo:

José Alberto Lima Costa e Silva.  
Maria Isabel Prozil de Araújo.

## Vieira do Minho:

Maria Antonieta Antunes Dias.

## Vila do Conde:

Manuel António da Costa Moreira.

## Vila Flor:

Marcelino da Conceição de Oliveira Marques da Silva.  
Rainier Ramos Pinto.

## Vila Franca de Xira:

Paulo de Moura Roque do Vale.  
António Carlos Viana Lima de Castro.

## Vila Franca do Campo:

Manuel António Pinto Diniz Ferreira.

## Vila Nova de Famalicão:

João Albino da Cruz Carneiro.  
Manuel José Rodrigues da Silva.

## Vila Nova de Foz Côa:

António Sotero Moutinho Ferreira.  
Lelo António Martins Rodrigues.

## Vila Nova de Gaia:

Guilhermina Rosa dos Santos Rangel.  
Ramiro Domingues Fidalgo.  
Rui Humberto de Melo Costa Pinto.

## Vila Real:

Teresa Maria Pinto Furriel de Sousa Cruz.

## Vila Real de Santo António:

José de Sequeira Colaço Fernandes.  
Serge Marie Serina Conceição.

## Vila Verde:

João Carlos Armando Moreira Pereira de Mello.  
Raul António Barbosa Varajão Borges.

## Vila Viçosa:

Jorge Bento Rosa.  
Manuel José Galego.

## Vinhais:

Luis Augusto de Setas Lima Barreto.

## Viseu:

Alfredo Maurício de Matos Feijão.  
António Monteiro.  
Joaquim Francisco de Lima Cardão.  
José Esteves Marques Pereira.  
José Manuel Figueiredo Borges Diniz.  
Luís Augusto de Setas Lima Barreto.  
Maria Antónia Gramoxo de Sampaio Maia Ferreira Cabral.  
Maria Basseliça Carvalho Moreira.

## Vouzela:

Joaquim Francisco de Lima Cardão.  
José Esteves Marques Pereira.

## Candidatos excluídos:

(O júri não excluiu qualquer candidato.)

16-12-91. — O Presidente, José Eduardo Lima Pinto da Costa.

## GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO DA JUSTIÇA

## Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores

Por despacho de 26-11-91 do director-geral dos Serviços Tutelares de Menores:

Licenciado Luís António Salvado da Fonseca — considerado rescindido o contrato de prestação de serviço por avença celebrado com a Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, com efeitos a partir de 1-1-92, por ter sido denunciado pela Direcção-Geral no prazo legal de 60 dias. (Não está sujeito a anotação do TC.)

9-12-91. — O Director-Geral, Luís de Miranda Pereira.

**Aviso.** — De acordo com o disposto no art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que se encontra afixada na Repartição Administrativa da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, Avenida do Almirante Reis, 101, 4.º, Lisboa, a lista de classificação final, homologada por despacho do director-geral de 20-12-91, dos candidatos ao concurso interno geral de acesso para preenchimento de duas vagas da categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior existentes no quadro de pessoal dos serviços centrais da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, aberto por aviso publicado no DR, 2.º, 229, de 4-10-91.

Da homologação cabe recurso, com efeito suspensivo, a interpor para o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, no prazo de 10 dias a contar da data da publicação no DR do presente aviso.

23-12-91. — Pelo Presidente do Júri, Mário Bento Martins Soares.

## Instituto de Reinserção Social

Por despacho de 4-12-91 do presidente do Instituto de Reinserção Social:

**António Marques Matos**, escrivário-dactilógrafo do quadro da Direcção-Geral da Administração Pública — transferido para idêntica categoria para o quadro do Instituto de Reinserção Social, ficando exonerado do lugar de origem.

6-12-91. — A Vice-Presidente, *Maria Fernanda Farinha Lopes*.

## Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

**Despacho.** — Considerando a equiparação do cargo de director do estabelecimento prisional regional, para todos os efeitos legais, a chefe de divisão, estabelecida pelo n.º 1 do art. 1.º do Dec.-Lei 255/91, de 18-7, delege nos directores dos estabelecimentos prisionais regionais, ao abrigo do disposto do n.º 2 do art. 13.º do Dec.-Lei 323/89, de 26-9, e do art. 10.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, a competência prevista na área de gestão de recursos humanos, mapa II anexo ao primeiro dos diplomas legais citados, para empossar todos os funcionários que se regem pelo regime geral da função pública.

17-12-91. — O Director-Geral, *Fernando Duarte*.

Por despacho de 10-12-91:

Licenciado João Manuel Carneiro Magalhães, clínico geral do quadro médico dos serviços externos desta Direcção-Geral — exonerado, a seu pedido, com efeitos a partir de 2-12-91.

13-12-91. — O Director-Geral, *Fernando Duarte*.

**Aviso.** — Nos termos do disposto no art. 72.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Dec.-Lei 24/84, de 25-1, é avisada a guarda Ana Cristina Almeida Machado Lima Ramos Santos, com a última morada conhecida em Lisboa, na Rua do Jardim, à Estrela, 8, rés-do-chão, esquerdo, de que contra ela se encontra pendente um processo disciplinar por falta de assiduidade, a correr os seus termos no Estabelecimento Prisional de Tires, na Parede, sendo igualmente notificada por esta via para, no prazo de 60 dias, contados data da publicação do presente aviso, comparecer naquele estabelecimento prisional, às horas normais de expediente, a fim de ser inquirida, apresentar testemunhas ou outras provas a seu favor.

19-12-91. — O Director-Geral, *Fernando Duarte*.

## GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

### Gabinete de Direito Europeu

**Aviso.** — 1 — Por meu despacho de 14-10-91 e nos termos do disposto no n.º 1 do art. 15.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso, se encontra aberto concurso interno geral de acesso para o preenchimento de um lugar vago de segundo-oficial da carreira de oficial administrativo do quadro do Gabinete de Direito Europeu, do Ministério da Justiça, anexo ao Dec.-Lei 201/87, de 11-5.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido até ao preenchimento do lugar.

3 — Conteúdo funcional — executar, a partir da orientação, todo o processamento administrativo relativo a uma ou mais áreas de actividade funcional de índole administrativa, nomeadamente pessoal, contabilidade, expediente, arquivo, economato e património, elaborando informações, redigindo ofícios, registando e classificando expediente, organizando processos e ficheiros, efectuando cálculos numéricos relativos a operações de contabilidade, podendo efectuar, quando necessário, trabalhos simples de dactilografia.

4 — Vencimento e regalias — os vencimentos são os estabelecidos no estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública. As condições de trabalho e regalias sociais são as vigentes para os funcionários da administração central.

O local de trabalho situa-se em Lisboa.

5 — Requisitos de candidatura:

5.1 — Requisitos gerais — os definidos nos arts. 22.º e 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

5.2 — Requisitos especiais — os estabelecidos na al. a) do n.º 1 do art. 22.º do Dec.-Lei 248/85, de 15-7.

5.2.1 — Podem ser opositores ao concurso os funcionários que se encontram nas condições previstas no n.º 1 do art. 17.º do Dec.-Lei 248/85, de 15-7.

### 6 — Métodos de selecção:

6.1 — Avaliação curricular;

6.2 — Entrevista profissional.

Na avaliação curricular ponderar-se-ão os seguintes factores:

a) Classificação de serviço;

b) Experiência profissional nas correspondentes áreas funcionais;

c) Formação profissional complementar;

d) Nível de habilitações literárias.

A entrevista profissional de selecção visará determinar e avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as capacidades e aptidões do candidato por comparação com o perfil e exigências da função.

6.3 — A ordenação final dos candidatos resultará da média aritmética simples obtida nas duas fases de selecção, classificadas de 0 a 20 valores.

### 7 — Formalização de candidaturas:

7.1 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser dirigidos ao director do Gabinete de Direito Europeu, podendo ser entregues pessoalmente na Avenida de Óscar Monteiro Torres, 39, 2.º, 1000 Lisboa, ou remetidos pelo correio, em envelope registado com aviso de recepção.

7.2 — Dos pedidos deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, nascimento, número de contribuinte fiscal, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, serviço militar, residência, código postal e telefone, bem como a categoria a que se candidata);

b) Habilitações literárias;

c) Habilitações profissionais (cursos de formação e outros);

d) Experiência profissional, com menção expressa da categoria, serviço a que pertence e natureza do vínculo;

e) Especificação de quaisquer elementos susceptíveis de influirem na apreciação do mérito ou preferência legal.

7.3 — Os candidatos deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado;

b) Declaração, emitida em papel timbrado do respectivo serviço, que comprove a categoria de que o candidato é titular e natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço dos anos relevantes para promoção na função pública;

c) Documento de habilitações literárias.

7.4 — A apresentação do documento referido na al. c) do n.º 7.3 será, todavia, dispensada desde que o candidato declare no respetivo requerimento, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra, colocando e inutilizando, neste caso, estampilha fiscal no valor de 150\$. Os funcionários do Gabinete de Direito Europeu são dispensados de apresentar os documentos que constem dos respetivos processos individuais.

7.5 — O disposto no número anterior não impede que seja exigida aos candidatos, em caso de dúvida relativamente à situação que descrevem, a apresentação de documento comprovativo das suas declarações.

7.6 — A falta de apresentação dos documentos exigidos implica a exclusão dos candidatos.

7.7 — As falsas declarações serão punidas por lei.

7.8 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos e da classificação final serão afixadas no *placard* existente nas instalações do Gabinete de Direito Europeu, Avenida de Óscar Monteiro Torres, 39, 2.º, 1000 Lisboa.

8 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciado António da Costa Neves Ribeiro, director do Gabinete de Direito Europeu.

Vogais efectivos:

Licenciada Isabel Maria Meireles Teixeira, técnica superior de 1.ª classe do Gabinete de Direito Europeu.

Maria Amália Ramos Rodrigues, primeiro-oficial do Gabinete de Direito Europeu.

Vogais suplentes:

Licenciado Manuel António Cardoso Lopes Rocha, técnico superior de 1.ª classe, interino, do Gabinete de Direito Europeu.

Maria Adelaide Menéres Barbosa, técnica auxiliar de 1.ª classe do Gabinete de Direito Europeu.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo vogal efectivo indicado em primeiro lugar.

9 — Regulamento — o presente concurso rege-se pelos Decs.-Leis 498/88, de 30-12, e 248/85, de 15-7.

11-12-91. — O Director, *António da Costa Neves Ribeiro*.

### Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

**Desp. 8/91.** — 1 — Nos termos do n.º 4 do art. 11.º e do n.º 2 do art. 13.º do Dec.-Lei 323/89, de 26-9, delege na inspectora superior licenciada Maria Celeste Borges da Conceição Ramos a competência para autorizar e praticar os seguintes actos:

- a) Abertura de concursos para lugares de conservador, de notário e de oficiais dos registos e do notariado, bem como para lugares do quadro dos serviços centrais desta Direcção-Geral, respectivamente nos termos dos arts. 30.º do Dec.-Lei 519-F2/79, de 29-12, e 65.º e 102.º do Dec. Regul. 55/80, de 8-10, e nos termos previstos no Dec.-Lei 498/88, de 30-12;
- b) Apreciação dos pedidos de aposentação a que se refere o n.º 3 do art. 84.º do Dec.-Lei 498/72, de 9-12;
- c) Prorrogação do prazo da aceitação de nomeação, nos termos dos n.ºs 1 do art. 51.º e 2 do art. 91.º do Dec. Regul. 55/80, de 8-10, bem como nos termos do art. 11.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12;
- d) Autorização do abono de vencimento perdido por motivo de doença e respectivo processamento.

2 — Pelo presente despacho ficam ratificados todos os actos praticados no seu âmbito pela inspectora superior dos Registos e do Notariado desde 5-11-91 até esta data.

**Desp. 9/91.** — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 13.º do Dec.-Lei 323/89, de 26-9, delege na inspectora superior licenciada Maria Ferraro Vaz dos Santos Graça Soares Silva a competência para autorizar e praticar os seguintes actos:

- a) Deslocação em serviço de funcionários, incluindo a utilização, quando necessária, de automóvel próprio ou de aluguer ou de outros meios de transporte;
- b) Dispensa da publicação de anúncios e editais prevista no art. 36.º do Código do Registo Civil;
- c) Arquivamento de boletins para averbamento, por impossibilidade de localização dos assentos de registo civil a que aqueles deviam ser lavrados;
- d) Saída de livros e documentos a título temporário, a sua transferência para arquivos públicos e a consulta para fins de investigação;
- e) Confirmação de certificados de conta;
- f) Extinção de postos de registo civil, nos termos do n.º 2 do art. 9.º do Dec. Regul. 55/80, de 8-10;
- g) Remessa a conselho técnico de processos de recurso hierárquico, de conta e de quaisquer outros que devam ser submetidos a seu parecer;
- h) Aprovação e alteração de planos de inspecção;
- i) Autorização para a passagem de certidões;
- j) Destrução de documentos e de pápeis arquivados com mais de 20 anos;
- l) Instauração de processos de averiguações e disciplinares e o poder de proferir despachos de expediente nesses mesmos processos.

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 6 do art. 35.º e no n.º 3 do art. 42.º do Código do Registo Civil, delege na referida inspectora superior a competência para dispensar a publicação de editais e de anúncios e para autorizar o suprimento da omissão de registos.

**Desp. 10/91.** — 1 — Nos termos do n.º 4 do art. 11.º e do n.º 2 do art. 13.º do Dec.-Lei 323/89, de 29-9, delege no subdirector-geral, licenciado Pedro Amorim de Sousa Moniz, a competência para a prática dos seguintes actos:

- a) Autorizar a abertura de processos para arrendamento de instalações;
- b) Autorizar a realização de despesas até ao montante de 600 contos;
- c) Realizar a gestão corrente dos sectores dos serviços relativos à elaboração dos orçamentos e ao processamento das despesas e às instalações, no tocante à sua programação e conservação, bem como ao seu mobiliário e equipamentos.

2 — Pelo presente despacho ficam ratificados todos os actos praticados no seu âmbito pelo subdirector-geral dos Registos e do Notariado desde 5-11-91 até esta data.

**Desp. 11/91.** — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 13.º do Dec.-Lei 323/89, de 26-9, e de acordo com autorização concedida por despacho da Secretaria de Estado da Justiça, publicada no DR, 2.º, 288, de 14-12-91, subdelego no conservador da Conservatória dos Registos Centrais, licenciado José Carlos Rosa Nogueira, a competência para autorizar a alteração de nome e dispensar a respectiva publicação de anúncios, nos termos dos arts. 129.º, 347.º e seguintes do Código do Registo Civil.

Delego ainda no mesmo conservador a competência prevista nos arts. 128.º, n.º 8, 340.º e 344.º do Código do Registo Civil.

20-12-91. — O Director-Geral, *Domingos José Fernandes Canela Lopes*.

Por despachos do director-geral de 6-9-91:

Elisabete da Saúde Vieira Maria, contratada, em regime de contrato a termo certo, pelo período de um ano, para exercer funções de escriturário dos registos e do notariado, com direito à remuneração correspondente ao respectivo vencimento, na Conservatória do Registo Predial e Comercial de Tavira. (Visto, TC, 11-11-91. São devidos emolumentos.)

(Prazo para início de funções: oito dias a contar da data da publicação.)

4-12-91. — A Inspectora-Superior, *Maria Celeste Ramos*.

### MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

#### GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

##### Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas

**Aviso.** — Foram visados pelo TC em 3-12-91 as alterações nos contratos de trabalho a termo certo celebrados entre este Instituto e os juristas a seguir indicados, passando a sua retribuição mensal ilíquida a ser correspondente ao índice 380 do NSR, sujeita às deduções legais e contribuições para a segurança social:

Licenciada Anabela Rosa Sabino do Rosário.  
Licenciada Sílvia Maria Mendes Valente Pereira.  
Licenciado Joaquim Filipe Dias Morgado Vences.  
Licenciada Helena Olga Oliveira Vieira Machado.

13-12-91. — A Chefe de Divisão do Pessoal, *Isabel O'Sullivan Lopes da Silva*.

### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

#### GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA

##### Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola

Por despacho de 11-11-91 do director-geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola:

Maria Fernanda Lemos Condesso dos Santos, técnica superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro do quadro privativo da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola — promovida, precedendo concurso e por urgente conveniência de serviço, a técnica superior principal da mesma carreira e do mesmo quadro, considerando-se exonerado da categoria anterior a partir de 11-11-91, data da aceitação da nomeação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do TC. Não são devidos emolumentos.)

13-12-91. — O Director-Geral, *Carlos Amado da Silva*.

#### Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

Por despacho de 9-12-91 do director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho:

Jorge Manuel Ferreira da Silva Agostinho, técnico auxiliar especialista da carreira de técnico auxiliar do quadro da Direcção-Geral da Administração Pública — nomeado, mediante concurso, em co-

missão de serviço extraordinária, estagiário para preenchimento de lugar de técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

12-12-91. — Pelo Director Regional, *Adelino Vilela Pereira Portela.*

### Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste

**Aviso.** — 1 — Em cumprimento do determinado no art. 24.º, o n.º 2, als. b) e c), do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, avisam-se os candidatos admitidos aos concursos internos gerais de acesso para o preenchimento de duas vagas de assessor e duas de técnico superior principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, aberto por aviso publicado no DR, 2.º, 253, de 4-11-91, de que se encontram afixadas na sede desta Direcção Regional e nas sedes das Zonas Agrárias de Santarém e Setúbal as listas dos candidatos admitidos.

2 — De acordo com o estabelecido no art. 28.º, n.º 1, do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informam-se os candidatos admitidos ao concurso de que serão prevenidos, por ofício registado, do local, data e hora em que se procederá a entrevista profissional de selecção designada no n.º 9 do aviso de abertura do concurso.

17-12-91. — O Presidente do Júri, *Manuel Maria Anjos da Costa de Macedo.*

### Instituto Nacional de Investigação Agrária

**Aviso.** — Nos termos do preceituado na al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informa-se que, para efeito de consulta, se encontra afixada na sede do Instituto Nacional de Investigação Agrária, sito na Rua das Janelas Verdes, 92, em Lisboa, no Centro Nacional de Protecção da Produção Agrícola, em Oeiras, na Estação Agronómica Nacional, síta em Oeiras, na Estação Nacional de Melhoramento de Plantas, síta em Elvas, na Estação Nacional de Tecnologia dos Produtos Agrários, síta em Oeiras, e na Estação Zootécnica Nacional, síta em Fonte Boa, Vale de Santarém, a lista dos candidatos admitidos e excluídos no concurso interno geral de ingresso para provimento de quatro lugares de auxiliar técnico de laboratório da carreira de auxiliar técnico de laboratório do quadro de pessoal do INIA, conforme aviso de abertura publicado no DR, 2.º, 214, de 17-9-91.

25-11-91. — O Presidente do Júri, *Fernando Jorge Doutel Serafim.*

Por despacho de 5-12-91 do Secretário de Estado da Agricultura: José Braz da Silva Costa Sobreiro, assessor da carreira de engenheiro do quadro deste Instituto — nomeado chefe de Divisão de Homologação dos Produtos Fitosfarmacêuticos, em comissão de serviço, do Centro Nacional de Protecção da Produção Agrícola, serviço operativo deste mesmo Instituto, deixando de exercer as funções atrás referidas a partir da data da posse. Pelo mesmo despacho foi reconhecida a urgente conveniência de serviço. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

10-12-91. — A Directora dos Serviços de Administração, *Maria Del Carmen Pastor.*

Por despachos de 10-12-91 do Secretário de Estado da Agricultura:

Engenheira Maria Luísa Navarro Cid de Barros e Sousa, investigadora-coordenadora do quadro deste Instituto — nomeada, em comissão de serviço, subdiretora da Estação Agronómica Nacional, deixando de exercer as funções anteriores a partir da data da posse. Pelo mesmo despacho foi reconhecida a urgente conveniência de serviço.

Engenheira Maria Luiza Nuno de Abreu Peixoto, técnica superior de 2.ª classe do quadro deste Instituto — nomeada, em comissão de serviço, subdiretora da Estação Vitivinícola Nacional, deixando de exercer as funções anteriores a partir da data da posse. Pelo mesmo despacho foi reconhecida a urgente conveniência de serviço.

(Isentos de fiscalização prévia do TC.)

16-12-91. — A Directora dos Serviços de Administração, *Maria Del Carmen Pastor.*

### GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS MERCADOS AGRÍCOLAS E QUALIDADE ALIMENTAR

#### Instituto de Qualidade Alimentar

Por despacho de 18-11-91 do Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar:

Maria Teresa Font Cunha Moniz Marcal Grilo, técnica superior principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Mercados Agrícolas e da Indústria Agro-Alimentar — nomeada, em comissão de serviço, chefe de divisão deste Instituto, com efeitos desde 18-11-91. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

6-12-91. — A Presidente, *Maria Fernanda Machete.*

#### Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas

**Aviso.** — Nos termos do disposto no art. 33.º, conjugado com o n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, avisa-se que a lista classificativa dos candidatos ao concurso interno geral de ingresso para a categoria de motorista-ajudante (referência C0), da carreira de motorista-ajudante, para os Matadouros do Seixal e Vila Franca de Xira, da ex-JNPP, cujo aviso de abertura foi publicado no DR, 2.º, 84, de 10-4-90, se encontra afixada, durante as horas normais de expediente, nos locais acima referidos.

Da lista homologada em 23-10-91, cabe recurso para o Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar, no prazo de 10 dias, com dilação de três dias, contados a partir da data do registo do envio da fotocópia da respectiva lista ao interessado.

**Aviso.** — Nos termos do disposto no art. 33.º, conjugado com o n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, avisa-se que a lista classificativa dos candidatos ao concurso interno geral de ingresso para a categoria de tripeira de 3.ª classe (referência C3), da carreira de tripeira, para o Matadouro de Vila Franca de Xira, da ex-JNPP, cujo aviso de abertura foi publicado no DR, 2.º, 84, de 10-4-90, se encontra afixada, durante as horas normais de expediente, no local acima referido.

Da lista homologada em 23-10-91, cabe recurso para o Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar, no prazo de 10 dias, com dilação de três dias, contados a partir da data do registo do envio da fotocópia da respectiva lista ao interessado.

1-10-91. — Pelo Presidente, *Daniel H. C. Belo.*

### MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

#### Delegação Regional da Indústria e Energia do Centro

**Despacho.** — No uso das competências atribuídas pelo art. 10.º do Dec.-Regul. 9/91, de 15-3, e as constantes do Dec.-Lei 323/89, de 26-9, ao director desta Delegação, nomeia minha secretária a técnica auxiliar principal Maria de Lourdes Pessoa Machado de Figueiredo, ao abrigo do n.º 3 do art. 35.º do Dec.-Lei 248/85, de 15-7.

1-10-91. — O Director da Delegação, *Gil Patrão.*

#### Delegação Regional da Indústria e Energia do Algarve

Por despacho do director da Delegação Regional da Indústria e Energia do Algarve e do presidente da Região de Turismo do Algarve de 22-11 e 11-12-91, respectivamente:

Celina Maria Madeira Pelica Ramos, técnica auxiliar principal — autorizada a transferência do quadro de pessoal da RTA, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal da DRIEGAG, com efeito à data desta publicação no DR. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

17-12-91. — O Director Regional, *António Manuel Tavares Gomes de Sousa Otto.*

### GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA

#### Instituto Português da Qualidade

Por despachos de 16-12-91 do presidente do Instituto Português da Qualidade:

Engenheiro técnico agrário Arnaldo Manuel da Silva Ferrão Alves Frotta, técnico especialista (área funcional: engenharia da qualidade) do quadro de pessoal deste Instituto — nomeado, precedendo con-

curso, técnico especialista principal, escalão 1, índice 500, do mesmo quadro, considerando-se exonerado do anterior lugar a partir da data da aceitação do novo lugar.  
Engenheira Susana de Carvalho Soares Botelho Miguel, técnica superior de 2.ª classe (área funcional: engenharia da qualidade) do quadro de pessoal deste Instituto — nomeada, precedendo concurso, técnica superior de 1.ª classe, escalão 1, índice 440, do mesmo quadro, considerando-se exonerada do anterior lugar a partir da data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

16-12-91. — O Chefe de Divisão dos Serviços de Gestão, *Pedro de Pina Manique*.

#### GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ENERGIA

##### Direcção-Geral de Geologia e Minas

Por despacho do director-geral de Geologia e Minas de 8-11-91:

Silvestre Moreira Vilar, auxiliar técnico — nomeado, em comissão de serviço, técnico auxiliar de 2.ª classe. Nos termos do art. 19.º do Dec.-Lei 146-C/80, de 22-5, a citada nomeação produz efeitos a partir da data do despacho. (Fiscalização do TC, 18-11-91. São devidos emolumentos.)

20-12-91. — A Directora de Serviços de Gestão, *Maria de Lourdes Sabido Costa*.

**Declaração.** — Para os devidos efeitos se declara que, por despacho do director-geral substituto de 20-12-91, foi nomeado o júri de classificação do estagiário Augusto Bento Filipe para a categoria de engenheiro de minas de 2.ª, tendo o mesmo a seguinte constituição:

Presidente — Engenheiro Victor Velez Pereira Borralho, director de serviços.

Vogais efectivos:

Dr. Acúrcio António Henriques Neto Parra, geólogo principal, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Engenheiro Victor Manuel Cardoso Gonzalez, engenheiro de Minas de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

Engenheiro Carlos Filipe Jesus da Silva Lopes, chefe de divisão.

Engenheiro João Germano Almeida Madeira, técnico superior de 1.ª

21-12-91. — A Directora de Serviços de Gestão, *Maria de Lourdes Sabido Costa*.

#### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

##### GABINETE DO MINISTRO

**Desp. 247/ME/91.** — Nos termos dos n.ºs 1, 2 e 4 do art. 6.º do Dec.-Lei 262/88, de 23-7, e obtida a anuência do conselho de administração da Rodoviária do Sul do Tejo, S. A., nomeio adjunta do meu Gabinete a licenciada Judite Maria Baptista Palma Costa, funcionária da referida empresa.

31-10-91. — O Ministro da Educação, *Diamantino Freitas Gomes Durão*.

**Desp. 255/ME/91.** — Dentro do quadro de atribuições e competências definidas pela Resol. Cons. Min. 17/90, publicada no DR, de 21-4, e pelo Desp. 96/ME/90, publicado no DR, de 6-7, confirmo a nomeação da licenciada Maria Catalina Batalha Pestana, assistente convidada do Departamento de Ciências da Educação da Faculdade de Motricidade Humana, como responsável sectorial pelo Projecto Vida na área do Ministério da Educação, nomeação essa que havia sido efectuada pelo referido Desp. 96/ME/90.

9-12-91. — O Ministro da Educação, *Diamantino Freitas Gomes Durão*.

#### Direcção-Geral dos Desportos

**Aviso.** — Nos termos do disposto no art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se pública a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de ingresso para escrivário-dactílografo (concurso n.º 4), a que se refere o aviso publicado no DR, 2.º, 137, de 18-6-91, e que foi homologada por despacho de 19-12-91 do director-geral dos Desportos:

	Valores
1.º Aires Rebelo Correia .....	17,02
2.º Conceição de Jesus das Neves Almeida Inácio Ribeiro .....	16,83
3.º Ana Paula Moreira Antunes Rações Graça .....	16
4.º Florinda Maria dos Santos Guerra Moreira .....	15,98
5.º Eugénia Moreira Santos Ventura .....	15,72
6.º Vitória Maria Águas Cardeira Mateus .....	15,62
7.º Victor Manuel Rodrigues Correia dos Santos .....	15,57
8.º Maria Esmeralda de Sousa Pereira Teixeira .....	15,48
9.º Maria da Luz Alves de Carvalho da Silva .....	15,48
10.º Maria Orlando da Costa Pires Azevedo .....	15,37
11.º Maria Marcela de Melo Cristóvão Fernandes .....	15,23
12.º Eugénio dos Anjos Ferreira .....	15,21
13.º Juvelina Dinis Piedade Moreira .....	15,14
14.º Manuel António de Nóbrega Artur .....	15,05
15.º Carminha Hugo Alfredo .....	14,94
16.º Maria Adelaide dos Santos Queirós Vasconcelos Castelo .....	14,90
17.º Maria Leonor da Conceição Carvalho de Almeida .....	14,87
18.º Américo Aguiar Moreira da Rocha .....	14,87
19.º José Manuel Gomes Mendes Soares .....	14,87
20.º António Rodrigues Matias de Oliveira Júnior .....	14,69
21.º Maria Avelina Vala Marques Lopes Pereira Coutinho .....	14,65
22.º Florbela da Silva Martins Cordeiro dos Santos .....	14,55
23.º Virgílio Carlos Dias Lemos .....	14,37
24.º Victor Manuel Mota Faria .....	14,33
25.º Maria Beatriz Rodrigues da Silva Henriques .....	14,21
26.º Maria Gabriela Geraldes Gouveia Caeiro .....	14,10
27.º Ângela Maria Mendes .....	13,87
28.º Fernando da Silva Santos .....	13,87
29.º Isabel Maria Marques Peras Alen Barreiro .....	13,85
30.º Ana Maria da Silva Cardoso Antunes .....	13,76
31.º António da Silva Costa Matos .....	13,70
32.º Maria Teresa da Conceição Peneda .....	13,41
33.º Victor Manuel Coutinho de Sousa Frade .....	13,39
34.º Gilberto Gomes da Conceição .....	13,37
35.º Maria da Conceição Madail Costa Lisboa .....	13,35
36.º Ernesto Garibaldi Malta da Silva .....	13,05
37.º Maria de Lourdes Mendes Marques .....	13
38.º Matilde Rocha Gonzalez Conceição e Silva .....	12,84
39.º Maria de Lourdes da Silva Pereira Benídio .....	12,78
40.º Henrique José Peres Varela .....	12,73
41.º Rogério Rodrigues Loureiro .....	12,59
42.º Maria de Fátima Gonçalves .....	12,55
43.º Paula Alexandre Dias da Cruz .....	12,48
44.º Maria Isabel Mendes Peres de Oliveira .....	11,51
45.º Ana de Jesus Rodrigues Magalhães Morais .....	10,78
46.º Maria Vivina Calado Guerreiro .....	10,77

Foram excluídos deste concurso os candidatos:

Dália Maria Libório Carvalho Marques (a).  
Ana Paula Taylor de Oliveira Pegado (b).  
Henrique Manuel Jerónimo Cunha (b).  
Lucinda Rodrigues Ferreira (b).  
Margarida Maria da Silva Pinto Fonseca (b).  
Maria do Carmo Bento Rodrigues (b).  
Maria de Fátima Simões Nunes da Silva (b).  
Maria de Lourdes Albuquerque Oliveira Gomes (b).  
Maria Margarida Simão Pacheco Moreira (b).  
Maria Teresa Lourenço e Silva (b).  
Maria Teresa da Silva Violante de Matos (b).

(a) Por não ter atingido a classificação final de 10 valores.  
(b) Por terem faltado à prova de dactilografia.

Da homologação cabe recurso, com efeito suspensivo, a interpor para o membro do Governo competente no prazo de 10 dias.

20-12-91. — O Presidente do Júri, *José Martins Barata de Almeida*.

### Escola Nacional de Saúde Pública

**Rectificação.** — *Concurso interno geral de acesso à categoria de impressor de offset, da carreira de operário qualificado.* — Por ter saído com inexatidão, rectifica-se que no aviso de abertura do concurso, publicado no *DR*, 2.º, 137, de 18-6-91, a pp. 6335 e 6336, onde se lê «impressor de offset de 2.ª classe» deve ler-se «impressor de offset — operador principal».

**Rectificação.** — Por ter saído com inexatidão o despacho de nomeação definitiva de Escolástica Rita do Rosário Nogueira, publicado no *DR*, 2.º, 275, de 29-11-91 (apêndice n.º 124), p. 14, rectifica-se que onde se lê «impressor de offset de 2.ª classe» deve ler-se «impressor de offset — operador principal».

16-12-91. — O Director, *José Manuel Salles Caldeira da Silva*.

### GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

**Desp. 16/SEAM/91.** — Considerando o notório currículo de João Manuel Pacheco Covas Lima;

Considerando a sua actividade ecléctica como praticante de atletismo, de futebol, de hóquei em patins e de voleibol, sempre pautada pela correcção, com honrosas classificações;

Considerando que, apesar de a sua actividade como médico não o disponibilizar para a prática desportiva, se predispôs a partilhar as responsabilidades do dirigismo;

Considerando que, ao lado do médico desportivo do clube, também ocupou os cargos de presidente da direcção e presidente da mesa da assembleia geral do Despertar Sporting Clube e é actualmente presidente da assembleia geral do Clube Desportivo de Beja;

Considerando que foi um dos iniciadores da Medicina Desportiva no nosso país, tendo sido um dos fundadores do Centro de Medicina Desportiva de Beja;

Considerando a sua notável participação em colóquios, nas rádios locais, no semanário desportivo *O As* e como prelector nos cursos de treinadores realizados pela Associação de Futebol de Beja;

Considerando que a sua actuação como médico desportivo não distingue clubes nem pessoas, apesar de ser responsável pelo Departamento Clínico do Clube Desportivo de Beja;

Considerando que todo o seu comportamento se tem pautado pelo bom senso e inteligência, correcção e espírito desportivo, deixando a marca do acto pedagógico em todas as suas atitudes;

Determina-se:

É concedida a João Manuel Pacheco Covas Lima a medalha de bons serviços desportivos, nos termos dos arts. 2.º e 6.º do Dec.-Lei 55/86, de 15-3.

11-12-91. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro, *José Manuel de Moraes Briosa e Gama*.

### GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO SISTEMA EDUCATIVO

**Desp. 4-B/SESE/91.** — Considerando a importância formativa da prática da música em conjunto;

Considerando a forma restritiva que essa prática assume no elenco das disciplinas dos cursos básicos de Música em regime supletivo (mapa 1 anexo ao Desp. 76/SERE/85, de 9-10);

Considerando a situação dos alunos daqueles cursos que, em razão de problemas vocais comprovados por atestado médico, ficariam privados da única possibilidade curricularmente prevista de exercer aquela prática;

Nestes termos, ao abrigo das competências em mim delegadas pelo Ministro da Educação no Desp. 234/ME/91, de 5-11, determino:

A disciplina de Coro do curso básico de Música em regime supletivo (mapa 1 anexo ao Desp. 76/SEAM/85) passa a ter a designação de Classes de Conjunto.

28-11-91. — O Secretário de Estado do Sistema Educativo, *Emílio Gil Santos*.

**Desp. 9/SESE/91.** — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 12.º do Dec.-Lei 354/88, de 12-10, alterado pelos Decs.-Leis 140/89, de 28-4, 33/90, de 24-1, 276/90, de 10-9, e 379/91, de 9-10, nomeio o júri da prova geral de acesso de 1992 com a seguinte constituição:

Presidente — Prof. Doutor Carlos Alberto Lloyd Braga.

Vice-presidente — Prof. Doutor Manuel de Carvalho Fernandes Thomaz.

Vogais:

Prof.ª Doutora Maria Inês Bamond Sim-Sim.

Prof.ª Doutora Maria Inês Pedrosa Silva Duarte.

Prof. Doutor Leandro da Silva Almeida.

Prof. Doutor Domingos Manuel Barros Fernandes.  
Dr.ª Maria José Osório dos Santos Carvalheira Ferraz.  
Dr. Manuel de Aguiar.

10-12-91. — O Secretário de Estado do Sistema Educativo, *Emílio Gil Santos*.

### Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário

#### Escola Preparatória de Arcozelo

**Aviso.** — Dando cumprimento ao disposto no art. 20.º do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, encontra-se afixada no *placard* existente na sala de pessoal a lista de pessoal não docente que, ao abrigo do Dec.-Lei 204/91, de 7-6, beneficia do descongelamento de escalões de progressão nas respectivas carreiras. Os funcionários dispõem de 15 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamarem junto do dirigente máximo do serviço.

10-12-91. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Margarida Fernandes Ferreira da Silva Maia*.

#### Escola Preparatória de Paços de Ferreira

**Aviso.** — Dando cumprimento ao disposto nos n.ºs 2 e 3 do art. 34.º do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, faz-se público que se encontra afixado, para consulta dos interessados, nos locais habituais desta Escola, o mapa dos funcionários abrangidos pelo Dec.-Lei 204/91, de 7-6 (descongelamento de escalões). Da integração cabe reclamação no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste aviso.

13-12-91. — A Presidente do Conselho Directivo, (*Assinatura ilegível*)

#### Escola Secundária de Amares

**Aviso.** — Nos termos do art. 34.º do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, faz-se público que foi afixada no *placard* dos Serviços Administrativos desta Escola a lista do pessoal não docente que, de harmonia com o estipulado nos Decs.-Leis 393/90, de 12-10, e 204/91, de 7-7, beneficiou do descongelamento de escalões de progressão nas respectivas carreiras.

Os interessados dispõem de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *DR* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

10-12-91. — O Presidente do Conselho Directivo, (*Assinatura ilegível*)

**Aviso.** — Avisam-se os funcionários interessados de que a lista de alterações ao desenvolvimento indicário da carreira de oficial administrativo, a que se refere o mapa 1 anexo ao Dec.-Lei 420/91, de 29-10, se encontra afixada no *placard* dos serviços administrativos. Os funcionários dispõem de 15 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamarem junto do dirigente máximo.

10-12-91. — O Presidente do Conselho Directivo, *Isidro Gomes de Araújo*.

#### Escola Secundária de Mação

**Aviso.** — Faz-se público que se encontra afixada na Escola, nos locais habituais, a lista de alterações ao desenvolvimento indicário da carreira de oficial administrativo e da carreira de técnico-profissional de nível 3.

Os funcionários dispõem de 15 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamarem junto do dirigente máximo do serviço.

16-12-91. — A Presidente do Conselho Directivo, *Arminda Manuela Ferro Faria Pina*.

#### Escola Secundária de Peniche

**Aviso.** — Nos termos do art. 34.º do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, foi afixada no átrio da Escola a lista de pessoal não docente que, ao abrigo do Dec.-Lei 204/91, de 7-6, beneficiou do descongelamento de escalões de progressão nas respectivas carreiras.

Os funcionários dispõem de 15 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamarem junto do dirigente máximo do serviço.

11-12-91. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Simões Vicente*.

### Escola Secundária da Sobreda

**Aviso.** — Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do art. 34.º do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, e para os devidos efeitos, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da entrada dos Serviços Administrativos desta Escola a lista de transição para efeitos de aplicação do disposto no Dec.-Lei 204/91, de 7-6.

Os funcionários dispõem de 15 dias a contar da data da publicação deste aviso no *DR* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

12-12-91. — A Presidente do Conselho Directivo, *Lígia Maria Neves Luís*.

## MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

**Desp. conj. 254/ME/MESS/91.** — A professora Celina Ferreira das Neves cessou, em 2-11-90, por motivo de aposentação, as funções que exercia na Casa Pia de Lisboa desde 5-1-48.

Durante o período em que prestou serviço naquela instituição, a referida professora manifestou sempre uma capacidade pedagógica e interesse pelo serviço fora do comum, o que lhe granjeou a admiração, estima e consideração dos alunos e de todos os que com ela trabalharam.

Assim, louvamos a professora Celina Ferreira das Neves, reconhecendo, desta forma, o seu elevado mérito.

16-12-91. — O Ministro da Educação, *Diamantino Freitas Gomes Durão*. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Alívio da Silva Peneda*.

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### Gabinete para as Comunidades Europeias

Por despacho de 3-10-91 do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

Licenciada Maria da Graça Rita Ribeiro — nomeada, por urgente conveniência de serviço, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal deste Gabinete. (Visto, TC, 9-12-91.)

20-12-91. — A Directora, *Marta Maria Alpoim de Sousa e Silva de Miranda Pereira*.

### GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES

#### Direcção-Geral de Transportes Terrestres

##### Direcção de Serviços de Administração

Por despacho de 13-12-91 do director-geral de Transportes Terrestres:

Maria de Lourdes Sirgado de Sousa Ganho e Maria Isabel Plácido Ramos, técnicas superiores principais da carreira técnica superior do quadro permanente desta Direcção-Geral — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, assessoras do mesmo quadro, sendo exoneradas da categoria anterior à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

16-12-91. — O Director dos Serviços de Administração, *Luís Santiago*.

### GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS

#### Junta Autónoma de Estradas

Por despacho do presidente de 21-11-91:

Maria Isabel Farinha Martins, operadora de 3.ª classe do quadro de pessoal civil permanente da Fábrica Nacional de Cordoaria — nomeada, em comissão de serviço, durante o período probatório de um ano, auxiliar técnica de documentação do quadro desta Junta, ficando colocada na Direcção dos Serviços de Administração. Esta nomeação converter-se-á em definitiva findo o período probatório, sem quaisquer formalidades, se a funcionária revelar aptidão para o desempenho das funções, sendo exonerada do lugar de origem. (Visto, TC, 3-12-91. São devidos emolumentos.)

Por despacho do presidente desta Junta de 5-12-91:

Manuel Veiga de Matos, cantoneiro — promovido a capataz, precedendo concurso, com colocação na Direcção de Estradas do Distrito de Aveiro. (Não está sujeito a fiscalização prévia do TC.)

**Aviso.** — Concurso interno geral de acesso para a categoria de técnico-adjuunto principal da carreira de desenhador de topografia, a que se refere o aviso de abertura publicado no DR, 2.º, 156, de 10-7-91. — Em conformidade com a al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, são avisados os candidatos ao concurso acima referido de que a respectiva lista se encontra patente na sede desta Junta, sita na Praça da Portagem, em Almada, e nas direcções dos serviços regionais de estradas e direcções distritais, sítas nas capitais dos diversos distritos, onde poderá ser consultada.

A entrevista a que se refere a al. b) do n.º 7 do aviso do concurso será efectuada em dia, local e hora a indicar por ofício, em carta registada com aviso de recepção endereçada a cada um dos candidatos.

**Aviso.** — Concurso interno geral de acesso para a categoria de técnico-adjuunto de 1.ª classe da carreira de topógrafo, a que se refere o aviso de abertura publicado no DR, 2.º, 222, de 26-9-91. — Em conformidade com a al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, são avisados os candidatos ao concurso acima referido de que a respectiva lista se encontra patente na sede desta Junta, sita na Praça da Portagem, em Almada, e nas direcções dos serviços regionais de estradas e direcções distritais, sítas nas capitais dos diversos distritos, onde poderá ser consultada.

A entrevista a que se refere a al. b) do n.º 7 do aviso do concurso será efectuada em dia, local e hora a indicar por ofício, em carta registada com aviso de recepção endereçada a cada um dos candidatos.

**Aviso.** — Concurso interno geral de acesso para a categoria de engenheiro técnico civil especialista, a que se refere o aviso de abertura publicado no DR, 2.º, 233, de 10-10-91. — Em conformidade com a al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, são avisados os candidatos ao concurso acima referido de que a respectiva lista se encontra patente na sede desta Junta, sita na Praça da Portagem, em Almada, e nas direcções dos serviços regionais de estradas e direcções distritais, sítas nas capitais dos diversos distritos, onde poderá ser consultada.

A entrevista a que se refere a al. b) do n.º 7 do aviso do concurso será efectuada em dia, local e hora a indicar por ofício, em carta registada com aviso de recepção endereçada a cada um dos candidatos.

**Aviso.** — Concurso interno geral de acesso para a categoria de assessor de informática principal, a que se refere o aviso de abertura publicado no DR, 2.º, 264, de 11-11-91. — Em conformidade com a al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, é avisado o candidato ao concurso acima referido de que a respectiva lista se encontra patente na sede, em Almada, onde poderá ser consultada.

O candidato será avisado oportunamente da data e do local onde se realizará a entrevista.

**Aviso.** — Concurso interno geral de acesso para a categoria de assessor de informática, a que se refere o aviso de abertura publicado no DR, 2.º, 264, de 11-11-91. — Em conformidade com a al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, é avisado o candidato ao concurso acima referido de que a respectiva lista se encontra patente na sede, em Almada, onde poderá ser consultada.

O candidato será avisado oportunamente da data e do local onde se realizará a entrevista.

**Aviso.** — Concurso interno geral de acesso para a categoria de cantoneiro principal, a que se refere o aviso de abertura publicado no DR, 2.º, 69, de 23-3-90. — Em conformidade com o art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, se publica a respectiva lista de classificação final:

## Candidatos aprovados:

	Valores
1 — Epiménio de Jesus de Oliveira	15,834
2 — Henrique Amândio Dias da Fonseca	15,700
3 — José Bernardes Guedes	15,609
4 — José Alberto Lázaro Godinho	15,542
5 — José Fernando da Silva Bento	15,500
6 — Francisco Ramos Lucas	15,500
7 — Manuel António Rocha	15,459
8 — Rui Manuel Pinto do Carmo	15,300
9 — Francisco Jorge Domingos	15,234
10 — Isaías António Silva Lopes	15,234
11 — Manuel Gaspar Jorge	15,134
12 — Avelino da Mota do Sacramento	15,125
13 — Amadeu dos Anjos	15,125
14 — Joaquim Alexandre Louro	15,100
15 — Jacinto José Calisto Mourinha	15,100
16 — João Manuel Ferreira	15,067
17 — Simão Carlos Reis Ferreira	15,067
18 — Manuel Palma Sotero	15,067
19 — Belizário João Pereira Cabeças	15,067
20 — José Maria Romeiro Pires	15,034
21 — Custódio Joaquim Mourão Pinto	15,034
22 — Joaquim José Bravo Romão	15,034
23 — Eliseu Manuel Nunes Perdigão	15,034
24 — José Manuel Magrito Silveira	15,034
25 — José Maria Gaspar Pires	15,009
26 — Porfírio José Fanica Piteira	15
27 — Henrique José Rosado Liberato	15
28 — Herménio Manuel Gaspar Condeço	15
29 — José Henrique Zinghalho Raimundo	15
30 — Manuel Joaquim Amante	15
31 — Manuel Rosado Valido	15
32 — Manuel Francisco Faria	15
33 — José Luis Romão	14,967
34 — Bernardo José Balugas Charrua	14,967
35 — Manuel Marreiros Gonçalves	14,967
36 — António Vieira de Sousa	14,967
37 — José Francisco Borrecho	14,967
38 — Fernando Carreiro Marouvas	14,942
39 — Manuel Custódio Bombico	14,942
40 — José Arnaldo Silva Cuco	14,934
41 — Miguel António Mestre Freira	14,934
42 — Júlio Almeida Cruz	14,934
43 — Manuel de Oliveira Gomes	14,875
44 — José Cardoso da Silva	14,875
45 — António Anastácio da Silva Coelho	14,875
46 — Romeu Marques Duarte	14,867
47 — Amauri José Delgado Pires	14,867
48 — Jaime Brites Padilha Ramalho	14,867
49 — João Peralta d'Assuda	14,867
50 — Luís José Farrica Fernandes	14,850
51 — Teodoro Manuel Serra Perquilha	14,842
52 — David da Silva Rodrigues	14,834
53 — José Manuel Coelho	14,809
54 — Fernando Manuel Ramalho	14,809
55 — Mariano José Marques Gonçalves	14,809
56 — José Forte	14,800
57 — Constantino de Sousa Correia	14,800
58 — Augusto Lopes Monteiro	14,792
59 — Joaquim da Silva Antunes	14,792
60 — António Soares da Costa	14,792
61 — Alberto Luís Revez	14,767
62 — Manuel Luís Revez	14,767
63 — José Manuel Fanica	14,759
64 — Manuel Inácio Afonso Cordeiro	14,750
65 — Adriano Henriques dos Santos	14,750
66 — Francisco Alfaiate Zacarias	14,742
67 — António Joaquim Franco Piteira	14,742
68 — Orlando Caeiro Valido	14,742
69 — Manuel Martinho da Silva	14,734
70 — Manuel Santos Ramalho	14,734
71 — Manuel Pedro Martins	14,734
72 — Davide Mendes Correia	14,734
73 — Rui Ferreira dos Santos	14,717
74 — José António Raimundo	14,709
75 — Valdemar Rosa Filipe	14,709
76 — Joaquim Rodrigues Barbosa	14,709
77 — Serafim Pereira Rodrigues Jorge	14,709

	Valores
78 — Manuel António Parente	14,667
79 — José Maria Victorino Trindade	14,667
80 — Raul Pereira da Rocha	14,667
81 — Artur de Jesus Neri	14,655
82 — José António Fidalgo	14,650
83 — Adelino Filipe Gregório Rodrigues	14,634
84 — Manuel Dias dos Reis	14,634
85 — José Joaquim Pinela Silvestre	14,634
86 — António Pereira Roza Esteves	14,627
87 — António João Paixão	14,625
88 — Fernando da Conceição e Sousa	14,625
89 — Francisco José Miranda	14,625
90 — Eleutério da Silva Isidoro	14,625
91 — Joaquim Maria de Almeida Costa	14,584
92 — Álvaro Ferreira Escalhorda	14,567
93 — Manuel Fernandes Jordão	14,567
94 — Horácio Martins	14,567
95 — Analide Faísca Brás	14,567
96 — Manuel Lopes Lavaredas	14,567
97 — José Valente Carias	14,548
98 — Luís de Almeida e Costa	14,542
99 — Clemente Carrilho Branco	14,542
100 — José Firmino Pacheco Bernardino	14,542
101 — António João Saramago	14,542
102 — Álvaro da Silva Saltão	14,534
103 — Modesto do Carmo da Silva	14,500
104 — António José do Nascimento Ribeiro	14,500
105 — Agostinho Valente de Carvalho	14,500
106 — Fernando Soares de Lima	14,500
107 — José Maria Malheiro Pereira	14,500
108 — Manuel da Mota Gomes	14,500
109 — Joaquim José Lopo Ferreira	14,500
110 — Ramiro Duarte Carvalho	14,500
111 — Alberto José Barros Ferreira	14,500
112 — Jacinto José	14,500
113 — Mário Gonçalves dos Santos	14,475
114 — Vasco Alberto Afonso	14,440
115 — Armindo Nunes Martins	14,434
116 — Américo de Araújo do Canto	14,434
117 — José Gonçalves Pereira	14,434
118 — António José da Silva Garrido	14,417
119 — José Domingos Gomes Leitão	14,375
120 — António Santos Oliveira	14,375
121 — João Maia Bugalho	14,375
122 — António de Figueiredo Rodrigues Madaleno	14,367
123 — Manuel da Silva	14,367
124 — Ernesto Pereira Cardoso	14,350
125 — Jacinto Caetano Vilar	14,334
126 — José Pedro Santana Rodrigues	14,334
127 — António Calado	14,334
128 — Joaquim José Figueiras Pombinho	14,309
129 — Filipe Vinha Pratas	14,300
130 — José Francisco Trabuco Aranhol	14,300
131 — Isidro Luis Monteiro	14,300
132 — António Martins Barbosa	14,300
133 — Armando José Ratão	14,295
134 — João Manuel da Silva Rodrigues	14,292
135 — João Martins	14,292
136 — João Manuel Procópio Barrote	14,276
137 — Paulo da Conceição Machado	14,275
138 — José Oliveira da Silva	14,260
139 — António Gomes Fernandes	14,259
140 — Manuel Veiga de Matos	14,250
141 — António dos Santos Lobo	14,250
142 — Valdemar da Silva Gomes	14,250
143 — António Roberto	14,250
144 — Daniel do Nascimento Domingues	14,250
145 — Hélio da Fonseca Gonçalves Pereira	14,250
146 — António Fortunato Tostão	14,250
147 — Manuel Faria Vieira	14,250
148 — Manuel Baptista Amaral	14,250
149 — Armando de Jesus Correia	14,250
150 — Manuel Guerreiro Faísca	14,240
151 — Arménio Sá Pinto	14,234
152 — Alberto dos Reis Costa	14,225
153 — Avelino Agusto Sobral	14,225
154 — Manuel Lima de Sousa Ereiras	14,217
155 — Manuel Joaquim Domingues Cruz	14,209
156 — Fernando Gomes Fernandes	14,209
157 — Joaquim Salvador Vermelho Carrasco	14,200
158 — Atílio António da Silva Vicente	14,200
159 — Armando António	14,192
160 — Silvino Pires Salgueira	14,180

	Valores		Valores
161 — José Esteves.....	14,180	244 — Leandro Duarte Trindade .....	13,916
162 — Afonso José dos Santos .....	14,180	245 — Amândio de Barros Rodrigues .....	13,915
163 — Rogério dos Santos Machorro .....	14,167	246 — Valério das Neves Brás .....	13,913
164 — Raul da Anunciação Coelho .....	14,167	247 — Josué Carvalho Francisco .....	13,912
165 — Manuel Fernandes Pinto .....	14,167	248 — João José Marques dos Remédios .....	13,911
166 — Silvério Trindade Loureiro .....	14,167	249 — Luís Rebelo Varela do Nascimento .....	13,910
167 — Fausto dos Santos Sobral .....	14,167	250 — Luís José Ganhão .....	13,905
168 — Álvaro Dias Lopes .....	14,167	251 — César Luís Janela .....	13,900
169 — Manuel Alfredo Ribeiro .....	14,167	252 — Manuel Augusto Raposo .....	13,900
170 — Venâncio Inácio Rainho Laranjinho .....	14,151	253 — Isidro Miguel Alexandre .....	13,900
171 — Artlindo Brazão Lopes .....	14,150	254 — Fernando Martinho .....	13,900
172 — Arlindo José .....	14,150	255 — Joaquim Fernando Gairifo Chanca .....	13,900
173 — Manuel Gomes Duarte .....	14,150	256 — Manuel Bordalo Bento .....	13,900
174 — António Prazeres Cipriano .....	14,145	257 — Joaquim Nunes Nogueira .....	13,900
175 — Mário Rodrigues Fernandes .....	14,140	258 — Manuel Moraes Vicente .....	13,900
176 — Manuel António Anes .....	14,140	259 — João António Lourenço .....	13,900
177 — Amadeu Resende Joaquim .....	14,134	260 — Henrique dos Santos Vergueiro Reis .....	13,895
178 — José Lima da Silva .....	14,125	261 — Altino de Oliveira Gomes .....	13,885
179 — Silvino Lopes da Fonseca .....	14,125	262 — Manuel Henrique Junceiro António .....	13,885
180 — António Pinto .....	14,125	263 — Albino dos Santos Lino .....	13,880
181 — José Maria Moreira de Sousa .....	14,125	264 — José Jacinto da Palma .....	13,880
182 — Manuel António Pinto Pestana .....	14,125	265 — Carlos Alberto da Conceição Santos .....	13,880
183 — José Luís Alves Raimundo Cardigos .....	14,125	266 — Sebastião Correia Rato .....	13,880
184 — António Madeira Manaia .....	14,120	267 — Manuel Sá da Cruz .....	13,876
185 — Cândido Esteves Malheiro .....	14,120	268 — Adriano Laranjo Branquinho .....	13,875
186 — João Miguel .....	14,110	269 — António Gomes Costa .....	13,875
187 — Domingos de Barros Rodrigues .....	14,109	270 — Jerónimo Romão Ferreira .....	13,875
188 — Manuel Leitão Cerqueira .....	14,109	271 — Herculano Antunes Jorge .....	13,875
189 — Marcelino Alves de Brito Mota .....	14,109	272 — Artur Juvenal Estanqueiro .....	13,875
190 — José Gonçalves Pedrosa .....	14,100	273 — Álvaro Ferreira Fontes .....	13,860
191 — António Sebastião Ribeiro Gonçalves .....	14,100	274 — Joaquim da Fonseca e Silva .....	13,860
192 — José Balugas Charrua .....	14,090	275 — Fernando Lopes Gameiro .....	13,860
193 — Alípio da Cruz Raposo .....	14,085	276 — Afonso Alves Martins .....	13,860
194 — Joaquim Brás Amaral .....	14,084	277 — João da Cruz Santos Mendes .....	13,860
195 — José da Costa Marques .....	14,084	278 — João Bento Messias Ventura .....	13,860
196 — António Maria Pereira .....	14,084	279 — Joaquim Bernardo Rocha Chaurilha .....	13,856
197 — José de Jesus Dias de Carvalho .....	14,084	280 — Manuel Ferreira Gonçalves .....	13,850
198 — Alfredo da Silva Antunes .....	14,080	281 — Serafim Andrade de Almeida .....	13,850
199 — Francisco António Esteves .....	14,075	282 — Francisco Luciano Pires .....	13,850
200 — Manuel Lopes de Brito .....	14,067	283 — José Pereira Ferreira .....	13,850
201 — António de Jesus Pereira .....	14,067	284 — Manuel Duarte Campos .....	13,850
202 — Abel António Rocha .....	14,065	285 — João Francisco Alves da Tapada .....	13,850
203 — Aristides de Sá Peres .....	14,060	286 — Carlos Alberto Duarte de Oliveira Monteiro .....	13,850
204 — António Moisés Fernandes .....	14,060	287 — José Luís Fonseca Ramos .....	13,850
205 — Luciano Teixeira Ferreira de Barros .....	14,060	288 — Marçalo Joaquim Pedrógão Galarito .....	13,840
206 — Augusto Ramos dos Santos .....	14,057	289 — Amílcar António Pais .....	13,825
207 — Alfredo Jesus Henriques .....	14,050	290 — Joaquim Feliz Rodrigues .....	13,825
208 — João Rodrigues Anastácio Ferreira .....	14,050	291 — António Isidro de Sá .....	13,825
209 — Jacinto Coelho Tomé .....	14,050	292 — José António Marteleira .....	13,825
210 — Julião Boleto Engeitado .....	14,036	293 — António Jerónimo dos Santos .....	13,825
211 — Gelmindo Gonçalves Dias .....	14,033	294 — Aniceto d'Almeida Pinto .....	13,825
212 — José Fernandes Coroas .....	14,030	295 — Fausto Martins Adolfo .....	13,825
213 — António Joaquim Chirrito .....	14,016	296 — António Esteves .....	13,825
214 — Joaquim Faisca Barreiros .....	14,015	297 — José António Nunes Pombeiro .....	13,825
215 — João Reis Gonçalves .....	14	298 — Júlio Coelho Urbano .....	13,825
216 — Narciso do Nascimento Martins .....	14	299 — José Augusto da Costa Sequeira .....	13,825
217 — António Diniz Almeida .....	14	300 — César Pereira de Matos Carvalho .....	13,820
218 — José Marques Francisco .....	14	301 — Manuel Pinheiro Pinto .....	13,820
219 — Manuel de Jesus Severino .....	14	302 — José Adriano Matias .....	13,820
220 — Manuel Rodrigues Ferreira .....	14	303 — José Manuel Taboada .....	13,815
221 — Carlos de Jesus Morais Ramalho .....	13,991	304 — Manuel Trigueiro da Cruz .....	13,811
222 — Ilídio Correia Isidoro .....	13,990	305 — Afonso da Conceição Tapadinhas .....	13,811
223 — Adriano Augusto Lobão .....	13,975	306 — Adelino Nicolau Ferreira .....	13,810
224 — Sílvio Nunes Pessoa .....	13,975	307 — Isidoro João Caldeira .....	13,809
225 — Vítor Noivo Rodrigues .....	13,975	308 — Francisco Silva Fernandes .....	13,800
226 — João Adelino Ferreira Gomes .....	13,975	309 — Manuel dos Santos Pinto .....	13,800
227 — Herculano da Conceição Esteves .....	13,975	310 — Armindo de Oliveira Azevedo .....	13,800
228 — Lúcio da Silva Ribeiro .....	13,971	311 — Eduardo Rodrigues Lopes .....	13,800
229 — Ramiro Piedade António .....	13,970	312 — Raul Mendes .....	13,800
230 — José Vicente Valadar .....	13,965	313 — António Fernando Martins Sucena .....	13,800
231 — Henrique da Cruz Pires .....	13,950	314 — Armindo Eliseu Veríssimo .....	13,800
232 — José Nobre Pires .....	13,950	315 — Augusto da Silva Rodrigues .....	13,800
233 — António Constantino .....	13,950	316 — Augusto Diogo Lourenço .....	13,800
234 — Maximino Augusto Lopes .....	13,940	317 — João Manuel Guerra .....	13,790
235 — Augusto Velez Galveia .....	13,930	318 — Joaquim Maria Alpalhão .....	13,780
236 — António Carlos Cordeiro .....	13,925	319 — José Freitas Pinheiro .....	13,780
237 — Manuel Domingos Soares .....	13,925	320 — João Cruz Espada .....	13,780
238 — António Joaquim de Almeida .....	13,925	321 — Luís Paulo de Almeida .....	13,775
239 — Horácio de Almeida .....	13,925	322 — João Abel Ramos de Abreu .....	13,775
240 — António Vaz Mendes .....	13,925	323 — Alberto Augusto Sá .....	13,772
241 — Manuel Soares Ferreira .....	13,920	324 — Armando de Almeida Santos .....	13,760
242 — Manuel José Pacheco Bacalhau .....	13,920	325 — Manuel Augusto Gomes Simões .....	13,760
243 — Francisco Henriqueto Cebola .....	13,916	326 — Manuel Ribeiro Soares .....	13,758

	Valores		Valores
327 — Joaquim José do Nascimento Pereira .....	13,757	405 — Luís Dias .....	13,621
328 — Fernando do Coito Rebelo .....	13,750	406 — Manuel Ribeiro de Almeida .....	13,610
329 — Manuel Pereira .....	13,750	407 — Adelino Francisco .....	13,600
330 — José Alves Dunhão .....	13,750	408 — Henrique Gonçalves .....	13,600
331 — Álvaro da Graça Lopes .....	13,750	409 — Urbano dos Santos Rodrigues .....	13,600
332 — Sebastião Massano de Carvalho .....	13,750	410 — César Manuel Lopes .....	13,600
333 — Francisco António Marcos .....	13,750	411 — Joaquim Luís Ribeiro .....	13,600
334 — José António Matos .....	13,750	412 — Joaquim Simão .....	13,600
335 — António da Encarnação Roque .....	13,750	413 — Alberto de Magalhães Gomes .....	13,600
336 — Firmino de Barros Lima .....	13,750	414 — António José João .....	13,600
337 — Manuel Machado Gomes (Direcção de Estradas do Distrito de Lisboa) .....	13,750	415 — Francisco Duarte Rafael .....	13,600
338 — Acácio Melo Custódio Martins .....	13,745	416 — José Proença Cordeiro .....	13,600
339 — Abílio Fernandes .....	13,745	417 — Florival Diogo Caiaadas .....	13,600
340 — António da Silva Pereira .....	13,725	418 — José Aniceto Santos Martins .....	13,590
341 — José Marques Nunes .....	13,725	419 — Benedito Dias .....	13,580
342 — António de Jesus Ferreira (Direcção de Estradas do Distrito de Aveiro) .....	13,725	420 — Manuel Fernando da Costa .....	13,580
343 — Armando Tavares Ferreira .....	13,725	421 — Álvaro Maria Coelho Rosa .....	13,580
344 — Armando Basílio .....	13,725	422 — Daniel João Barrosinha .....	13,580
345 — Porfírio dos Santos Fernandes Pedro .....	13,725	423 — António Morgado Gonçalves Machorro .....	13,575
346 — António de Oliveira Lira .....	13,721	424 — Joaquim da Cunha e Silva .....	13,575
347 — António Ferreira Soares .....	13,700	425 — Virgílio Barreira Barbosa .....	13,575
348 — Manuel Pinto de Carvalho .....	13,700	426 — Manuel Cardoso Amaral .....	13,575
349 — Constantino da Silva Oliveira .....	13,700	427 — João António Frade Fialho .....	13,562
350 — Manuel Soares de Lima .....	13,700	428 — Albino Teixeira da Costa .....	13,551
351 — Manuel Maria Galvão .....	13,700	429 — António dos Santos Pombo .....	13,551
352 — Manuel Gonçalves da Rocha .....	13,700	430 — António Santos de Sousa .....	13,550
353 — Manuel da Silva Tavares .....	13,700	431 — Eduardo Martins Lopes de Oliveira .....	13,550
354 — Armindo Rodrigues .....	13,700	432 — Júlio de Carvalho .....	13,550
355 — Fernando Pereira de Araújo .....	13,700	433 — José Manuel da Conceição Pereira .....	13,550
356 — Arnaldo da Silva Gonçalves .....	13,700	434 — António Monteiro de Almeida .....	13,545
357 — Vitor da Silva Simões .....	13,700	435 — António Miguel Moraes .....	13,540
358 — Joaquim Sequeira Claro .....	13,700	436 — António Venâncio Miguel Ferreira .....	13,531
359 — Francisco Augusto Barros .....	13,700	437 — Manuel Torrado Ruiz .....	13,530
360 — António Marques (Direcção de Estradas do Dis- trito de Castelo Branco) .....	13,690	438 — João Manuel Cordeiro Oliveira .....	13,526
361 — Serafim da Ascenção Bartolomeu Lourenço .....	13,690	439 — Manuel Simões Calado .....	13,525
362 — José Manuel Marques Estêvão .....	13,686	440 — Adérito Afonso Pereira .....	13,525
363 — Manuel Joaquim Charruadas Canilhas .....	13,686	441 — José António Barradas Santos .....	13,525
364 — Joaquim Fernandes Reia Tavares .....	13,685	442 — Sebastião António Candeias .....	13,525
365 — Manuel João Guedes Pinto .....	13,680	443 — José Vicente Oliveira .....	13,525
366 — Carlos da Silva Lopes .....	13,680	444 — Manuel Fernandes Dias .....	13,525
367 — António José Paiva Henriques .....	13,680	445 — João Ferreira .....	13,525
368 — António Joaquim da Silva Gonçalves .....	13,675	446 — João Rosa Cunha .....	13,520
369 — Joaquim Henriques .....	13,675	447 — António Joaquim Cavaleiro .....	13,520
370 — Adelino da Conceição .....	13,675	448 — Manuel Rodrigues da Oliveira .....	13,520
371 — José de Freitas .....	13,675	449 — Manuel Fernandes Barreiro .....	13,520
372 — Filipe da Silva Lima .....	13,675	450 — José Augusto Dias Crespo .....	13,520
373 — Américo Augusto Vaz .....	13,665	451 — Rogério Mendes Nunes .....	13,520
374 — Francisco Alves .....	13,660	452 — José Francisco da Silva Valadas .....	13,520
375 — Mário Simões Cristóvão .....	13,660	453 — Américo Facas .....	13,520
376 — Albino da Silva .....	13,660	454 — Alcides da Conceição Marques .....	13,520
377 — João Batista Algarvio .....	13,656	455 — Manuel de Jesus Gachineiro .....	13,510
378 — Manuel Joaquim Barros .....	13,650	456 — Manuel Barros da Cunha .....	13,510
379 — João de Oliveira Fernandes .....	13,650	457 — Amílcar dos Santos Costa .....	13,510
380 — Joaquim Joaquina Moreira .....	13,650	458 — Joaquim dos Santos Pio .....	13,505
381 — José dos Santos Salgado .....	13,650	459 — José Joaquim Aleixo Marques .....	13,500
382 — José Carlos Bonifácio .....	13,648	460 — António Soares Carvalho .....	13,500
383 — Augusto de Deus Lopes .....	13,645	461 — António de Almeida Cerqueira .....	13,500
384 — Manuel Josino de Campos .....	13,644	462 — Adélio Gonçalves da Silva .....	13,500
385 — José Ferreira Lourenço .....	13,640	463 — Carlos Alberto Lucas de Leitão .....	13,500
386 — Manuel Firmino da Piedade Ferreira .....	13,640	464 — Fernardino Pinto de Sá .....	13,500
387 — António Lopes Cordeiro .....	13,640	465 — José Augusto Madeira Domingos .....	13,500
388 — António Ramalho Domingues Branco .....	13,640	466 — Carlos Alberto Dias Tavares .....	13,500
389 — Joaquim Freitas Batista da Silva .....	13,635	467 — Abel Gomes Proença .....	13,500
390 — Manuel Bernardes Guedes .....	13,635	468 — Alírio de Jesus Moco .....	13,500
391 — João de Lima Ereiras .....	13,635	469 — João Alves Ferreira da Silva .....	13,500
392 — Vicente Gonçalves Miguel .....	13,631	470 — António Gomes de Sousa .....	13,500
393 — João Pereira Gonçalves .....	13,630	471 — José Álvaro da Costa e Sá .....	13,500
394 — Manuel António da Silva Félix .....	13,626	472 — Eduardo Rodrigues Martins da Silva .....	13,500
395 — João Cândido Pascoal .....	13,625	473 — João Félix Sabugueiro .....	13,500
396 — Manuel António Cruz Raimundo .....	13,625	474 — José da Costa Correia .....	13,500
397 — António José Vinagre Brinquete .....	13,625	475 — António Pereira Dias .....	13,476
398 — Rui Candeias Pereira .....	13,625	476 — Alberto Domingos Nogueira .....	13,476
399 — Manuel Pereira de Barros .....	13,625	477 — Albino Clara Soares .....	13,475
400 — António Oliveira da Silva .....	13,625	478 — Alberto Brandão da Silva .....	13,475
401 — António Guerreiro Fernandes .....	13,625	479 — João Carlos Travassos Paulos .....	13,475
402 — António da Cunha .....	13,625	480 — Francisco Aires Mónico Trabulo .....	13,475
403 — António José dos Santos (Direcção de Estradas do Distrito de Viseu) .....	13,625	481 — Amândio da Rocha Fernandes .....	13,475
404 — António dos Santos (Direcção de Estradas do Distrito de Bragança) .....	13,622	482 — Cândido Pereira Bonifácio .....	13,467

	Valores		Valores
488 — António Bispo Faria .....	13,450	570 — Manuel da Silva Henriques .....	13,300
489 — Adelino da Costa Ferrão .....	13,450	571 — José Duarte Ribeiro .....	13,300
490 — Manuel Henrique Taboada Amaral .....	13,450	572 — Joaquim Lopes Branquinho .....	13,300
491 — Francisco Lourenço Vaz .....	13,444	573 — Acácio Ferreira da Costa .....	13,300
492 — Filinto Teixeira da Silva .....	13,440	574 — João Baptista Teixeira .....	13,300
493 — António Alberto da Palma Cavaco .....	13,440	575 — Manuel Maria José .....	13,296
494 — João Ferreira Pereira .....	13,440	576 — José Rosa Colaço .....	13,296
495 — Manuel António da Silva .....	13,435	577 — Armando Martins da Cunha .....	13,295
496 — António Manuel Carabau Andrade .....	13,435	578 — José Maria Pena .....	13,290
497 — Joaquim dos Santos Meireles .....	13,430	579 — Manuel Augusto .....	13,287
498 — Acácio da Silva Bento .....	13,426	580 — Artur Pereira Fernandes .....	13,287
499 — Manuel Lopes Vieira .....	13,425	581 — Manuel Evangelista Soares .....	13,280
500 — António Aguiar de Campos .....	13,425	582 — Manuel Saraiva de Sousa .....	13,275
501 — Manuel Marques Pires Soares .....	13,425	583 — Mário Inácio Monteiro .....	13,275
502 — Joaquim Soares Paiva .....	13,425	584 — António Manuel Bergano Caçador .....	13,265
503 — Messias de Castro e Costa .....	13,425	585 — José António da Silva .....	13,261
504 — José da Silva Couto .....	13,425	586 — António Domingos Figueira .....	13,260
505 — Gabriel Duarte Silvestre .....	13,425	587 — José Maria da Silva Torcato .....	13,255
506 — Braz de Sousa .....	13,425	588 — Lourenço Bártole Caçador .....	13,252
507 — Domingos dos Anjos Batista .....	13,425	589 — José Clara Domingos .....	13,250
508 — Adoindo Sousa de Carvalho .....	13,420	590 — Ilídio de Jesus Martins .....	13,250
509 — Manuel José Fernandes .....	13,420	591 — João Parente .....	13,250
510 — António Barradas .....	13,416	592 — Adriano Lourenço de Castro .....	13,250
511 — Manuel André Antunes .....	13,415	593 — Manuel de Jesus Francisco Henriques .....	13,250
512 — José Joaquim Lopes Elias .....	13,411	594 — António José Rodrigues da Costa .....	13,250
513 — Joaquim da Silva Botelho .....	13,410	595 — Alfredo António Ferreira Seixas .....	13,250
514 — Jorge Machado dos Santos Gouveia .....	13,402	596 — Manuel dos Ramos Azevedo .....	13,245
515 — José de Macedo .....	13,400	597 — Bernardino José da Silva Peixoto .....	13,240
516 — Manuel da Rosa Bentes .....	13,400	598 — Manuel dos Santos Costa .....	13,240
517 — José Gonçalves Diogo .....	13,400	599 — Fernando dos Santos Alves .....	13,240
518 — António de Almeida Pereira .....	13,400	600 — José Maria Neto .....	13,240
519 — Adelino Pinheiro Soares .....	13,400	601 — António Inácio Branquinho Honrado .....	13,236
520 — José Maria Coelho .....	13,395	602 — João Bolas Bento .....	13,235
521 — José Maria Pereira de Magalhães .....	13,391	603 — Francisco António Braz .....	13,225
522 — Manuel José Correia Duarte .....	13,390	604 — José Maria Gomes Sérgio .....	13,225
523 — Fernando da Ressurreição Tardego .....	13,385	605 — Acácio Fernandes dos Santos .....	13,225
524 — Joaquim José Hilário .....	13,385	606 — João Cláudio Gomes .....	13,220
525 — Manuel Ferreira Tavares .....	13,385	607 — Manuel Pires Barreto .....	13,216
526 — Manuel António .....	13,380	608 — Manuel Braga da Costa .....	13,210
527 — João Maria Carrilho Branco .....	13,380	609 — José Carvalho .....	13,205
528 — Domingos Fernando Portela Bazílio .....	13,380	610 — Amadeu Agusto Parada .....	13,201
529 — António Augusto da Silva .....	13,375	611 — João da Mota .....	13,200
530 — Manuel Jacinto Lopes Cândido .....	13,375	612 — António Ramos Rodrigues .....	13,200
531 — Venâncio Almeida .....	13,375	613 — Francisco Rodrigues Paiva .....	13,200
532 — José Teixeira .....	13,375	614 — Artur Moreira Lino .....	13,200
533 — João Rodrigues da Fonseca .....	13,375	615 — José Esteves da Silva .....	13,200
534 — Rodrigo Andrade Paulo .....	13,375	616 — Gabriel Nunes Gomes .....	13,200
535 — Amândio José Roios .....	13,365	617 — António Vinagre Milheiro .....	13,200
536 — José Manuel Marques .....	13,360	618 — António Reinaldo Leocádio Proença .....	13,200
537 — José Dias .....	13,360	619 — José António Bento .....	13,187
538 — Manuel Francisco Sardinha Ramos .....	13,360	620 — Francisco Bonito Navarro .....	13,182
539 — Luís Alberto Rodrigues .....	13,360	621 — António Dias Ferreira de Carvalho .....	13,180
540 — Telmo Augusto Ala .....	13,355	622 — José dos Santos Guisado .....	13,180
541 — António Luís Marques .....	13,350	623 — António Moreira Morgado .....	13,175
542 — Joaquim dos Santos Rodrigues .....	13,350	624 — Manuel Dias Gonçalves .....	13,172
543 — Abílio Augusto Martins .....	13,350	625 — José Ramos Sargent .....	13,171
544 — Armando Joaquim Farinha Oliveira .....	13,350	626 — António Machado Camacho .....	13,166
545 — Domingos Caetano Morganho .....	13,350	627 — José Maria dos Santos Raimundo .....	13,161
546 — Adelino Alves Lopes .....	13,350	628 — Armindo da Cunha Pinto .....	13,160
547 — Rogério António Matias .....	13,350	629 — Octávio Augusto Rodrigues Correia .....	13,160
548 — António de Jesus Ferreira (Direcção de Estradas do Distrito do Porto) .....	13,350	630 — Joaquim Manuel Pratas .....	13,152
549 — Manuel Aventino de Oliveira Soares .....	13,350	631 — António Francisco Gonçalves .....	13,150
550 — José Alves Canotilho .....	13,350	632 — Manuel Lino da Fonseca .....	13,150
551 — Manuel Rodrigues Borrelho .....	13,346	633 — Manuel António Raposo Costa .....	13,150
552 — Joaquim dos Santos Areias .....	13,340	634 — Maximino Rodrigues dos Santos .....	13,150
553 — António de Carvalho e Silva .....	13,340	635 — Augusto da Costa Leite .....	13,150
554 — Joaquim Severino Anastácio Luciano .....	13,331	636 — Manuel José Dias da Silva .....	13,150
555 — José Manuel Canelas da Venda .....	13,326	637 — João Francisco da Silva .....	13,146
556 — Joaquim Aires Sequeira .....	13,325	638 — José Manuel dos Santos .....	13,142
557 — José de Jesus Farate .....	13,325	639 — Manuel Mendes Borges Caldeira .....	13,140
558 — Francisco Pica Chamorro .....	13,322	640 — Adelino Gonçalves de Oliveira .....	13,140
559 — Manuel Dias Martins .....	13,320	641 — João Faria Soares .....	13,140
560 — João Machado Lima .....	13,320	642 — José da Cunha .....	13,135
561 — David Mendes de Freitas .....	13,320	643 — Sérgio Manuel Torres Ferreira .....	13,130
562 — Eduardo Joaquim Sarmento .....	13,305	644 — José Joaquim Dámaso Guerreiro .....	13,126
563 — Fernando Cavaco Pereira .....	13,301	645 — Manuel Moreira Borges .....	13,125
564 — José Maria da Rocha .....	13,300	646 — Manuel dos Santos Vila .....	13,125
565 — Antero de Jesus Monteiro .....	13,300	647 — José Paulino da Costa .....	13,125
566 — Américo de Brito .....	13,300	648 — António Monteiro Gonçalves .....	13,120
567 — Manuel António Pratas .....	13,300	649 — José Augusto Gonçalves Cordeiro .....	13,120
568 — Mariano Trinta Ratão .....	13,300	650 — Jaime Augusto da Cunha Correia .....	13,120
569 — Artur Miguel do Amaral .....	13,300	651 — Manuel Henriques .....	13,120
		652 — Luís António .....	13,112

	Valores		Valores
653 — José Augusto Noro	13,108	735 — Domingos Pereira de Moura Coutinho	12,940
654 — António Augusto Moreira Encarnação	13,105	736 — António de Sousa	12,940
655 — Amador dos Anjos Tomeno	13,105	737 — Avelino Augusto Galhardo Verde	12,938
656 — Álvaro Francisco Mestre	13,100	738 — António dos Santos Paz	12,935
657 — José Barata Antão de Almeida	13,100	739 — Gabriel dos Anjos Vermelho	12,925
658 — Alberto Neves Pinto Gomes	13,100	740 — João António Gadelhas dos Santos	12,925
659 — Marcolino de Jesus Abreu	13,100	741 — Manuel Alho	12,920
660 — Adriano Moreira	13,100	742 — Albino Rolo Pereira	12,920
661 — António Gonçalves Pinheiro	13,100	743 — Estêvão Xarrama Baleizão	12,916
662 — Manuel Casimiro Valadares	13,087	744 — João Vieira Pereira	12,900
663 — Manuel da Conceição Costa	13,082	745 — José Maria Alves	12,900
664 — Horácio Fernandes da Rocha	13,080	746 — Valdemar Gomes Patrício	12,900
665 — José Maximino Roxo Teixeira	13,080	747 — José Augusto Teixeira	12,900
666 — Manuel Joaquim Soares das Neves	13,075	748 — António Manuel Gonçalves Martins	12,897
667 — Manuel do Nascimento Moraes	13,075	749 — José de Araújo Simões	12,896
668 — José Albino	13,075	750 — Joaquim Manuel Moraes Medalhas	12,891
669 — Júlio da Silva Couto	13,075	751 — João Inácio	12,880
670 — António Ribeiro da Silva	13,075	752 — Porfírio Augusto	12,875
671 — Manuel António Gomes	13,071	753 — Zeferino Lourenço Rodrigues	12,870
672 — Aquiles António Martins	13,070	754 — Francisco Dias	12,866
673 — José Leal Pereira	13,060	755 — Fernando Gomes Ribeiro	12,860
674 — Carlos Alberto dos Santos Freitas	13,060	756 — Armando da Piedade João	12,860
675 — Rogério Vera Martins	13,056	757 — João Martins da Graça	12,860
676 — José Emílio Esteves	13,050	758 — Américo António Palhinha	12,860
677 — António de Jesus da Rocha	13,050	759 — Gabriel Serra Morgado	12,860
678 — Hipólito Gonçalves Presunto	13,050	760 — Luís António Carvalho	12,857
679 — José Mendes Diogo	13,050	761 — Álvaro Correia Taveira	12,850
680 — Mário dos Santos Fernandes	13,050	762 — Diniz Tomé Castelo	12,850
681 — Manuel Rosa Caseiro	13,050	763 — Joaquim de Magalhães Pacheco	12,850
682 — Francisco Rego Antunes	13,050	764 — Mário Guerreiro Rodrigues	12,840
683 — Manuel Almeida da Costa	13,050	765 — Manuel Feliciano Gonçalves	12,831
684 — José Carlos Pinto	13,049	766 — Lourenço Ramos Alhos	12,826
685 — José Francisco Fernandes	13,040	767 — Alexandre Manuel da Silva e Sá	12,825
686 — Júlio Gomes Simões	13,040	768 — José Sampaio	12,825
687 — Isaque Ferreira Simões	13,040	769 — Henrique António da Rocha	12,825
688 — José Gonçalves Ramada	13,040	770 — António Marques (Direcção de Estradas do Distrito de Coimbra)	12,820
689 — Manuel Anica Afonso	13,040	771 — Manuel Martins Rolo de Carvalho	12,820
690 — Manuel Ribeiro Pires	13,040	772 — Manuel da Silva Cartagena	12,820
691 — Jesus Ramos da Costa	13,025	773 — António Guerreiro	12,820
692 — Severino Roldão Salgueiro	13,025	774 — Joaquim dos Santos Cipriano	12,820
693 — Armindo Carlos Alves	13,025	775 — Manuel Facas Rodrigues	12,820
694 — José Augusto da Costa	13,025	776 — José António Lázaro Jesus	12,816
695 — Álvaro Alves de Carvalho	13,020	777 — Manuel Martins Ferraz	12,800
696 — Mário Monteiro de Jesus	13,020	778 — António Rodrigues Fonseca	12,800
697 — Plácido Francisco Pegacho	13,020	779 — Bernardino Ribeiro Ferreira	12,800
698 — Manuel António Duarte Fernandes	13,020	780 — José Marques Quintão	12,800
699 — Joaquim Paulo Duarte	13,020	781 — António dos Santos (Direcção de Estradas do Distrito de Coimbra)	12,800
700 — Manuel Adriano Batista Afonso	13,020	782 — Belmiro Fernandes Branco	12,800
701 — Delfim de Matos Costa	13,020	783 — Manuel Maria Domingos Lopes	12,800
702 — Bento Frausto Vitorino	13,016	784 — Joaquim Rodrigues Fernandes	12,800
703 — Rafael Mendes Madeiras Vicente	13,015	785 — João da Rosa Fragoso	12,794
704 — António José Jorge	13,005	786 — Vicente Paulino Valente	12,790
705 — António do Nascimento Lopes	13	787 — António Novalio Bergano	12,790
706 — Fernando Vieira Rodrigues	13	788 — Manuel da Conceição Piçarra	12,786
707 — Joaquim Luís	13	789 — Manuel Marques Brás	12,780
708 — António Ramos Andrade	13	790 — Augusto Alegre Figueira	12,780
709 — João António Chambino	13	791 — Pedro das Neves Gaspar	12,780
710 — Manuel Dias de Sousa	13	792 — Joaquim Manuel Serrano Gonçalves	12,779
711 — Joaquim de Oliveira dos Santos	13	793 — José Emídio Moreira	12,775
712 — João Carlos de Andrade Monteiro	13	794 — Virgolino Carvalho Tomé	12,775
713 — Manuel Francisco Mordido	12,997	795 — José Joaquim Tomé Berrelha	12,775
714 — António Loureiro Monteiro	12,990	796 — Carlos Ferreira de Moura	12,775
715 — Joaquim dos Santos Mesquita	12,989	797 — António Rainho do Quinteiro	12,770
716 — António Preto Caçador	12,986	798 — Alfredo Afonso	12,770
717 — João Sousa Pires	12,980	799 — Miguel Madeira	12,760
718 — António de Oliveira Neves	12,980	800 — Guilherme Serrano Pinto	12,775
719 — António Ferreira (Direcção de Estradas do Distrito de Aveiro)	12,975	801 — Fernando Manuel Cipriano Ventura	12,752
720 — José Maria Barbosa Pereira	12,975	802 — Celestino dos Reis	12,750
721 — Horácio da Luz Semedo	12,975	803 — Manuel Dias	12,741
722 — Amândio Ferreira	12,975	804 — Alberto Manuel Oliveira Marques	12,740
723 — Joaquim Rodrigues Lopes	12,975	805 — António Catarino Violante	12,740
724 — Manuel Gonçalves Alves	12,968	806 — João da Conceição Fernandes	12,740
725 — José Santos Veredas	12,965	807 — Adelino do Sacramento Miranda	12,735
726 — José Leal Gonçalves	12,960	808 — Manuel Maria Rodrigues Gaspar	12,731
727 — António Francisco Guerreiro	12,960	809 — Júlio da Costa Gonçalves	12,725
728 — Manuel Joaquim Diogo Ferreira Capoa	12,960	810 — António Júlio Viana Marques	12,725
729 — José Joaquim Abegoanista Tripeça	12,960	811 — Manuel Domingos Lourenço	12,720
730 — José Luís Silva	12,950	812 — José Carlos Andrade Lopes	12,720
731 — Fernando Augusto Paiva	12,950	813 — João Manuel Bernardino	12,720
732 — Adelino Parreira Caetano	12,950	814 — Avelino Silva	12,710
733 — Norberto Lopes Machado	12,950		
734 — Luís Ferreira Maia	12,950		

	Valores		Valores
815 — António Ferreira (Direcção de Estradas do Distrito de Coimbra).....	12,705	896 — Domingos Pinhal Jacinto .....	12,425
816 — Bernardino Joaquim Agostinho .....	12,704	897 — Luís Pereira Chainho .....	12,425
817 — Duarte Severino Pereira .....	12,700	898 — José Carvalho dos Santos .....	12,420
818 — António Pinto de Carvalho .....	12,700	899 — Ilídio Joaquim Pereira .....	12,406
819 — Manuel Pereira da Fonseca Tavares .....	12,700	900 — José da Palma Cavaco .....	12,400
820 — Carlos Manuel Santos Nunes .....	12,700	901 — António José Macarrinha Quintaneiro .....	12,385
821 — João Ribeiro .....	12,700	902 — José Augusto Geraldo .....	12,375
822 — Miguel da Fonseca Pereira Pires .....	12,700	903 — Casimiro Pereira Gonçalves .....	12,375
823 — Alberto Pereira .....	12,700	904 — Celestino Cassoa Lourenço .....	12,360
824 — Alípio da Silva Santos .....	12,700	905 — Júlio Luis Pereira .....	12,350
825 — António Marques da Silva .....	12,700	906 — António José Conde Pinto Coelho .....	12,330
826 — António de Jesus Moreira .....	12,700	907 — António Pereira .....	12,320
827 — António Pereira Morais .....	12,700	908 — José da Silva Rodrigues .....	12,305
828 — Manuel Vieira Domingos .....	12,700	909 — Salvador da Fonseca Pereira Pires .....	12,300
829 — Jaime Francisco Pereira .....	12,696	910 — Artur Cardoso Dias .....	12,300
830 — Alfredo Pais Nunes .....	12,689	911 — Henrique Marques de Brito .....	12,280
831 — Francisco Galvão da Silva Raposo .....	12,680	912 — Ernesto Manuel da Silva .....	12,280
832 — Francisco Rosa Balhinha .....	12,675	913 — Albano dos Santos Silva .....	12,275
833 — Francisco Elias .....	12,675	914 — Carlos Alberto Ferreira Cardoso .....	12,262
834 — Manuel Teixeira de Oliveira .....	12,675	915 — Martinho Maria Gomes Patrício .....	12,255
835 — Joaquim Massano de Carvalho .....	12,675	916 — Amândio Capelas .....	12,252
836 — Luís Maria Abreu .....	12,675	917 — Luís Pereira Pinela .....	12,250
837 — António Augusto de Aquino André .....	12,675	918 — José Lourenço Alves Santana .....	12,250
838 — Deodato Gonçalves .....	12,671	919 — Américo Gonçalves Gaspar .....	12,250
839 — João do Nascimento Carvalho .....	12,660	920 — António Pereira Nunes .....	12,250
840 — Manuel Ramos Machado .....	12,651	921 — António José dos Santos (Direcção de Estradas do Distrito de Beja) .....	12,246
841 — Amadeu de Pina Lopes .....	12,650	922 — Alípio Almeida Martins .....	12,240
842 — Fernando da Conceição .....	12,640	923 — José Maria Grilo .....	12,240
843 — Manuel da Cunha Alves .....	12,625	924 — Venâncio da Conceição Carreira Gomes .....	12,225
844 — Gaspar Pinto de Amorim .....	12,625	925 — Miguel Armindo .....	12,220
845 — José Augusto de Carvalho .....	12,625	926 — António Lourenço de Jesus Pereira .....	12,220
846 — António da Conceição Ferreira .....	12,625	927 — Manuel Guerreiro da Costa .....	12,216
847 — Artur Henriques da Cruz .....	12,625	928 — José de Sousa Ramos .....	12,215
848 — António Ribeiro de Gouveia .....	12,625	929 — Manuel Pascoal Pinto .....	12,200
849 — António Henriques Pires .....	12,620	930 — António Joaquim Carvalho Menino de Ouro .....	12,200
850 — António Martins Rodrigues .....	12,620	931 — Manuel da Silva Gaspar .....	12,200
851 — Agostinho Ramos de Abreu .....	12,600	932 — Eduardo António .....	12,151
852 — Carlos da Fonseca Antunes .....	12,600	933 — Afonso Silva Sousa .....	12,150
853 — António Pinheiro da Rosa .....	12,600	934 — Manuel Edgar da Silva Martins .....	12,131
854 — Domingos dos Santos Vaz .....	12,581	935 — Manuel Francisco dos Santos .....	12,130
855 — José Alves Dias .....	12,580	936 — António Nascimento Raminhos Ressurreição .....	12,126
856 — Álvaro Manuel Raposo .....	12,576	937 — Francisco Marçal da Silva .....	12,126
857 — António Costa de Afonsena .....	12,575	938 — António Guerreiro da Silva .....	12,113
858 — Herculano Rocha .....	12,575	939 — José Fernandes .....	12,106
859 — Arsénio Nunes dos Santos .....	12,575	940 — Fernando Clara .....	12,100
860 — Augusto José Padre Santos Marques .....	12,560	941 — António Augusto Marinho .....	12,100
861 — Gaspar Marques Vilela .....	12,560	942 — José António Maria .....	12,090
862 — José da Cruz .....	12,550	943 — Edmundo José Rodrigues Carvalho .....	12,075
863 — Raul dos Santos Dias .....	12,550	944 — Manuel Joaquim Ferraz de Sousa .....	12,059
864 — António Marques Francisco .....	12,550	945 — Domingos de Jesus Bentes .....	12,058
865 — Carlos Alberto Gomes de Carvalho .....	12,550	946 — Manuel Joaquim Gonçalves Batista .....	12,050
866 — Fernando Pereira .....	12,545	947 — António Andrade .....	12,023
867 — Mário Machado Ventura .....	12,536	948 — Joaquim Manuel Esquina da Rosa .....	12,020
868 — Manuel Machado Gomes (Direcção de Estradas do Distrito de Aveiro) .....	12,530	949 — Adelino Matias Trovão .....	12
869 — Luís Maria Pino .....	12,525	950 — Joaquim José Conceição da Costa .....	12
870 — João Monteiro Canejo .....	12,524	951 — Júlio de Jesus Silva Gonçalves .....	11,987
871 — Amadeu Augusto Correia .....	12,520	952 — Manuel Marques Tomaz .....	11,980
872 — Virgolino da Conceição Pereira .....	12,516	953 — Augusto José .....	11,975
873 — António Bento Moutinho .....	12,515	954 — Inácio Manuel Santos Rodrigues .....	11,946
874 — António José Pinto .....	12,515	955 — Manuel António Afonso .....	11,942
875 — Hermengildo Glória Felizmino .....	12,506	956 — Jaime Mendoça Soares .....	11,934
876 — Artur Vieira Soares .....	12,500	957 — José Pedro de Oliveira Viegas .....	11,933
877 — António Joaquim de Moura Cerqueira .....	12,495	958 — Manuel Francisco Peralta .....	11,932
878 — Virgílio Gertrudes da Conceição .....	12,490	959 — José Marques da Silva .....	11,930
879 — Agostinho Jorge Cação .....	12,480	960 — Luís da Conceição .....	11,926
880 — Manuel Ferreira Curado .....	12,480	961 — Alfredo da Fonseca Pereira .....	11,923
881 — Salvador dos Santos Ramos Lourenço .....	12,472	962 — Fernando Henrique de Oliveira .....	11,905
882 — Baltasar Braga Pinho .....	12,470	963 — Joaquim Dias Pereira .....	11,900
883 — José Ferreira Rodrigues .....	12,460	964 — António Manuel da Conceição Rodrigues .....	11,872
884 — Ernesto da Silva Gouveia .....	12,460	965 — Emídio de Resende .....	11,859
885 — José Pereira Lourenço .....	12,451	966 — Arnaldo Baptista Gomes .....	11,820
886 — José Augusto Martins .....	12,450	967 — António de Andrade Pimenta .....	11,800
887 — António Coutinho Corgas .....	12,450	968 — Victor Manuel Antunes da Silva .....	18,800
888 — Estêvão Ventura da Rosa .....	12,450	969 — António de Brito Cancho .....	11,785
889 — António José Felisberto .....	12,445	970 — Mário Augusto Ribeiro .....	11,750
890 — Manuel Custódio Gonçalves .....	12,443	971 — Aldemiro Rodrigues Gonçalves dos Santos .....	11,748
891 — Fernando Alves de Sintra .....	12,440	972 — João do Carmo Martins Sena .....	11,726
892 — Benjamim do Nascimento Ramos .....	12,440	973 — Manuel Santos Silva Rodrigues .....	11,725
893 — Manuel das Neves .....	12,440	974 — Anibal dos Santos Rodrigues .....	11,700
894 — Augusto Ferreira Pontes .....	12,435	975 — Carlos Pinto Marinho .....	11,700
895 — António José Pinto Teixeira .....	12,430	976 — Edmundo Machado Pires .....	11,660
		977 — João Manuel Borges Costa .....	11,660

	Valores
978 — José Bernardino Borges da Costa .....	11,640
979 — João Rodrigues Batista .....	11,575
980 — Assis Francisco Farinha Alves .....	11,568
981 — Manuel José da Silva .....	11,560
982 — Domingos Pinto da Silva .....	11,550
983 — José Mário de Matos Silva .....	11,550
984 — João dos Santos Torres .....	11,540
985 — António Manuel Sopa das Porcas .....	11,525
986 — Manuel Fernandes Neves de Castro .....	11,410
987 — Francisco Miguel Coelho .....	11,396
988 — Joaquim Pereira .....	11,351
989 — José Manuel Tavares .....	11,326
990 — Manuel Rodrigues Mendes .....	11,300
991 — José Pereira .....	11,280
992 — João Gonçalves Rodrigues .....	11,270

Candidato não classificado por ter falecido em 20-1-90:

Arlindo Lourenço de Almeida.

Os candidatos têm, nos termos do n.º 1 do art. 34.º do decreto-lei citado, o prazo de 10 dias a contar da data desta publicação para apresentação de eventuais recursos ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, se assim o entenderem.

**Aviso.** — *Concurso externo geral de ingresso para a categoria de chefe de conservação de 2.ª classe a que se refere o aviso de abertura publicado no DR, 2.º, 238, de 16-10-91.* — Em conformidade com a al. a) do n.º 2 do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, se publica a respectiva lista de candidatos:

#### Candidatos admitidos:

Agostinho de Jesus Pereira da Costa.  
Agostinho Monteiro de Almeida.  
António Manuel Ramos Pinto Silva.  
Armando Joaquim Antunes Gonçalves.  
Carlos Joel Miranda Serafim.  
Carlos Manuel Lourenço Quaresma.  
Eduardo Esteves Mengo.  
Eugénia Maria Figueiredo da Silva.  
Fernando Eduardo Pais Ferreira.  
Fernando José de Oliveira da Cruz Fitas.  
Fernando José Salsinha de Sousa.  
Fernando Luís Pereira.  
Hélder Manuel Ramos Fernandes.  
Jorge Manuel Correia Vasques Teixeira.  
José António Pereira Lopes.  
Luis Filipe Fernandes Samora de Melo Leote.  
Luis Manuel de Assunção Cabral Martins.  
Maria Dulce Pissarra da Costa.  
Maria Fernandina da Silva Amador Braga.  
Paulo Alexandre Nobre Martins.  
Paulo Jorge Amaral Rebelo Pereira.  
Rui António Fidalgo.  
Victor Manuel Simões Martins.

#### Candidatos excluídos:

Ana Carla Campanela Godinho — a).  
Ana Cristina Heitor de Matos Alexandre — b) e c).  
António Manuel Vidigal Lourido — b).  
Carlos Alberto Gonçalves de Araújo — a).  
Carlos Jorge dos Santos Amaral Fernandes — e).  
Carlos Manuel Abrantes de Oliveira Mouta — e).  
Carlos Manuel Gonçalves Viana — b) e d).  
Dulce Maria da Silva Gonçalves — a).  
Filipe Nuno Ferreira da Silva Pedroso — b) e d).  
Francisco Assis Gouveia Amaro — e).  
José António Almeida Costa — e).  
José Manuel Serpa Sagorro — b).  
Julietta Adelina Gonçalves da Silva — b), c) e d).  
Juvenal Delgado Nunes — b) e d).  
Luis Manuel Lopes Peixoto — e).  
Luis Manuel dos Santos Araújo — e).  
Manuel Corte Nunes — a).  
Manuel Gomes Portelada — e).  
Maria Adelaide Flora da Fonseca — e).  
Maria Alcina Louro Morgado — e).  
Maria Helena Matias Cruz — e).  
Maria Manuela Valadas Lacão de Almeida — a).  
Maria Teresa Coutinho dos Santos Martins — e).  
Olinda de Figueiredo Ferreira Dias — e) e d).  
Paulo Jorge Rosado Moura — e).  
Rodolfo Almeida Carreira — a).

Os candidatos foram excluídos por não apresentarem as condições de candidatura exigidas no aviso do concurso, em função das seguintes condições:

- a) Devido a as habilitações literárias de que são possuidores não serem adequadas aos conteúdos funcionais da carreira de chefe de conservação, com base no Desp. Norm. 45/90, de 3-7;
- b) Por falta de documento comprovativo das habilitações literárias e das qualificações profissionais exigidas [n.º 8, al. a);
- c) Por falta de *curriculum vitae* detalhado, devidamente assinado [n.º 8, al. b)];
- d) Por falta de fotocópia do bilhete de identidade [n.º 8, al. c)];
- e) Por não possuírem as condições de candidatura de acordo com o n.º 5, ou seja, não possuirem curso de formação profissional adequado, para além dos nove anos de escolaridade.

Os candidatos excluídos têm, nos termos do n.º 3 da legislação citada, o prazo de 10 dias a contar da data desta publicação para apresentação de eventuais recursos ao presidente da Junta Autónoma das Estradas, se assim o entenderem.

18-12-91. — O Director dos Serviços de Administração, *Manuel Pinto*.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Instituto Nacional de Emergência Médica

**Aviso.** — Faz-se público que, em virtude de ter ficado deserto o concurso para provimento de uma vaga de fiel de armazém, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.º, 270, de 23-11-91, é prorrogado por mais 15 dias a partir da data da publicação do presente aviso no *DR* o prazo para apresentação de candidaturas ao referido concurso.

23-12-91. — A Directora dos Serviços Administrativos, *Maria Jesus Gonçalves*.

### Administração Regional de Saúde de Braga

**Aviso.** — Nos termos do n.º 3 do art. 18.º da Port. 881/91, de 27-8, informam-se os candidatos ao concurso interno para provimento de lugares de assistentes de clínica geral, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.º, 243, de 22-10-91, de que a lista de candidatos se encontra afixada nos serviços centrais da Administração Regional de Saúde de Braga, sita no Largo de Paulo Orósio, 4700 Braga.

**Aviso.** — Nos termos do n.º 3 do art. 18.º da Port. 881/91, de 27-8, informam-se os candidatos ao concurso externo para provimento de lugares de assistentes de clínica geral desta Administração Regional de Saúde, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.º, 243, de 22-10-91, de que a lista de candidatos se encontra afixada nos serviços centrais da Administração Regional de Saúde de Braga, sita no Largo de Paulo Orósio, 4700 Braga.

12-12-91. — O Presidente do Júri, *José António Fernandes*.

### Administração Regional de Saúde de Faro

**Aviso.** — Para conhecimento dos interessados se informa que a lista de candidatos admitidos ao concurso externo para provimento de lugares de assistente de clínica geral, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.º, 245, de 24-10-91, se encontra afixada na sede da Administração Regional de Saúde, Largo de São Pedro, 15, 8000 Faro.

10-12-91. — O Vogal Médico da Comissão Instaladora, *José António Barros Madeira*.

### Administração Regional de Saúde da Guarda

**Aviso.** — Nos termos do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informam-se os interessados de que a lista dos candidatos admitidos no concurso interno geral de acesso a técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior, da área de gestão de pessoal, para o preenchimento de um lugar na Administração Regional de Saúde da Guarda, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.º, 253, de 4-11-91, se encontra afixada nas respectivas instalações, na Rua de Vasco Borges, 37.

**Aviso.** — Nos termos do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informam-se os interessados de que a lista dos candidatos admitidos no concurso interno geral de acesso a técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior, da área jurídica, para preenchimento

de um lugar na Administração Regional de Saúde da Guarda, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.º, 253, de 4-11-91, se encontra afixada nas respectivas instalações, na Rua de Vasco Borges, 37.

13-12-91. — Pela Comissão Instaladora, o Presidente, *José Carlos Travassos Relva*.

### Administração Regional de Saúde do Porto

**Aviso.** — 1 — Nos termos do n.º 2 do art. 29.º do Regulamento dos Concursos da Carreira de Enfermagem, faz-se público que a lista de classificação final dos candidatos ao concurso externo de ingresso para enfermeiros do grau 1, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.º, 143, de 25-6-91, se encontra afixada na sede desta Administração Regional de Saúde, Rua Nova de São Crispim, 380, Porto.

2 — A referida lista foi homologada por despacho do presidente da comissão instaladora de 12-12-91.

13-12-91. — A Vogal da Comissão Instaladora, *Maria Georgina Cruz*.

### Centro de Apoio a Toxicodependentes do Porto

**Aviso.** — Concurso n.º 2/91 — enfermeiro do grau 1. — Nos termos do art. 21.º do Regulamento dos Concursos da Carreira de Enfermagem do Ministério da Saúde, publicado no *DR*, 2.º, 209, de 11-9-87, se publica a lista provisória do concurso externo de ingresso para o preenchimento de 20 lugares de enfermeiro do grau 1, em regime de contrato administrativo de provimento, publicado no *DR*, 2.º, 249, de 29-10-91:

#### Candidatos admitidos:

Paula Cristina Carvalho Areal.  
Paula Cristina Correia Portela.

#### Candidata admitida condicionalmente:

Teresa Maria Freitas Simões Oliveira Silveira Fonseca — a) e b).

A candidata admitida condicionalmente dispõe do prazo de 10 dias úteis a contar da publicação deste aviso no *DR* para completar o processo de candidatura, sob pena de exclusão, designadamente:

- a) Documento comprovativo do curso de Enfermagem Geral, ou equivalente legal, donde conste a classificação final do referido curso;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias.

12-12-91. — Pela Comissão Instaladora, o Vogal, *Agostinho José Guedes Rafael*.

### GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO DA SAÚDE

#### Departamento de Recursos Humanos

**Aviso.** — Nos termos da al. a) do n.º 11 do art. 65.º do Dec.-Lei 437/91, de 8-11, comunica-se que a lista nominativa de transição para os novos índices e escalões do pessoal de enfermagem do quadro de pessoal deste Departamento se encontra afixada, a fim de possibilitar a consulta pelos interessados.

De acordo com a al. c) do n.º 11 do art. 65.º do citado diploma, o prazo de reclamação é de 15 dias a contar da data da publicação deste aviso no *DR*.

13-12-91. — A Directora-Geral, *Mariana Diniz de Sousa*.

**Aviso.** — Nos termos do art. 33.º e de acordo com o estabelecido pelo n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que a lista de classificação final, homologada por despacho da subdirectora-geral do Departamento de Recursos Humanos de 16-12-91, relativa ao concurso interno geral de acesso para técnico superior de 1.ª classe, designado pela letra «C», aberto por aviso publicado no *DR*, 2.º, 164, de 18-7-90, se encontra afixada na recepção e no 2.º andar do edifício sede do Departamento de Recursos Humanos, Avenida de Miguel Bombarda, 6, Lisboa, onde pode ser consultada de segunda-feira a sexta-feira, das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos e das 14 às 17 horas e 30 minutos.

20-12-91. — O Presidente do Júri, *João Esaú Toste Dinis*.

### Direcção-Geral de Assuntos Farmacêuticos

**Aviso.** — Em cumprimento do disposto na al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que a lista dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de acesso com vista ao preenchimento de um lugar e dos que vierem a verificar-se no prazo de dois anos na categoria de primeiro-oficial, a que se refere o aviso publicado no *DR*, 2.º, 261, de 13-11-91, se encontra afixada na Avenida dos Estados Unidos da América, 37, 10.º, e na Avenida de Columbano Bordalo Pinheiro, 87, 2.º, em Lisboa.

13-12-91. — O Subdirector-Geral, *Armando Fernandes*.

### Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil

#### Centro Regional de Coimbra

**Aviso.** — Devidamente homologada por despacho de 10-12-91 do director deste Centro, nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, para conhecimento dos interessados se informa que a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso interno de ingresso para o provimento de três vagas de terceiro-oficial da carreira administrativa do quadro deste Centro, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.º, 158, de 12-7-91, se encontra afixada na Repartição de Pessoal deste Centro, sita na Avenida de Bissaya Barreto, 98, Coimbra.

Nos termos do n.º 1 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, cabe direito a reclamação no prazo de 10 dias a contar da publicação do presente aviso no *DR*.

10-12-91. — A Administradora-Delegada, *Maria Paula Apolinário Ferreira de Sousa*.

### GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

#### Direcção-Geral dos Hospitais

#### Hospital de São João

**Aviso.** — Devidamente homologada por despacho do conselho de administração de 12-12-91 e nos termos do n.º 2 do art. 21.º do Dec.-Lei 235/90, de 17-7, torna-se público que a lista de classificação final de candidatos ao concurso interno geral de acesso para técnico principal de neurofisiografia, da carreira de pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica, do quadro de pessoal deste Hospital, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.º, 77, de 3-4-91, se encontra afixada no Serviço de Pessoal do Hospital de São João, piso 01, onde poderá ser consultada.

Da homologação cabe recurso, com efeito suspensivo, a interpor para o Ministro da Saúde, no prazo de 10 dias contados a partir do registo da comunicação aos interessados, respeitada a dilação de três dias.

18-12-91. — A Directora do Departamento de Pessoal, *Leonilde Cavalheiro*.

**Rectificação.** — Por ter saído com inexactidão a publicação inserida no *DR*, 2.º, 287, de 13-12-91, a p. 12 792, rectifica-se que onde se lê «concurso externo de ingresso para provimento de seis lugares de técnico de 2.ª classe de cardiopneumografia» deve-se ler «concurso externo de ingresso para provimento de cinco lugares de técnico de 2.ª classe de cardiopneumografia».

16-12-91. — A Directora do Departamento de Pessoal, *Leonilde Cavalheiro*.

#### Hospital de São Marcos

**Aviso.** — Relativamente ao concurso externo geral de ingresso para provimento na categoria de terceiro-oficial, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.º, 260, de 12-11-91, se publica a lista dos candidatos admitidos e excluídos:

#### Admitidos:

Alda Colmoreno Ferreira.  
Alexandrina Maria Correia da Costa.  
Ana Isabel da Apresentação A. P. Macedo.  
Ana Maria Ho Banon Lopes.  
Ana Maria Torres de Oliveira.  
Ana Paula da Silva Pinto.  
Ana Paula Pereira Freitas.  
Ana Sofia de Abreu Massa Gonçalves.

Anabela Carvalho Rodrigues.  
 Anabela Gomes Peixoto Lopes.  
 Anabela Marinho Caçador Caldas.  
 António Luís Antunes Carvalho.  
 Aurora Fernanda de Freitas Marques.  
 Carla Alexandra Miranda da Silva.  
 Carla Maria Barroso dos Santos.  
 Cristina Manuela Ribeiro Gonçalves Lopes.  
 Cristina Maria Castro de Freitas Silva.  
 Custódia de Jesus Machado Braga.  
 Edelvira de Fátima Gomes Pereira Alves.  
 Etelvina Maria Fernandes Lourenço.  
 Fernanda Maria Barros Dantas.  
 Filipe Manuel Carvalho S. Ribeiro Azevedo.  
 Filomena GrazIELA Domingue C. P. Bento.  
 Filomena Maria Santa C. S. Correia Martins.  
 Glória Oliveira Rodrigues.  
 Helena Cristiana de Carvalho Apolinário.  
 Helena da Conceição Prieto M. Machado.  
 Isabel Maria da Costa Castro.  
 Isabel Maria Oliveira Vilaça.  
 Jacinta Fitas Pinto de Almeida.  
 Joana Alexandra Gomes Lopes.  
 Joaquim Faria Mendes.  
 Jorge Manuel da Fonseca Henriques.  
 José Francisco Mendes de Brito.  
 José Maria Esteves de Faria Couto.  
 Judite Maria da Silva Guimarães.  
 Júlio António Santos Dias.  
 Júlia de Lurdes Martins Oliveira.  
 Laurinda Maria da Silva Boino Cota.  
 Madalena da Silva Marques.  
 Manuel Fernando Bravo Gonçalves.  
 Manuel Francisco Castro de Sousa.  
 Manuela Maria Fernandes O. Correia Lopes.  
 Manuela Maria Pinto Baldaiá.  
 Marcelina Lopes Barbosa Pereira Machado.  
 Margarida da Conceição P. O. Teixeira.  
 Maria Albertina Novais Pereira da Costa.  
 Maria Alcina Campos Esteves Silvestre.  
 Maria Almerinda Barbosa Miranda.  
 Maria Alzira Barbosa Miranda.  
 Maria Augusta Alves da Costa.  
 Maria Aurora Campos Esteves Silvestre.  
 Maria Cândida Gomes Miranda.  
 Maria Cândida Soares Vieira Braga.  
 Maria da Conceição Dias de Oliveira.  
 Maria da Conceição Peixoto B. Carvalho.  
 Maria da Conceição Rodrigues Barbosa.  
 Maria da Conceição Rodrigues de Faria.  
 Maria da Glória de Oliveira Fernandes.  
 Maria da Graça Magalhães Couto e Silva.  
 Maria da Luz Esteves Domingues.  
 Maria da Luz Machado da Costa.  
 Maria de Fátima da Silva Azevedo.  
 Maria de Fátima Dias de Oliveira.  
 Maria de Fátima Balelo da C. Guimarães.  
 Maria de Fátima Correia Pinto Machado.  
 Maria de Fátima de Oliveira Vilaça.  
 Maria de Fátima Fernandes Martins Silva.  
 Maria de Lurdes Castiço da Silva Morais.  
 Maria do Carmo Rodrigues Machado Vieira.  
 Maria do Sameiro Faria Gomes.  
 Maria do Sameiro Magalhães da Rocha.  
 Maria do Sameiro Rodrigues B. Ferreira.  
 Maria Emilia Flores Dias.  
 Maria Eugénia de Araújo e Silva Couto.  
 Maria Felicidade Amorim Pereira.  
 Maria Fernanda Barroso Soutinho.  
 Maria Fernanda da Rocha Teixeira.  
 Maria Fernanda Esteves Martins Costa.  
 Maria Helena Fernandes Mota.  
 Maria Helena Fernandes Pereira.  
 Maria Helena Ferreira da Silva.  
 Maria Helena Marques Pereira Ribeiro.  
 Maria Jacinta Pereira Ferreira.  
 Maria José Valente do Vale.  
 Maria Julieta Macedo Pereira B. Soares.  
 Maria Júlia Martins Oliveira.  
 Maria Manuela Alves Martins.  
 Maria Manuela da Silva Araújo Azevedo.  
 Maria Manuela Fernandes de Oliveira.  
 Maria Manuela Ferreira Araújo Pereira.  
 Maria Manuela Igreja Rodrigues.

Maria Manuela Lopes dos Santos.  
 Maria Manuela Lopes Fernandes.  
 Maria Manuela Pereira Veloso.  
 Maria Natália Bastos Teixeira.  
 Maria Olívia da Silva Ferreira.  
 Maria Paulina Dias Martins.  
 Maria Raquel Ribeiro Barroso.  
 Maria Teresa Marques Lopes da Costa.  
 Maria Teresa Veiga Gomes.  
 Natália Maria Nascimento Pereira.  
 Nilda Adelaide de Sousa Pereira.  
 Palmira Fernanda Anjos P. M. Silvestre.  
 Paula Cristina Pinho e Silva.  
 Rosa da Silva Duarte.  
 Rosa Maria Esteves Pires.  
 Rosa Maria Vieira Pinheiro Rego.  
 Sandra Marília da R. A. Garcês da Silva.  
 Teresa de Jesus Dias Ribeiro.  
 Victor Francisco Gomes Quintãos.  
 Zélia do Livramento R. Guimarães Marques.

Excluída em virtude de não possuir as habilitações literárias legalmente exigidas (n.º 7.2 do aviso de abertura do concurso):

Maria do Céu Machado Fernandes.

As provas de conhecimentos e de dactilografia, bem como a entrevista profissional de seleção, serão realizadas em local, data e horário a divulgar, por ofício registado com aviso de recepção, aos candidatos que as vierem a ter de prestar, em face de aprovação sucessiva em cada um dos métodos de seleção referidos, sendo as respectivas classificações comunicadas aos mesmos por via idêntica.

10-12-91. — O Administrador-Delegado, *Lino Henrique Soares Mesquita Machado*.

**Aviso.** — Relativamente ao concurso externo geral de ingresso para provimento na categoria de técnico auxiliar de 2.ª classe do pessoal técnico-profissional, nível 3, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 259, de 11-11-91, se publica a lista dos candidatos admitidos e excluídos:

Admitidos:

Ana Maria Torres de Oliveira.  
 Ana Paula Almeida Sarmento Barbosa.  
 Ana Paula Pereira Freitas.  
 Anabela Carvalho Rodrigues.  
 Edelvira de Fátima Gomes Pereira Alves.  
 Helena Cristiana de Carvalho Apolinário.  
 Isabel Cristina Videira Costa Carvalho.  
 José Maria Esteves de Faria Couto.  
 Manuel Fernando Bravo Gonçalves.  
 Margarida da Conceição P. O. Teixeira.  
 Maria da Cruz Ramos.  
 Maria da Glória de Oliveira Fernandes.  
 Maria da Graça Magalhães Couto e Silva.  
 Maria do Sameiro Faria Gomes.  
 Maria Fernanda da Rocha Teixeira.  
 Maria Jacinta Pereira Ferreira.  
 Maria Manuela Pereira Veloso.  
 Maria Manuela Teixeira Rodrigues Silva.  
 Maria Paulina Dias Martins.  
 Maria Raquel Ribeiro Barroso.  
 Natália Maria Nascimento Pereira.  
 Paula Cristina Bonjardim Vieira Coelho.  
 Sandra Marília Rocha A. Garcês da Silva.

Excluídos em virtude de não possuirem as habilitações literárias legalmente exigidas (n.º 7.2 do aviso de abertura do concurso):

Custódia de Jesus Machado Braga.  
 Maria da Luz Esteves Domingues.  
 Maria do Sameiro Magalhães da Rocha.  
 Maria Eugénia de Araújo e Silva Couto.  
 Maria Felicidade Amorim Pereira.  
 Maria Helena Ferreira da Silva.  
 Maria Manuela Fernandes de Oliveira.  
 Rosa Maria Braga Rodrigues.  
 Zélia do Livramento R. Guimarães Marques.

A prova de dactilografia e a entrevista profissional de selecção serão realizadas em local, data e horário a divulgar aos candidatos por ofício registado com aviso de recepção, sendo as respectivas classificações comunicadas aos mesmos por via idêntica.

11-12-91. — O Administrador-Delegado, *Lino Henrique Soares Mesquita Machado*.

**Aviso.** — Relativamente ao concurso interno geral de acesso para provimento na categoria de encarregado de sector dos serviços gerais (área de acção médica), aberto por aviso publicado no DR, 2.º, 150, de 3-7-91, publica-se que se encontra afixada no Serviço de Pessoal deste Hospital, onde pode ser consultada, a lista de classificação final dos concorrentes, devidamente homologada por deliberação do conselho de administração de 10-12-91.

12-12-91. — O Administrador-Delegado, *Lino Henrique Soares Mesquita Machado*.

**Rectificação.** — Por ter saído com inexactidão, rectifica-se a lista dos candidatos admitidos e excluídos no concurso interno geral de ingresso para provimento na categoria de terceiro-oficial, publicada no DR, 2.º, 286, de 12-12-91, pelo que onde se lê:

José Magalhães de Freitas.  
Lúcia do Nascimento Macedo Silva.

deve ler-se:

José Magalhães de Freitas.  
José Maria Esteves de Faria Couto.  
Lúcia do Nascimento Macedo Silva.

13-12-91. — O Administrador-Delegado, *Lino Henrique Soares Mesquita Machado*.

#### Hospital Distrital do Barreiro

**Rectificação.** — Por ter saído com inexactidão no DR, 2.º, 286, de 12-12-91, a composição do júri do concurso para técnico de fisioterapia de 2.ª classe, rectifica-se que onde se lê «Evelina Manuel Barbosa de Queirós Alves, técnica fisioterapeuta de 2.ª classe do Centro de Medicina de Reabilitação» deve ler-se «Evelina Manuel Barbosa de Queirós Alves, técnica fisioterapeuta de 2.ª classe do Hospital Ortopédico do Outão».

16-12-91. — O Director, *Luis José Semião Estêvão Cabrita*.

#### Hospital Distrital de Castelo Branco

**Aviso.** — O concurso aberto por aviso publicado no DR, 2.º, 239, de 17-10-91, para provimento de um lugar de assistente de patologia clínica, ficou deserto.

**Aviso.** — Nos termos da al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que se encontra afixada no expositor do Serviço de Pessoal do Hospital Distrital de Castelo Branco a lista de classificação final dos candidatos ao concurso interno geral de acesso para segundo-oficial da carreira administrativa, aberto por aviso publicado no DR, 2.º, 164, de 19-7-91, depois de homologada pelo conselho de administração em 12-12-91.

Da referida lista cabe reclamação, a interpor para o membro do Governo competente, nos termos do art. 34.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

**Aviso.** — Comunica-se a todos os interessados que, por despacho de 10-12-91 do conselho de administração deste Hospital, foi anulado o concurso externo de ingresso para preenchimento de dois lugares vagos de terceiro-oficial da carreira de oficial administrativo, aberto por aviso publicado no DR, 2.º, 255, de 6-11-91.

13-12-91. — A Directora, *Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso*.

#### Hospital Distrital de Espinho

**Rectificação.** — Por ter saído com inexactidão o aviso publicado no DR, 2.º, 284, de 10-12-91, rectifica-se que onde se lê «concurso interno de ingresso para técnico de 2.ª classe de análises clínicas» deve ler-se «concurso externo de ingresso para técnico de 2.ª classe de análises clínicas».

17-12-91. — A Chefe da Secção de Pessoal, *Maria Lourdes Santos Alves de Sá*.

#### Hospital Distrital de Lamego

**Aviso.** — Concurso interno de provimento para o preenchimento de quatro lugares de assistente de medicina interna (DR, 2.º, 231, de 8-10-91). — Devidamente homologada por despacho do conselho de administração de 5-12-91, a seguir se publica a lista de classificação final dos candidatos ao concurso em epígrafe:

Candidato único:

Luis Manuel Coelho Gomes — 18 valores.

9-12-91. — Pelo Conselho de Administração, *Maria do Sacramento Matos*.

#### Hospital Distrital do Montijo

Lista nominativa dos técnicos superiores de saúde que transitam para as novas categorias previstas no Dec.-Lei 414/91, de 22-10, aprovada por despacho de 11-11-91 do conselho de administração deste Hospital, de conformidade com o art. 37.º do mesmo diploma:

Maria Liseta Sousa Gonçalves Belo — assistente do ramo laboratorial, índice 110.  
Ermelinda Luísa Pulso Teixeira — assistente do ramo laboratorial, índice 110.

12-12-91. — O Presidente do Conselho de Administração, *João Manuel S. Leite Barata*.

#### Hospital Distrital de Portalegre

**Aviso.** — Informam-se os interessados de que a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de acesso para preenchimento de um lugar vago de técnico superior de saúde de 1.ª classe (ramo laboratorial), aberto por aviso publicado no DR, 2.º, 245, de 24-10-91, e rectificado por aviso publicado no DR, 2.º, 262, de 14-11-91, se encontra afixada no Serviço de Pessoal, onde pode ser consultada durante as horas normais de expediente.

13-12-91. — O Administrador-Delegado, *José Hermano Bravo Co-sinha*.

**Aviso.** — Informam-se os interessados de que a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso de provimento para assistente de anestesiologia do quadro de pessoal do Hospital Distrital de Portalegre, aberto por aviso publicado no DR, 2.º, 225, de 30-9-91, e rectificado por publicação no DR, 2.º, 239, de 17-10-91, é a seguinte:

Única candidata concorrente:

Dr.ª Maria Alice Reia Cardoso — 17 valores.

10-12-91. — O Presidente do Júri, *António Jaime Correia Azedo*.

#### Hospital Distrital de Setúbal

**Aviso.** — Concurso externo de ingresso para preenchimento de um lugar vago de técnico de fisioterapia de 2.ª classe da carreira de pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica. — Nos termos do art. 27.º do Dec.-Lei 235/90, de 17-7, para conhecimento dos interessados e devidos efeitos, torna-se público que se encontra afixada em frente ao Serviço de Contabilidade a lista de classificação final relativa ao concurso supracitado, homologada por despacho do director do Hospital de 13-12-91, conforme aviso de abertura do concurso, publicado no DR, 2.º, 223, de 27-9-91.

13-12-91. — A Administradora-Delegada, *Maria Adelaide Roque Peres Lourenço Cardosa*.

#### Hospital Distrital de Viseu

**Aviso.** — Concurso para técnico principal de análises clínicas e de saúde pública. — Para os devidos efeitos publica-se a lista de classificação final dos candidatos ao concurso para técnico principal de análises clínicas e de saúde pública do quadro de pessoal deste Hospital, a que se refere o aviso de abertura publicado no DR, 2.º, 93, de 22-4-87:

	Valores
1.º Maria Luiza Azevedo Cláudio .....	15,96
2.º Natália de Jesus Silveira.....	13,08
3.º Maria Odete Mira dos Santos.....	12,8
4.º Maria Celeste Bento dos Santos Lopes.....	12,52

Da deliberação que homologou a presente lista de classificação final cabe recurso, a interpor no prazo de 10 dias contados da publicação do presente aviso no *DR*.

16-12-91. — Pelo Conselho de Administração, (*Assinatura ilegível*.)

#### Sanatório do Dr. José Maria Antunes Júnior

**Aviso.** — Dá-se conhecimento aos interessados de que na data da publicação deste aviso no *DR* vai ser afixada neste Sanatório a lista provisória dos candidatos admitidos e admitidos condicionalmente, e enviada fotocópia aos interessados, no concurso interno geral de ingresso para chefes de repartição, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.º, 261, de 13-11-91.

12-12-91. — O Vogal da Comissão Instaladora, *António Manuel Ascenso de Sousa Gomes*.

#### Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia

**Aviso.** — Para conhecimento dos interessados e devidos efeitos se comunica que, por despacho do conselho de administração de 9-12-91, foi homologada a lista classificativa de candidatos ao concurso interno geral de ingresso para educador de infância da carreira docente, aberto neste Centro Hospitalar por aviso publicado no *DR*, 2.º, 147, de 29-6-91, a qual se encontra afixada no Serviço de Pessoal deste Centro, onde poderá ser consultada.

A contar da data da publicação do presente aviso, é concedido aos candidatos o prazo de 10 dias para eventuais recursos a interpor, que deverão ser entregues no Serviço de Pessoal deste Centro, sito na Rua de Conceição Fernandes, 4400 Vila Nova de Gaia, ou enviados pelo correio, em carta registada com aviso de recepção.

11-12-91. — O Presidente do Conselho de Administração, *Jaimo Arlindo Teixeira Neto*.

#### Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários

##### Hospital Psiquiátrico do Lorvão

**Aviso.** — Para conhecimento dos interessados torna-se público que a lista dos candidatos admitidos e excluídos do concurso interno geral de ingresso para provimento de um lugar de chefe de serviços gerais do quadro de pessoal deste Hospital, a que se refere o aviso publicado no *DR*, 2.º, 256, de 7-11-91, se encontra afixada no Serviço de Pessoal, onde pode ser consultada a partir da data da publicação deste aviso no *DR*.

12-12-91. — O Administrador-Delegado, *Joaquim Manuel Barros de Sousa*.

#### Centro de Saúde Mental da Covilhã

**Aviso.** — Dá-se conhecimento de que se encontra afixada no *placard* da secretaria do Centro de Saúde Mental da Covilhã a lista provisória dos candidatos admitidos ao concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de enfermeiro do grau I existentes no quadro de pessoal deste Centro, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.º, 225, de 30-9-91, a pp. 9644 e 9645.

Dado que não há candidatos admitidos condicionalmente, se a lista provisória não vier a ser objecto de impugnação no prazo de 10 dias contados da data da publicação do presente aviso, a mesma converter-se-á em definitiva.

12-12-91. — O Vogal Administrativo do Conselho de Gerência, *José Luís Cleto Craveiro*.

#### Centro de Saúde Mental de Penafiel

**Aviso.** — *Concurso n.º 1/91, publicado no DR, 2.º, 244, de 23-10-91.* — Em cumprimento do disposto no art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de ingresso para preenchimento de uma vaga de terceiro-oficial da carreira de oficial administrativo do mapa de pessoal deste Centro se encontra afixada nos locais habituais de consulta, junto dos Serviços Administrativos do Hospital Psiquiátrico de Travanca, onde pode ser consultada a partir da data da publicação deste aviso no *DR*, sendo enviada fotocópia da mesma aos candidatos através de ofício registado com aviso de recepção.

**Aviso.** — *Concurso n.º 2/91, publicado no DR, 2.º, 244, de 23-10-91.* — Em cumprimento do disposto no art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que a lista de classificação final

dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de ingresso para preenchimento de duas vagas de segundo-oficial da carreira de oficial administrativo do mapa de pessoal deste Centro se encontra afixada nos locais habituais de consulta, junto dos Serviços Administrativos do Hospital Psiquiátrico de Travanca, onde pode ser consultada a partir da data da publicação deste aviso no *DR*, sendo enviada fotocópia da mesma aos candidatos através de ofício registado com aviso de recepção.

13-12-91. — Pela Comissão Instaladora, *Rui Edgar Correia*.

#### MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

##### Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

**Aviso.** — Nos termos e para os efeitos do disposto no art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informam-se os interessados de que a lista de classificação final dos candidatos concorrentes ao concurso interno geral de acesso para o preenchimento de duas vagas de oficial administrativo principal do quadro da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.º, 217, de 20-9-91, se encontra patente, para consulta, durante as horas normais de expediente, na Avenida da República, 32, 1.º, em Lisboa.

23-12-91. — A Presidente do Júri, *Maria Madalena Barbosa Bordalo*.

**Aviso.** — Nos termos do art. 33.º, conjugado com o n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que a lista de classificação final das candidatas ao concurso interno geral de acesso para o preenchimento de um lugar de assessor principal do quadro da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.º, 260, de 12-11-91, pode ser consultada, nas horas normais de expediente, nos serviços da mesma Comissão, na Avenida da República, 32, 1.º, em Lisboa.

26-12-91. — A Presidente, *Maria Regina Tavares da Silva*.

#### Departamento de Estatística

**Despacho.** — 1 — Delego na subdiretora-geral do Departamento de Estatística, licenciada Maria dos Anjos dos Santos Almeida, as seguintes competências:

1.1 — Para assinar termos de aceitação e para conferir posse a funcionários por mim nomeados, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 10.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12;

1.2 — Para autorizar o exercício, em acumulação, de actividades privadas, nos termos do art. 32.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12;

1.3 — Para despachar requerimentos de licença sem vencimento apresentados ao abrigo do disposto no n.º 1 do Dec.-Lei 519-E/1/79, de 29-12;

1.4 — Para despachar requerimentos e licença sem vencimento de longa duração e de regresso da mesma, nos termos do art. 78.º do Dec.-Lei 497/88, de 30-12;

1.5 — Para autorizar a celebração de contratos de tarefa e avença, nos termos do art. 17.º do Dec.-Lei 41/84, de 3-2, com a redacção que lhe foi dada pelo Dec.-Lei 299/85, de 29-7;

1.6 — Para autorizar despesas com obras e aquisições de bens e serviços até ao limite de 20 000 contos e com dispensa de realização de concurso público ou limitado e de celebração de contrato escrito até ao limite de 6000 contos, nos termos do Dec.-Lei 211/79, de 12-7, com as alterações introduzidas pelo Dec.-Lei 227/85, de 4-7.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 31-10-91, ficando por esta forma ratificados todos os actos praticados entretanto pela subdiretora-geral do Departamento de Estatística.

12-12-91. — O Director-Geral, *J. A. Sousa Fialho*.

#### GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

##### Centro Regional de Segurança Social de Évora

Por deliberação do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Évora de 5-12-91, no uso de competência subdelegada:

Martinho António Pinto Magro — nomeado definitivamente na categoria de operador de reprografia, após período probatório de um ano, com efeitos a partir de 20-11-91. (Não carece de visto do TC.)

6-12-91. — O Presidente do Conselho Directivo, *Henrique António de Oliveira Troncho*.

## Centro Regional de Segurança Social de Lisboa

Por despacho de 30-9-91 da comissão instaladora do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa:

Autorizada a admissão, em regime de contrato de trabalho a termo certo, por urgente conveniência de serviço, pelo período de um ano, dos seguintes enfermeiros:

Domingas Octávia da Conceição Velemo.  
Gregório Henrique.

Gustavo Caetano Nascimento Costa.  
Ludovino Joaquim Trindade André.  
Maria Arlete Pereira Bragança Gomes.  
Maria da Conceição Silva.  
maria Eduarda Vieira Santos Cruz.  
Maria Luisa Colaço Bailão.  
Olga Silvano Carvalho da Fonseca.

(Visto, TC, 22-11-91. São devidos emolumentos.)

10-12-91. — Pela Comissão Instaladora, *Joaquim Salgado Coelho Lima*.

## Centro Regional de Segurança Social do Porto

Por deliberação do conselho directivo deste Centro Regional de 27-11-91:

Maria de Fátima Oliveira Caetano Carvalho, auxiliar de serviços gerais deste Centro Regional — integrada na letra O da tabela de vencimentos da função pública anterior ao novo sistema retributivo com efeitos a partir 4-7-87. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

11-12-91. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços de Gestão de Pessoal, *António Albertino G. Monteiro*.

Por deliberação do conselho directivo deste Centro Regional de 6-11-91:

David Gonçalves, técnico auxiliar de 2.ª classe deste Centro Regional — nomeado técnico de 2.ª classe estagiário, por urgente conveniência de serviço.

Por despacho do Secretário de Estado da Segurança Social de 29-11-91:

Ana Maria Carneiro da Costa e Silva, técnica de serviço social de 2.ª classe deste Centro Regional — autorizada a licença sem vencimento por um ano, com inicio em 29-1-92.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

12-12-91. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços de Gestão de Pessoal, *António Albertino G. Monteiro*.

## Centro Regional de Segurança Social de Viana do Castelo

**Aviso.** — Nos termos do art. 18.º, n.º 2, al. c), do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, no uso das competências dos directores-gerais, previstas no Dec.-Lei 323/89, de 26-9, atribuídas por Desp. 74/SESS/91, do Secretário de Estado da Segurança Social, publicado no DR, 2.º, 199, de 30-8-91, e na qualidade de presidente do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Viana do Castelo, delibero adequar a cláusula 5.ª dos contratos a termo certo celebrados com Anabela da Cunha Valença Pires, Isabel Maria Lemos Tábuas, Carla Maria Lacerda Fiúza, Graça Maria Correia Mateus e Paula Isabel Cavaleiro da Fonseca à nova legislação introduzida pelo Dec.-Lei 407/91, estabelecendo que a duração do contrato passe de oito meses para um ano. (Visto, TC. São devidos emolumentos.)

9-12-91. — O Presidente do Conselho Directivo, *Francisco Maia de Abreu de Lima*.

**Aviso.** — *Delegação de competências.* — Dando cumprimento ao disposto no art. 15.º do Dec.-Lei 64/89, de 25-2, o conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Viana do Castelo delibera:

1 — Delegar a competência prevista no n.º 1 do art. 24.º do referido diploma nos técnicos superiores principal e de 1.ª classe, respectivamente, Manuel Américo Couto Patrão e Maria da Glória Lourenço, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo.

2 — Fixar a data de 13-12, para início das competências ora delegadas.

3 — São revogadas a partir de 12-12 as delegações atribuídas ao licenciado José António Fontainha Borja Serafim, publicadas no DR, 2.º, 11, de 12-9-91.

**Aviso.** — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que, por deliberação do conselho directivo de 10-12-91, se encontra aberto concurso interno geral de ingresso para preenchimento de duas vagas de servente do quadro de pessoal deste Centro Regional, sujeito às seguintes formalidades:

1 — Prazo para apresentação de candidaturas — o prazo para apresentação de candidaturas é de 15 dias contados a partir da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do DR.

2 — Prazo de validade — o concurso tem a validade de dois anos contados desde a data da publicação da lista de classificação final.

3 — Conteúdo funcional — a descrição sumária das funções é, em termos gerais, funções de natureza executiva simples, diversificadas, revestindo sobretudo características de limpeza.

4 — Local de trabalho e remuneração — o local de trabalho é no Centro Regional de Segurança Social de Viana do Castelo e a remuneração é a estabelecida no Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10.

5 — Requisitos de admissão — podem candidatar-se ao concurso todos os funcionários, independentemente do serviço ou organismo a que pertencem, e, nos termos do n.º 4 do art. 6.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, os agentes que desempenhem funções em regime de tempo completo, estejam sujeitos à disciplina hierárquica do respectivo serviço e possuam mais de três anos de serviço ininterrupto.

6 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar consistirá em:

- a) Avaliação curricular;
- b) Entrevista.

6.1 — Na avaliação curricular ponderar-se-ão os seguintes factores:

- a) Habilidades académicas de base;
- b) Formação, qualificação e experiência profissional;
- c) Classificação de serviço.

6.2 — Em caso de igualdade de classificação, são factores de preferência os referidos no n.º 6 do art. 32.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

7 — Candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Viana do Castelo, podendo ser entregue directamente na Secção de Administração de Pessoal deste Centro, devendo, neste caso, ser elaborado em duplicado, servindo este de recibo, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para a Rua da Bandeira, 600, 4900 Viana do Castelo.

Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, nascimento, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);
- b) Actual categoria, classificação de serviço, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- c) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever referir em ordem à apreciação da sua candidatura.

7.2 — Juntamente com o requerimento de admissão ao concurso, os candidatos deverão apresentar:

a) *Curriculum vitae* detalhado, onde constem, nomeadamente:

- Habilidades literárias;
- Habilidades profissionais;
- Experiência profissional, com a identificação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidatam;

b) Certidão de habilitações literárias;

- c) Quaisquer outros elementos que entendam dever apresentar em ordem à apreciação da sua candidatura.

7.3 — É dispensada a apresentação dos elementos que já constem dos processos individuais.

8 — Constituição do júri.

8.1 — O júri terá a seguinte constituição:

Presidente — Cândida de Jesus Barroso Gonçalves Gigante Pinheiro, chefe de repartição.

Vogais efectivos:

João Manuel de Araújo Cunha, chefe de secção.  
Maria de Fátima Meira da Silva, chefe de secção.

## Vogais suplentes:

Dinis António da Rocha Amaro, chefe de secção.  
Maria do Céu Varajão Ximenes Mimoso, chefe de secção.

11-12-91. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, *António Costa e Silva*.

**MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO****GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO  
E DO COMÉRCIO EXTERNO**

## Direcção-Geral do Comércio Externo

**Aviso.** — Nos termos da al. a) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, publica-se a lista dos candidatos admitidos e excluídos respeitante ao concurso externo de admissão a estágio para ingresso na carreira técnica superior e para o preenchimento de uma vaga de técnico superior de 2.ª classe do quadro do pessoal desta Direcção-Geral, na área de organizações internacionais, conforme a ref.º 2 do aviso publicado no DR, 2.º, 275, de 29-11-91:

## Admitidos:

Ana Cristina Filipe Gomes.  
Ana Luísa Simões Figueiras dos Santos.  
Ana Maria Madeira Ramos.  
Ana Maria Mendes de Carvalho.  
Ana Paula Duarte Andrade Costa Rito.  
Ana Paula Rebelo Alves.  
Ana Paula Vaz Pinheiro de Sousa Basílio.  
Anabela Lopes da Costa Silva.  
António Manuel Almeida Pereira.  
António Manuel Balbino Caldeira.  
António Manuel Pires Bernardes.  
Carla Sofia Casaca Figueira.  
Carlos Alberto Ferreira Martins.  
Carolina Cipolli Amado.  
Carolina da Conceição Moreira de Oliveira.  
Célia Maria Rodrigues dos Santos.  
Cristina Maria Augusto Ribeiro.  
Cristina Maria Casqueiro Ferreira.  
Cristina Maria Fontes Dias.  
Elsa Maria Henriques Rodrigues.  
Emilia da Glória Silva dos Santos.  
Fernanda Maria Duarte Ferreira Garcia e Simões das Neves.  
Fernandina Maria Matos Fazendeiro Cecílio.  
Florbel Matos Correia Santos Ferreira.  
Genoveva Ribeiro do Canto Lagido.  
Gisela Carreira Telles Ribeiro.  
Helena Teresa Ferreira da Cuz Fernandes.  
Isabel Leontina Figueiredo Antunes.  
Isabel Maria Pereira do Carmo.  
Isabel Maria Vieira Fidalgo.  
Isabel Teresa Flores Figueira.  
João Carlos Florêncio Aleixo.  
João Carlos Serpa de Almeida.  
João Francisco Silva Grade Silvestre.  
João Miguel Abrantes Tavares Neves da Costa.  
Joaquim António Pires Navalho.  
Jorge Álvaro Castelbranco Soares.  
Jorge Guilherme Barbosa Teixeira.  
José António Ferreira da Silva.  
José Filipe Pereira Lamelas.  
Lídia Maria Quaresma Gandarez.  
Lucinda Maria Martins Neves.  
Maria Alice Almeida Nascimento.  
Maria Cecília Modesto Pinto.  
Maria Celeste Coelho.  
Maria da Conceição Leão Baptista.  
Maria Cristina de Almeida da Fonseca Pires Duarte Guerreiro.  
Maria de Fátima de Jesus Mendo.  
Maria de Fátima da Silva Martins Vaz.  
Maria Inês Dias de Sousa Pacheco Alves.  
Maria João Morais do Carmo Lopes.  
Maria Laura Quadrado Saraiva de Almeida.  
Maria Leonor da Beja Neves.  
Maria da Luz da Costa Fernandes Dias.  
Maria Manuela Vaz Serra Alves da Silva Frágua Mateus.  
Maria Onilda Maia Condeças Oliveira Sousa.  
Maria Sílvia de Carvalho Rodrigues.  
Mariana Teresa Lacerda Machado de Sousa Guedes.  
Mário João Redondo Serra Pereira.

Paula Alexandra Almeida da Cunha Alves.  
Paulo Luís Machado Marques.  
Pedro Miguel Rodrigues Duarte.  
Raquel Maria do Carmo Mendes Saúde.  
Rita Maria Rodrigues Carvalho Pereira da Silva.  
Sandra Cristina Pires Gomes.  
Sara Maria Mergulhão Mendes.  
Sónia Maria Gomes de Araújo Pinheiro.  
Sónia Maria Melo e Castro.  
Teresa Maria de Lemos Correia Estrela.  
Vitorino da Conceição Henriques.  
Zélia Maria Gonçalves Gabriel.

## Excluídos:

Laurinda Pereira da Silva (a).  
Maria Clara de Ferreira Amaral (b).  
Sandra Maria Silva Monteiro Leite (c).

(a) Excluída por não possuir o requisito das habilitações, conforme o determinado na al. b) do n.º 6.1 do aviso de abertura do concurso — licenciatura em Economia, Direito ou Relações Internacionais.

(b) Excluída por não ter apresentado a documentação solicitada nas als. b), c) e d) do n.º 8.1 do aviso de abertura do concurso, nem ter feito, em alternativa, declaração nos termos do n.º 9.

(c) Excluída por não ter apresentado requerimento de acordo com o disposto no n.º 8 do aviso de abertura do concurso, nem os documentos referidos nas als. b), c) e d) do n.º 8.1 ou, em alternativa, declaração nos termos do n.º 9.

O prazo de recurso é de 10 dias a contar da data da publicação do presente aviso, nos termos do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 31-12.

18-12-91. — A Presidente do Júri, *Maria Helena Gomes Martins*.

**GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO**

## Instituto Nacional de Formação Turística

## Por despacho do Secretário de Estado do Turismo de 5-12-91:

Carlos Cabral Tavares de Lima, assessor principal do quadro do Instituto Nacional de Formação Turística — nomeado, em comissão e por urgente conveniência de serviço, director do Centro Escolar Turístico e Hoteleiro do Estoril, com efeitos a partir da data do despacho referido em epígrafe. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

11-12-91. — O Director-Geral, *Manuel Coelho da Silva*.

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**

## Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

## Por despacho do director-geral de 20-12-91:

Licenciados Panduronga Xencora Rauto Dessaí, Jorge da Fonseca Cruz e José Orlando de Areosa Pena, geofísicos superiores de 2.ª classe do quadro de pessoal deste Instituto — nomeados definitivamente, precedendo concurso, no cargo de geofísico superior de 1.ª classe do mesmo quadro, considerando-se exonerados do anterior cargo a partir da data da aceitação do lugar. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

26-12-91. — O Director-Geral, *Jorge Manuel Simões Cristina*.

**MINISTÉRIO DO MAR****GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS PESCAS**

## Instituto Nacional de Investigação das Pescas

**Aviso.** — Para os devidos efeitos faz-se público que, por despacho de 19-11-91 do presidente do Instituto Nacional de Investigação das Pescas, foi anulado o concurso aberto para investigador auxiliar, publicado no DR, 2.º, 68, de 22-3-91, por inexistência de vagas. (Não carece de anotação do TC.)

23-11-91. — O Director de Serviços de Administração, *Agostinho Alves*.

## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Por despacho do presidente do Tribunal Constitucional de 2-12-91:

Licenciado António Pedro Pereira Nina Barbas Homem — exonerado, a seu pedido, das funções de assessor do quadro do Gabinete de Apoio aos Juízes do Tribunal Constitucional, com efeitos a partir de 1-12-91.

Licenciado António Carlos Candeias de Araújo — nomeado assessor do quadro do Gabinete de Apoio aos Juízes do Tribunal Constitucional, com efeitos a partir de 1-12-91.

(Não carece de visto ou anotação do TC.)

9-12-91. — O Secretário do Tribunal Constitucional, *António Joaquim Baginha Miranda*.

## UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

**Aviso.** — De acordo com o estabelecido no art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informam-se os interessados de que a lista de classificação final do concurso para operador de fotocomposição, publicado no DR, 2.º, 231, de 8-10-91, é afixada nos Serviços de Expediente e Pessoal desta Universidade na data da publicação do presente aviso no DR.

18-12-91. — A Presidente do Júri, *Ana Colaço Passos Morgado*.

## UNIVERSIDADE DE COIMBRA

### Serviços Centrais

Por despacho de 13-11-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

Licenciado António José Esteves Leal Duarte, assistente além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — contratado como assistente convidado além do quadro da mesma Faculdade, por um ano, com início em 7-10-91, sendo rescindido o anterior contrato a partir da mesma data. (Não carece de verificação prévia do TC.)

5-12-91. — O Administrador, *Armando José de Carvalho Rodrigues Pereira*.

Por despachos de 15-10 e de 5-12-91 do subdirector do LNEC e do reitor da Universidade de Coimbra, respectivamente:

António Azevedo Mendonça, técnico-adjunto principal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil — requisitado com a mesma categoria para desempenhar funções nos serviços centrais desta Universidade. (Não carece de verificação prévia do TC.)

6-12-91. — Pelo Administrador, (*Assinatura ilegível*.)

Por despachos de 5-12-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

Licenciado Anselmo da Silva Borges, assistente estagiário além do quadro da Faculdade de Letras — contratado por seis anos, prorrogáveis por um biénio, com efeitos a partir de 19-11-91, como assistente além do quadro da mesma Faculdade, considerando-se rescindido o anterior contrato desde aquela data.

Por despacho de 5-12-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

Licenciada Madalena Nunes de Andrade, assistente estagiária além do quadro da Faculdade de Economia desta Universidade — rescindido o contrato, a seu pedido, em 31-10-91.

Licenciado Carlos Alberto Godinho Cordeiro Mesquita, assistente convidado além do quadro da Faculdade de Medicina desta Universidade — rescindido o contrato, a seu pedido, em 14-11-91.

Licenciada Maria da Graça Domingues Rocha, assistente convidada além do quadro da Faculdade de Medicina desta Universidade — concedida a equiparação a bolseiro fora do País pelo período de 6-1 a 27-3-92.

Doutora Maria José de Azevedo Santos, professora auxiliar além do quadro da Faculdade de Letras desta Universidade — nomeada provisoriamente, por conveniência urgente de serviço, com efei-

tos a partir de 5-12-91, como professora associada da 2.ª secção (Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas) do 5.º grupo (História) da mesma Faculdade.

(Não carecem de verificação prévia do TC.)

6-12-91. — O Administrador, *Armando José de Carvalho Rodrigues Pereira*.

Por despachos de 28-11-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

Rute Alves Carrington da Costa, Maria Alexandrina Janeiro Fernandes, Fernando Manuel Gonçalves Loureiro, Isabel Correia Costa Vieira, Leonor Simões dos Santos Quitério, António José do Vale Dias Casaleiro e Maria de Fátima Pereira Nunes, terceiros-oficiais dos serviços centrais desta Universidade — promovidos a segundos-oficiais, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 28-11-91, considerando-se exonerados dos anteriores lugares desde aquela data.

Por despacho de 5-12-91, do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutor Artur Soares Alves, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — anulada a equiparação a bolseiro fora do País durante o período de 10 a 17-11-91. Mário Fernando José Eusébio, Paulo Rui Ribeiro Resende e Joaquim Leitão Montezuma de Carvalho, monitores da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — rescindidos, a seu pedido, os respectivos contratos a partir de 30-11-91.

António Manuel Ferreira Mendes Lopes, monitor da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato a partir de 18-11-91.

Por despachos de 6-12-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

Licenciado António Manuel Ribeiro Rebelo — prorrogado até final do ano escolar de 1991-1992 o contrato como assistente estagiário além do quadro da Faculdade de Letras desta Universidade com efeitos a partir de 1-1-92.

Licenciado Rui Manuel Bebiiano do Nascimento — prorrogado por um biénio o contrato como assistente além do quadro da Faculdade de Letras desta Universidade com efeitos a partir de 11-12-91.

(Não carecem de verificação prévia do TC.)

9-12-91. — O Administrador, *Armando José de Carvalho Rodrigues Pereira*.

Por despachos de 11-12-90 do reitor da Universidade de Coimbra:

Maria da Graça Rodrigues Lebre — renovado por dois anos e seis meses, a partir de 12-12-90, o contrato a termo certo como auxiliar administrativa de 2.ª classe da Assessoria Jurídica desta Universidade.

Maria Antónia Ferrinha Mimoso Ferreira — renovado por dois anos e seis meses, a partir de 25-12-90, o contrato a termo certo como auxiliar administrativa de 2.ª classe da Reitoria e serviços centrais desta Universidade.

António Manuel da Silva Patrício — renovado por dois anos e seis meses, a partir de 25-12-90, o contrato a termo certo como terceiro-oficial da Reitoria e serviços centrais desta Universidade.

(Não carecem de verificação prévia do TC.)

10-12-91. — O Administrador, *Armando José de Carvalho Rodrigues Pereira*.

Por despacho de 22-11-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

Licenciado Luís Alberto Pinho Lucas de Freitas — contratado, por conveniência urgente de serviço, por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos, em regime de acumulação a 40 %, como assistente convidado além do quadro da Faculdade de Medicina desta Universidade com início em 22-11-91.

Por despacho de 5-12-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

Concedida equiparação a bolseiro fora do País:

Ao Licenciado Luís Alberto Esteves Batista de Carvalho, assistente além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — durante o período de 3 a 20-1-92.

Ao Doutor Manuel Alves da Silva, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — durante o período de 4 a 6-12-91.

À Doutora Maria Fernanda Simões Patrício, professora associada além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — durante o período de 30-11 a 5-12-91.

À Licenciada Ana Luísa da Conceição Santos, assistente estagiária além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — durante o período de 25 a 29-11-91.  
Ao Licenciado Francisco Paulo de Sá Campos Gil, assistente além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — durante o período de 15 a 19-12-91.

(Não carecem de verificação prévia do TC.)

13-12-91. — O Administrador, *Armando José de Carvalho Rodrigues Pereira*.

Por despachos de 12-7-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

Licenciado João Maria Montezuma de Carvalho de Sá Marta, assistente além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia, a desempenhar funções como programador de sistemas de 2.ª classe (estagiário) do Centro de Informática desta Universidade — nomeado técnico superior de informática de 2.ª classe do mesmo Centro de Informática, considerando-se exonerado do anterior lugar a partir do termo de aceitação. (Visto, TC, 5-12-91.)

Por despacho de 22-10-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

José Francisco Monteiro Morgado — contratado, em regime de prestação eventual de serviço, como monitor da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade por um ano, renovável por três vezes, com início em 22-10-91. (Visto, TC, 6-12-91.)

Por despacho de 8-11-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

Licenciado Ilídio Manuel Barbosa Pereira, técnico auxiliar de BAD de 1.ª classe do Arquivo desta Universidade — nomeado técnico superior de 2.ª classe (documentação e publicações) da Reitoria e serviços centrais (Serviço de Documentação e Publicações) desta Universidade, considerando-se exonerado do lugar que vem ocupando a partir do termo de aceitação. (Visto, TC, 5-12-91.)

Por despacho de 15-11-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

Licenciada Gertrude Therecia Brindlmayer — contratada, por conveniência urgente de serviço, por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos, com início em 15-11-91, como leitora além do quadro da Faculdade de Letras desta Universidade. (Visto, TC, 10-12-91.)

(São devidos emolumentos.)

16-12-91. — O Administrador, *Armando José de Carvalho Rodrigues Pereira*.

Por despacho de 2-12-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

Concedida a equiparação a bolseiro fora do País:

Ao Doutor Anselmo Jorge Branco de Almeida Carvalhas, professor associado da Faculdade de Medicina desta Universidade — pelo período de 23 a 28-11-91.

Ao Doutor João Veríssimo Oliveira Lisboa, professor auxiliar além do quadro da Faculdade de Economia desta Universidade — pelo período de 29-11 a 4-12-91.

Ao Doutor Pedro Augusto de Melo Lopes Ferreira, professor auxiliar além do quadro da Faculdade de Economia desta Universidade — pelo período de 4 a 17-12-91.

(Não carecem de verificação prévia do TC.)

16-12-91. — Pelo Administrador, (*Assinatura ilegível*.)

Por despachos de 2-12-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

Concedida equiparação a bolseiro fora do País:

Ao Doutor Victor Manuel do Nascimento Graveto, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — durante o período de 4 a 16-11-91.

À Doutora Ana Maria Tinoco de Matos Beja Alte da Veiga, investigadora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — durante o período de 17 a 28-11-91.

À Doutora Lourdes da Conceição Rodrigues Andrade, professora auxiliar além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — durante o período de 17 a 28-11-91.

À Doutora Isabel Maria Narra de Figueiredo, professora auxiliar além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — durante o período de 2 a 6-12-91.

Ao licenciado José Simão Antunes do Carmo, assistente além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — durante o período de 10 a 14-11-91.

Ao Doutor António Alberto Torres Garcia Portugal, professor auxiliar além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — durante o período de 23 a 28-11-91.

À Doutora Maria de Fátima da Silva Leite, professora associada da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — durante o período de 9 a 14-12-91.

Ao Doutor Artur Soares Alves, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade — durante o período de 23 a 30-11-91.

(Não carecem de verificação prévia do TC.)

16-12-91. — O Administrador, *Armando José de Carvalho Rodrigues Pereira*.

Por despachos de 6-12-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

Licenciado Alexandre Fernandes Vitor — requisitado, em comissão de serviço, como técnico superior estagiário de gestão do Arquivo desta Universidade com efeitos a partir do termo de aceitação.

Concedida a equiparação a bolseiro fora do País:

Ao Doutor Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, professor associado da Faculdade de Medicina desta Universidade — pelo período de 12 a 17-12-91.

Ao Doutor Joaquim Antero Romero Magalhães, professor associado da Faculdade de Economia desta Universidade — pelo período de 4 a 17-12-91.

Por despacho de 9-12-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

Elisabete da Conceição Rodrigues de Carvalho — renovado o contrato a termo certo, por um ano e seis meses, com início em 25-12-91, como auxiliar administrativa de 2.ª classe do Museu e Laboratório Zoológico desta Universidade.

(Não carecem de verificação prévia do TC.)

17-12-91. — Pelo Administrador, (*Assinatura ilegível*.)

Por despacho de 5-12-91 do reitor da Universidade de Coimbra:

Doutora Maria Celeste Fernandes Lopes, assistente além do quadro da Faculdade de Farmácia desta Universidade — contratada provisoriamente, por um quinquénio, com efeitos a partir de 19-11-91, como professora auxiliar além do quadro da mesma Faculdade, considerando-se rescindido o anterior lugar desde aquela data. (Não carece de verificação prévia do TC.)

18-12-91. — Pelo Administrador, (*Assinatura ilegível*.)

**Aviso.** — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que se encontra afixada nos serviços centrais e no Museu e Laboratório Zoológico, anexo à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso para provimento de um lugar de técnico-adjuunto de 1.ª classe do pessoal técnico-profissional, nível 4, do quadro do Museu e Laoratório Zoológico, anexo à Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade, inserto em aviso publicado no DR, 2.º, 177, de 3-8-91.

**Aviso.** — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que se encontra afixada nos serviços centrais e no Museu e Laboratório Zoológico, anexo à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso para provimento de um lugar de técnico auxiliar de 1.ª classe do pessoal técnico-profissional, nível 3, do quadro do Museu e Laoratório Zoológico, anexo à Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade, inserto em aviso publicado no DR, 2.º, 177, de 3-8-91.

**Aviso.** — Nos termos do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que se encontra afixada nos serviços centrais e no Instituto Geofísico da Universidade de Coimbra a lista dos candidatos admitidos ao concurso interno para provimento de um lugar de assessor na área de geofísica e ou física da atmosfera do quadro do Instituto Geofísico desta Universidade, inserto em aviso publicado no DR, 2.º, 257, de 8-11-91.

5-12-91. — O Administrador, *Armando José de Carvalho Rodrigues Pereira*.

**Aviso.** — Nos termos do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que se encontra afixada nos serviços centrais e no Museu, Laboratório e Jardim Botânico da Universidade de Coimbra a lista dos candidatos admitidos ao concurso interno para pro-

vimento de dois lugares de auxiliar técnico do quadro do Museu, Laboratório e Jardim Botânico desta Universidade, inserto em aviso publicado no *DR*, 2.º, 244, de 23-10-91.

**Aviso.** — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que se encontra afixada nos serviços centrais e na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso para provimento de um lugar de segundo-oficial do quadro da Faculdade de Medicina desta Universidade, inserto em aviso publicado no *DR*, 2.º, 156, de 10-7-91.

**Aviso.** — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que se encontra afixada nos serviços centrais e na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso para provimento de um lugar de segundo-oficial do quadro da Faculdade de Direito desta Universidade, inserto em aviso publicado no *DR*, 2.º, 210, de 12-9-91.

**Aviso.** — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que se encontra afixada nos serviços centrais e na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso para provimento de dois lugares de auxiliar administrativo do quadro da Faculdade de Direito desta Universidade, inserto em aviso publicado no *DR*, 2.º, 210, de 12-9-91.

**Aviso.** — Nos termos do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que se encontra afixada nos serviços centrais e no Gabinete de Relações Públicas da Reitoria da Universidade de Coimbra a lista dos candidatos admitidos ao concurso interno para provimento de um lugar de técnico-adjuunto de 1.ª classe, área de tradutor, para o Gabinete de Relações Públicas do quadro da Reitoria desta Universidade, inserto em aviso publicado no *DR*, 2.º, 263, de 15-11-91.

**Aviso.** — Nos termos do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que se encontra afixada nos serviços centrais e no Gabinete Técnico da Reitoria da Universidade de Coimbra a lista dos candidatos admitidos ao concurso interno para provimento de dois lugares de motorista de pesos para o Gabinete Técnico do quadro da Reitoria desta Universidade, inserto em aviso publicado no *DR*, 2.º, 263, de 15-11-91.

**Rectificação.** — Por ter saído com inexatidão no *DR*, 2.º, 273, de 27-11-91, rectifica-se que onde se lê «Licenciado Armando Duarte da Silva Carvalho» deve ler-se «Armando Duarte da Silva Gonçalves».

16-12-91. — O Administrador, *Armando José de Carvalho Rodrigues Pereira*.

#### Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Edital.** — Está aberto concurso, pelo prazo de oito dias a contar da publicação deste edital, para a contratação de quatro assistentes estagiários para a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra para as seguintes disciplinas: Orientação Escolar e Profissional, Psicologia Diferencial, Epistemologia das Ciências Humanas e Psicologia Clínica Dinâmica.

Os candidatos, que farão um requerimento ao presidente do conselho científico, deverão, além da licenciatura em Psicologia, obedecer aos seguintes requisitos: para Orientação Escolar e Profissional, ter a classificação final de *Bom* e o seminário ou estágio em Orientação Escolar e Profissional; para Psicologia Diferencial, ter a classificação final de 16 valores, sendo considerada a nota na disciplina de Psicologia Diferencial; para Epistemologia das Ciências Humanas, ter a classificação de *Bom*, sendo dada preferência aos candidatos que tenham feito a disciplina de Epistemologia da Psicologia, e para Psicologia Clínica Dinâmica, ter a classificação de *Bom*, sendo dada preferência aos candidatos que tenham feito a cadeira de Psicologia e Terapia da Família.

No requerimento devem constar todas as disciplinas da licenciatura e, se possível, ser acompanhado de um pequeno *curriculum vitae*.

17-12-91. — O Presidente do Conselho Científico, *Joaquim Ferreira Gomes*.

#### UNIVERSIDADE DE LISBOA

##### Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Aviso.** — Para os devidos efeitos se comunica que, pelo período de 10 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *DR*, se encontra afixada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, a lista de classificação final do concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de dactilógrafo-compositor principal, publicado no *DR*, 2.º, 199, de 30-8-91.

27-11-91. — O Presidente do Júri, *Albano Cordeiro Estrela*.

#### UNIVERSIDADE DO MINHO

Por despachos de 19-6-91 do reitor da Universidade do Minho:

Fernando Gomes de Araújo, Isabel Cristina Braga Soares, Artur Joaquim Neiva de Abreu, Maria de Lourdes Pinheiro Frasco Leite, Moisés Augusto de Carvalho Gonçalves e Ana Paula da Conceição Barros Afonso, técnicos auxiliares de 2.ª classe, em regime de contrato administrativo de provimento na Universidade do Minho — nomeados definitivamente na mesma categoria do quadro provisório desta Universidade, considerando-se rescindidos os contratos a partir da data da posse. (Visto, TC, 21-11-91.)

9-12-91. — O Administrador, *José Frederico Aguilar de F. Monteiro*.

Por despacho de 14-11-91 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciado António Pedro Garcia de Valadares Souto, assistente estagiário em regime de contrato administrativo de provimento — concedida equiparação a bolseiro nos dias 14 e 15-11-91.

Por despachos de 20-11-91 do reitor da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Manuel Joaquim Cuiça Sequeira, professor associado do quadro — no período de 20 a 22-11-91.

Doutora Maria de Fátima Neves Guerreiro Sequeira, professora associada do quadro — no período de 20 a 22-11-91.

Doutora Felicidade Capela da Santa Vieira, professora convidada equiparada a professora auxiliar — no período de 14 a 18-11-91.

Por despacho de 25-11-91 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciado António Manuel Cavaco Paulo, assistente estagiário em regime de contrato administrativo de provimento — concedida equiparação a bolseiro no período de 4 a 6-12-91.

Por despacho de 26-11-91 do reitor da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Manuel Armando Oliveira Pereira dos Santos, professor associado do quadro — no período de 28-11 a 1-12-91.

Licenciada Maria José da Gama Lobo Salema, assistente convidada em regime de colocação especial (requisição) — no período de 7 a 21-12-91.

Por despachos de 27-11-91 do reitor da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Mário Duarte de Araújo, professor catedrático do quadro — no período de 27 a 30-11-91.

Doutora Estrelita da Graça Lopes Rodrigues Vaz, professora associada do quadro — no período de 1 a 13-12-91.

Doutor Fernando António Portela Silva Castro, professor auxiliar em regime de contrato administrativo de provimento — no período de 2 a 6-12-91.

Doutora Olga Maria Fernandes Pereira Coutinho, professora auxiliar em regime de contrato administrativo de provimento — rescindido o contrato com efeitos a partir de 16-12-91.

Por despacho de 29-11-91 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor José de Azevedo Ferreira, professor catedrático do quadro — concedida equiparação a bolseiro no período de 11 a 15-12-91.

Por despachos de 4-12-91 do reitor da Universidade do Minho:  
Concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Licínio Carlos Viana da Silva Lima, professor auxiliar em regime de contrato administrativo de provimento — no período de 9 a 10-12-91.  
Licenciado António Vasco Amaral Nunes, assistente em regime de contrato administrativo de provimento — no período de 5 a 12-12-91.

Por despacho de 5-12-91 do reitor da Universidade do Minho:  
Concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Paulo António Alves Pereira, professor auxiliar em regime de contrato administrativo de provimento — no período de 7-12-91 a 2-1-92.  
Doutor Nicolas Papamichael, professor visitante equiparado a professor catedrático — no período de 3 a 20-12-91

11-12-91. — O Administrador, *José Frederico Aguilar de F. Monteiro*.

**Aviso.** — Para os devidos efeitos, avisam-se os candidatos ao concurso interno geral de acesso para a categoria de carpinteiro principal da carreira de carpinteiro (uma vaga), a que alude a ref. FP-23/91, do aviso de abertura do concurso publicado no DR, 2.º, 259, de 11-11-91, de que a lista de candidatos pode ser consultada nos átrios dos edifícios da Universidade do Minho, sitos no Largo do Paço, em Braga, e em Azurém, Guimarães.

**Rectificação.** — Por ter sido publicado com inexatidão no DR, 2.º, 278, de 3-12-91, a p. 12 354(91), rectifica-se que onde se lê «Maria Isabel Ventura Abrantes Sousa Antunes, técnica superior principal» deve ler-se «Maria Isabel Ventura Abrantes Sousa Antunes, técnica auxiliar principal».

10-12-91. — O Administrador, *José Frederico Aguilar de F. Monteiro*.

## UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

### Reitoria

Por despacho do vice-reitor de 20-12-91, proferido por delegação de competências:

Concedida a equiparação a bolseiro fora do País aos seguintes docentes:

Doutor José João Galhardas de Moura, professor associado da Faculdade de Ciências e Tecnologia — no período de 14 a 20-12-91.  
Doutora Maria Manuela Neves Correia de Pinho Ducla Soares, professora auxiliar convidada da Faculdade de Economia no período de 20-1 a 4-3-92.

20-12-91. — O Administrador, *Joaquim Filipe C. Pinheiro*.

## UNIVERSIDADE DO PORTO

### Secretaria-Geral

Por despacho de 11-11-91 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Doutor Rui Humberto Costa Fernandes Póvoas, assistente além do quadro da Faculdade de Arquitectura desta Universidade — contratado, por conveniência urgente de serviço, como professor auxiliar além do quadro da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 7-10-91, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do TC. Não são devidos emolumentos.)

13-12-91. — O Administrador, *Jorge Rocha Pereira*.

Por despacho de 24-9-91 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Jorge Bento Ribeiro Barbosa Farinha, assistente estagiário além do quadro da Faculdade de Economia desta Universidade — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidado além do quadro, com 50% do vencimento, da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 28-9-91, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data.

Por despacho de 4-11-91 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Carlos Alberto da Conceição António, assistente estagiário além o quadro da Faculdade de Engenharia desta Universidade — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente além do quadro do 5.º grupo (Mecânica) da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 17-10-91, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data.

(Não carecem de visto do TC. Não são devidos emolumentos.)

17-12-91. — O Administrador, *Jorge Rocha Pereira*.

## Faculdade de Ciências

Por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências de 11-12-91, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Licenciada Maria Armanda de Araújo Sá, assessora — concedida a equiparação a bolseiro fora do País no período de 12 a 16-12-91.

11-12-91. — A Secretária, *Maria Teresa Palha de Araújo*.

## Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física

Por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física de 9-11-91, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Licenciado Dimas Manuel Casanova Pinto, assistente convidado desta Faculdade — concedida a equiparação a bolseiro de 9 a 13-12-91.

11-11-91. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Teixeira Marques*.

## Faculdade de Medicina

Por despacho de 11-12-91 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina do Porto, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Maria José Pinto Caetano — autorizada a recuperação do vencimento de exercício perdido.

12-12-91. — O Secretário, *Manuel Gaspar de Pinho Sobral Torres*.

**Edital.** — Faz-se saber que perante o conselho científico da Faculdade de Medicina do Porto, nos termos do art. 13.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei 19/80, de 16-7, e do Dec.-Lei 312/84, de 26-9, está aberto, durante 15 dias contados do imediato àquele em que o presente edital for publicado no DR, concurso documental para uma vaga de assistente estagiário de Biofísica.

Serão admitidos a concurso os licenciados em Física, Engenharia Electrotécnica ou Físico-Química com informação final mínima de Bom.

Os candidatos deverão instruir os seus requerimentos com os seguintes documentos:

- a) Nome, idade, morada e número de telefone;
- b) Bilhete de identidade, serviço de identificação que o emitiu e data;
- c) Certidão de registo de nascimento;
- d) Certificado de registo criminal;
- e) Atestado e certificado exigidos no art. 4.º do Dec.-Lei 48 359, de 27-4-68;
- f) Documento comprovativo de possuírem a licenciatura em Física, Engenharia Electrotécnica ou Físico-Química;
- g) Escola e ano de formatura;
- h) Classificação de cada disciplina do curso;
- i) Documento comprovativo de terem sido cumpridas as leis de recrutamento militar;
- j) *Curriculum vitae*.

É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas als. c), d), e) e i) aos candidatos que declararem nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente às condições fixadas.

Os requerimentos em que pretendam utilizar a dispensa de documentos estão sujeitos ao imposto do selo de 150\$, a pagar por estampilha fiscal.

A ordenação dos candidatos admitidos ao concurso será efectuada através de uma apreciação global baseada na média do curso, currículo, experiência pedagógica, disponibilidade para a prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva e na realização de uma entrevista.

Para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo.

9-12-91. — O Presidente do Conselho Científico, *Amândio S. Tavares*.

**Aviso.** — 1 — Nos termos do disposto no Dec.-Lei 498/88, de 30-12, que define os princípios gerais de recrutamento e selecção de pessoal e o processo de concursos na função pública, faz-se público que, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *DR* devidamente autorizado por despacho de 9-12-91 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto, se encontra aberto concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de técnico auxiliar principal de gestão existente no quadro da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, constante do mapa anexo ao Dec.-Lei 148/88, de 27-4.

2 — O concurso é válido para o preenchimento da vaga existente.

3 — O conteúdo funcional do lugar a preencher consiste em apoiar directamente os presidentes dos órgãos de gestão e desempenhar funções de natureza executiva de aplicação técnica, com base no conhecimento ou adaptação de métodos e processos, enquadrados em directivas bem definidas, nas áreas de secretariado e relações com o exterior, designadamente no secretariado dos órgãos de gestão da Faculdade.

4 — O local de trabalho situa-se na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, sendo o respectivo vencimento correspondente ao escalão a fixar de acordo com os arts. 17.º e 18.º do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, e legislação complementar.

5 — As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

6 — A este concurso aplicam-se os Decs.-Leis 498/88, de 30-12, e 248/85, de 15-7.

7 — Condições de candidatura:

7.1 — Requisitos gerais — satisfazer as condições previstas nos arts. 22.º e 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

7.2 — Requisitos especiais — possuir a categoria de técnico auxiliar de 1.ª classe de gestão com três anos de serviço na categoria e com classificação de serviço mínima de *Bom*.

8 — O método de selecção a utilizar será o de avaliação curricular.

8.1 — A avaliação curricular poderá ser complementada por entrevista profissional de selecção, quando tal se mostre necessário.

8.2 — Na avaliação curricular serão ponderados os seguintes factores:

- a) Habilidações académicas de base;
- b) Formação, qualificação e experiência na respectiva área profissional;
- c) Classificação de serviço.

9 — Apresentação das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento, dirigido ao presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, entregue pessoalmente na secretaria desta Faculdade, sita na Alameda do Prof. Hernâni Monteiro, 4200 Porto, ou remetida pelo correio, com aviso de recepção, para o mesmo endereço, do qual constem os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone, se o tiver);
- b) Habilidades literárias;
- c) Habilidades profissionais (especializações, estágios, seminários, acções de formação, etc.);
- d) Experiência profissional, com indicação das funções exercida até à data com mais interesse para o lugar a que se candidata e menção expressa da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço;
- e) Lugar a que se candidata;
- f) Quaisquer outros elementos que considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

9.2 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados de:

- a) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- b) *Curriculum vitae* detalhado;

c) Declaração dos serviços a que os candidatos se achem vinculados da qual constem, de maneira inequívoca, a existência e a natureza do vínculo à função pública, a designação funcional, a antiguidade na categoria que possuem e na função pública e a classificação de serviço respeitante ao número de anos exigidos como requisito especial de admissão ao concurso.

9.3 — Fica dispensada a apresentação dos documentos referidos nas al. a) e c) do n.º 9.2 do presente aviso aos funcionários e agentes da Faculdade de Medicina do Porto em que se verifique a existência dos dados nos respectivos processos individuais.

9.4 — Assiste ao júri a facultade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — De acordo com o n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, a lista dos candidatos, bem como a lista de classificação final, será afixada, quando for caso disso, na Secretaria desta Faculdade, sita na Alameda do Prof. Hernâni Monteiro, 4200 Porto.

12 — Em tudo o que não estiver previsto no resente aviso aplicam-se as regras constantes do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

13 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Doutor António Luís Tomé da Rocha Ribeiro, professor catedrático e presidente do conselho directivo.  
Vogais efectivos:

Doutor Amândio Gomes Sampaio Tavares, professor catedrático, que substituirá o presidente nas suas faltas e imponentes.

Licenciado Manuel Gaspar de Pinho Sobral Torres, secretário.

Vogais suplentes:

Doutor Alexandre Alberto Guerra de Sousa Pinto, professor catedrático.  
Maria da Glória Sousa Guerreiro, chefe de repartição.

9-12-91. — O Presidente do Conselho Directivo, *A. Tomé Ribeiro*.

### Faculdade de Medicina Dentária

Por despacho de 12-12-91 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Dentária, por delegação de competência do reitor da Universidade do Porto:

Doutor Fernando Jorge Moraes Branco, professor — concedida equiparação a bolseiro no período de 12 a 15-12-91.

12-12-91. — O Chefe de Repartição, *Anselmo Mendes Soares*.

### UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

#### Faculdade de Motricidade Humana

**Aviso.** — 1 — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *DR*, devidamente autorizado por despacho de 16-12-91 do presidente do conselho directivo, proferido por delegação de competência (despacho publicado no *DR*, 2.º, 44, de 22-2-91), se encontra aberto concurso interno geral de acesso para preenchimento de uma vaga de tesoureiro do quadro de pessoal da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, constante do mapa II anexo ao Dec.-Lei 153/88, de 29-4, rectificado no *DR*, 1.º, suplemento, de 30-6-88.

2 — Prazo de validade — o concurso é aberto para a vaga indicada e extingue-se com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional — compete ao tesoureiro coordenar os trabalhos da tesouraria, tendo a responsabilidade dos valores do caixa que lhe estão confiados, efectuando todo o movimento da liquidação de despesas, para o que procede a levantamentos, conferências, registos e pagamentos em cheque e ou numerário.

4 — Local de trabalho — Faculdade de Motricidade Humana, Estrada da Costa, Cruz Quebrada, 1499 Lisboa Codex.

5 — O vencimento é o previsto no mapa I anexo ao Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, conjugado com o disposto no Dec.-Lei 420/91, de 29-10, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

- 6 — São requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:
- Satisfazerem as condições estabelecidas nos arts. 22.º e 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12;
  - Serem primeiros-oficiais, bem como segundos-oficiais, com, pelo menos, três anos na categoria classificados de *Bom*.

7 — Os métodos de seleção a utilizar são os seguintes:

- Avaliação curricular (1.ª fase);
- Entrevista (2.ª fase), que terá por fim a determinação e a avaliação de elementos de natureza profissional relacionados com a qualificação e a experiência profissional dos candidatos, necessários ao exercício da função correspondente ao lugar a que se candidatam.

7.1 — A ordenação final dos concorrentes, pela aplicação dos referidos métodos de seleção, será expressa de 0 a 20 valores e efectuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(2 \times CS) + (2 \times HL) + (1,9 \times EP) + (0,1 \times FP) + (4 \times E)}{10}$$

em que:

*CF* = classificação final;  
*CS* = classificação de serviço;  
*HL* = habilitações literárias;  
*EP* = experiência profissional;  
*FP* = formação profissional complementar;  
*E* = entrevista.

7.1.1 — As designações *CS*, *HL*, *EP* e *FP* constituem os factores de ponderação da avaliação curricular.

7.2 — As regras a observar na valorização dos diversos elementos são as seguintes:

7.2.1 — Classificação de serviço — na classificação de serviço será considerada a média dos anos relevantes para o concurso, efectuando-se a correspondência dessa média para a escala de 0 a 20.

*Exemplo:* a classificação média de 9 corresponderá a 18 valores para o efeito de classificação deste factor, de acordo com a seguinte proporção:

$$\begin{array}{r} 10 - 20 \\ 9 - x \end{array}$$

#### 7.2.2 — Habilidades literárias:

Curso geral dos liceus ou equivalente — 19 pontos;  
 Habilidades de grau superior à anteriormente referida — 20 pontos;  
 Habilidades de grau inferior — 14 pontos.

7.2.3 — Experiência profissional — a determinação da experiência profissional será efectuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$EP = \frac{(a \times 0,5) + (b \times 0,4) + (c \times 0,3)}{3}$$

em que:

*a* = tempo de serviço na categoria que actualmente detém;  
*b* = tempo de serviço na carreira correspondente à categoria;  
*c* = tempo de serviço na função pública.

7.2.3.1 — A contagem do referido tempo de serviço será feita em anos completos (ano igual a 365 dias).

#### 7.2.4 — Formação profissional complementar:

Formação específica:

Cursos até uma semana — 1 ponto;  
 Cursos até um mês — 2 pontos;  
 Cursos de mais de um mês — 3 pontos;

Formação não específica:

Cursos até uma semana — 0,5 pontos;  
 Cursos até um mês — 1 ponto;  
 Cursos de mais de um mês — 2 pontos.

7.2.4.1 — Em caso algum este factor poderá exceder 20 pontos.  
 7.2.5 — Entrevista — este factor será pontuado numa escala em que os candidatos sejam agrupados em cinco níveis:

*Favorável preferencialmente* — 20 pontos;  
*Bastante favorável* — 16 pontos;  
*Favorável* — 12 pontos;  
*Favorável com reservas* — 8 pontos;  
*Não favorável* — 4 pontos.

7.2.6 — Os resultados obtidos em cada factor de ponderação serão sempre graduados de 0 a 20 pontos.

8 — O presente concurso rege-se pelas disposições legais previstas nos Decs.-Leis 248/85, de 15-7, 153/88, de 29-4, rectificado no suplemento ao DR, 1.º, 149, de 30-6-88, 498/88, de 30-12, 353-A/89, de 16-10, conjugado com o Dec.-Lei 420/91, de 29-10, e 427/89, de 7-12.

9 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente do conselho directivo da Faculdade de Motricidade Humana, e dele constarão os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data do nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
- Habilitações literárias;
- Habilitações profissionais (ações de formação e outras);
- Experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata, e menção expressa da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na actual categoria, na carreira correspondente à categoria e na função pública;
- Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

10 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;
- Declaração, emitida pelo serviço ou organismo, que comprove os requisitos a que se refere o n.º 6 do presente aviso;
- Certidão de habilitações literárias;
- Declaração, emitida pelo serviço ou organismo onde o concorrente prestar serviço, especificando inequivocamente os elementos a que alude a al. d) do n.º 9 do presente aviso;
- Fotocópias das fichas de notação das classificações de serviço obtidas em cada um dos últimos três anos, devidamente autenticadas pelo serviço ou organismo.

11 — As falsas declarações serão punidas por lei.

12 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a quaisquer candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

13 — Os candidatos que prestem serviço na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa ficam dispensados da apresentação dos documentos que já existam nos respectivos processos individuais.

14 — Envio das candidaturas — as candidaturas deverão ser entregues em mão na Secção de Pessoal da Repartição de Administração e Finanças da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, Estrada da Costa, Cruz Quebrada, 1499 Lisboa Codex, ou remetidas pelo correio com aviso de recepção.

15 — A composição do júri:

Presidente — Prof. Doutor Henrique Rodrigo Guerra de Melo Barreiros, presidente do conselho directivo da Faculdade de Motricidade Humana, que será substituído nas suas ausências e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

Vogais efectivos:

Licenciada Carminda dos Anjos Pequito Cardoso, secretária da Faculdade de Motricidade Humana.  
 Doutor Carlos Alberto Ferreira Neto, vice-presidente do conselho directivo da Faculdade de Motricidade Humana.

Vogais suplentes:

Licenciado Pedro Vitor Mil-Homens Ferreira Santos, assistente e membro do conselho directivo da Faculdade de Motricidade Humana.

Natália da Silva Brazuna Lobato, chefe de secção e membro do conselho directivo da Faculdade de Motricidade Humana.

18-12-91. — O Presidente do Conselho Directivo, *Henrique Rodrigo Guerra de Melo Barreiros*.

#### Instituto Superior Técnico

Por despacho do presidente do conselho científico de 6-12-91: Nomeados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de mestrado em Matemática Aplicada do Instituto Superior Técnico requeridas pelo licenciado Paulo Sérgio de Brito e Silva dos Anjos Lopes:

Presidente — Doutor António Francisco Ferreira dos Santos, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Vogais:

Doutor Frank-Olme Ewald Speck, professor catedrático convidado do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor António Manuel Reis de Bivar Weinholtz, professor associado da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Por despacho do presidente do conselho científico de 9-12-91:

Nomeados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de mestrado em Engenharia de Materiais do Instituto Superior Técnico requeridas pelo licenciado José António da Purificação Martins:

Presidente — Doutor Manuel Maria Barreira Amaral Fortes, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Vogais:

Doutor José Joaquim Costa Cruz Pinto, professor associado da Universidade do Minho.

Doutor António Gabriel Malagueta Feio, professor associado convidado do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Por despacho do presidente do conselho científico de 10-12-91:

Nomeados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de mestrado em Biotecnologia (Engenharia Bioquímica) do Instituto Superior Técnico requeridas pelo licenciado Jorge Humberto Gomes Leitão:

Presidente — Doutor Júlio Maggiolly Novais, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Vogais:

Doutora Isabel Maria de Sá Correia Leite de Almeida, professora associada do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor José Alexandre de Gusmão Rueff Tavares, professor associado da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.

16-12-91. — Pelo Presidente, (*Assinatura ilegível*.)

#### UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Por despacho de 4-10-91 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

Licenciada Maria João Rodrigues Ferreira — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente estagiária com efeitos a partir de 11 do mesmo mês. (Visto, TC, 21-11-91. São devidos emolumentos.)

Por despacho de 27-10-91 do Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Saúde:

Dr. Manuel Joaquim Teixeira — autorizada a requisição, por mais um ano, a partir de 7-12-91. (Não carece de anotação do TC.)

2-12-91. — O Reitor, *José Manuel Gaspar Torres Pereira*.

Por despacho de 3-12-91 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

Licenciado Luís Marques Barbosa — autorizada a rescisão do contrato do lugar de assistente desta Universidade com efeitos a partir de 28 do mês findo. (Não carece de anotação do TC.)

4-12-91. — O Reitor, *José Manuel Gaspar Torres Pereira*.

#### INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Por despachos de 30-10-91, do presidente da comissão instaladora do Instituto Politécnico da Guarda, proferidos por delegação:

Constantino Mendes Rei — autorizado o contrato administrativo de provimento para prestar serviço como equiparado a professor-adjunto na Escola Superior de Tecnologia e Gestão deste Instituto Politécnico com efeitos a partir de 1-11-91, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 296 200\$, actualizável nos termos do estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública.

José António Furtado Figueiredo Gomes — autorizado o contrato administrativo de provimento para prestar serviço como equiparado a professor-adjunto na Escola Superior de Tecnologia e Gestão deste Instituto Politécnico com efeitos a partir de 1-11-91, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 296 200\$, actualizável nos termos do estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública.

(Visto, TC, 6-12-91. São devidos emolumentos.)

11-12-91. — O Presidente da Comissão Instaladora, *João Bento Raimundo*.

**Aviso.** — 1 — Nos termos da al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Decreto-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que se encontra afixada num dos placards do átrio da Secretaria do Instituto Politécnico da Guarda, sita na Quinta do Zambito, Guarda, pelo prazo de 10 dias após publicação deste aviso no DR, a lista dos candidatos admitidos ao concurso interno geral para o preenchimento de duas vagas de chefe de repartição, cujo aviso de abertura foi publicado no DR, 2.º, 269, de 22-11-91.

2 — Em conformidade com o estipulado no decreto-lei referido, os candidatos serão avisados da publicação do presente aviso e da data da entrevista profissional de selecção.

16-12-91. — O Presidente do Júri, *Victor Manuel Lopes Simões*.

#### INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Por despacho de 30-10-91 do presidente da comissão instaladora do Instituto Politécnico de Santarém, proferido por subdelegação:

João Manuel de Carvalho Ramalho Ribeiro — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-coordenador a tempo parcial, 30%, em regime de acumulação, para a Escola Superior Agrária deste Instituto, pelo período de dois anos, renovável, com início em 29-11-91, por urgente conveniência de serviço, auferindo o vencimento mensal de 70 500\$. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

12-12-91. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

#### INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

José Augusto Santos Silva Amaral — autorizada a prestação de serviço de cooperante da prática pedagógica. (Isento de visto do TC.)

16-12-91. — O Presidente, *João Pedro de Barros*.

#### SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

##### Centro de Medicina de Reabilitação

**Aviso.** — Para conhecimento dos interessados se informa que a lista classificativa dos concorrentes ao concurso para encarregado de sector do sector de acção médica e do sector de tratamento de roupa do quadro de pessoal do Centro de Medicina de Reabilitação, aberto por aviso publicado no DR, 2.º, 57, de 9-3-91, se encontra afixada no Serviço de Pessoal do Centro.

10-12-91. — Pela Comissão de Gestão, o Presidente, *Victor M. S. de Jesus*.

#### CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

**Aviso.** — Para os devidos efeitos se comunica que, por despacho do presidente da Câmara, no uso da competência que lhe é conferida pelas al. a) e c) do art. 53.º do Decreto-Lei 100/84, de 29-3, na redacção dada pela Lei 18/91, de 12-6, foram admitidos, ao abrigo dos arts. 10.º do Decreto-Lei 184/89 e 7.º do Decreto-Lei 409/91, de 17-10, e do contrato colectivo de trabalho do ensino particular e cooperativo, para prestarem serviço na Escola de Música Municipal os docentes abaixo indicados:

Pedro Frederico Ramos de Moraes Cerveira — despacho de 30-9-91, nível 11, com início em 1-10-91.

Paulo Jorge Augusto Martins — por despacho de 30-9-91, nível 25, com início em 1-10-91.

**Aviso.** — Manuel António da Silva e Sá — por despacho de 31-10-91, nível 18, com início em 1-11-91.

(Isento de fiscalização do TC.)

26-11-91. — O Presidente da Câmara, *Antero Gaspar de Paiva Vieira*.

### CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

**Aviso.** — Torna-se público que, por despacho de 29-11-91 da vereadora do pessoal, Ermelinda Augusta de Faria Alves e Oliveira, com competência para o efeito ao abrigo do n.º 2 do art. 54.º do Dec.-Lei 100/84, de 29-3, a Câmara Municipal de Guimarães contratou, em regime de prestação de serviços, o arquitecto Paulo Manuel Fernandes Castelo Branco para prestar serviço no âmbito do Plano Director Municipal, serviços remunerados com a avença mensal de 162 900\$.

**Aviso.** — Torna-se público que, por despacho de 29-11-91 da vereadora do pessoal, Ermelinda Augusta de Faria Alves e Oliveira, com competência para o efeito ao abrigo do n.º 2 do art. 54.º do Dec.-Lei 100/84, de 29-3, a Câmara Municipal de Guimarães contratou, em regime de prestação de serviços, a técnica auxiliar de BAD Carla Maria Nogueira Ribeiro para prestar serviço no Arquivo Municipal, serviços estes remunerados com a avença mensal de 80 400\$.

**Aviso.** — Torna-se público que, por despacho de 29-11-91 da vereadora do pessoal, Ermelinda Augusta de Faria Alves e Oliveira, com competência para o efeito ao abrigo do n.º 2 do art. 54.º do Dec.-Lei 100/84, de 29-3, a Câmara Municipal de Guimarães contratou, em regime de prestação de serviços, o auxiliar de serviços gerais, para prestar serviço na Divisão de Ação Social e Cultural, Pedro Pereira Gomes, serviços estes remunerados com a avença mensal de 52 300\$.

(Isentos de visto do TC.)

11-12-91. — O Presidente da Câmara, *António Magalhães*.

### CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA

**Aviso.** — Para os devidos efeitos se torna público que, de acordo com o despacho do presidente de 1-10-91, foram celebrados contratos a prazo certo, ao abrigo do art. 44.º do Dec.-Lei 247/87, de 17-6, com os seguintes indivíduos:

Pelo período de um ano, com efeitos a partir de 4-10-91:

José Cordeiro da Silva Cesário, com funções equiparadas a operário qualificado (serralheiro).

Fernanda Maria Pereira Rolo, com funções equiparadas a técnica superior de 2.ª classe.

Ana Paula Ruas Ambrósio, com funções equiparadas a técnica superior estágiária.

Lassalete da Cruz Guerreiro, Maria Cristina Sousa Pereira Rodrigues e Zita Maria Rocha Cruz, com funções equiparadas a escriturária-dactilógrafa.

Pelo período de um ano, com efeitos a partir de 8-10-91:

Manuel de Almeida Marto, com funções equiparadas a operário não qualificado (cabouqueiro).

Pelo período de três meses, com efeitos a partir de 8-10-91:

Alfredo Balseiro Cordas e José António Quindera Miguel, com funções equiparadas a motorista de ligeiros.

(Visto, TC, 7-11-91. São devidos emolumentos.)

15-11-91. — O Presidente da Câmara, *Carlos Alberto Fernandes Pesinho*.

**Aviso.** — Para os devidos efeitos se torna público que, de acordo com o despacho do presidente de 1-10-91, foram celebrados contratos a prazo certo, por um período de um ano, ao abrigo do art. 44.º do Dec.-Lei 247/87, de 17-6, com os seguintes indivíduos:

Com efeitos a partir de 2-10-91:

Júlio Francisco Pedrico Setúbal, com funções equiparadas a operário não qualificado (porta-míras).

Com efeitos a partir de 4-10-91:

Lucília do Carmo Ferreira Bolotas e Maria da Conceição Monteiro Cardoso, com funções equiparadas a escriturária-dactilógrafa.

Luciano Roque Braço Forte, com funções equiparadas a operário qualificado (pintor).

Francisco Pedro Cabrita Gatinho e Manuel Margarido Dinis, com funções equiparadas a condutor de máquinas pesadas e veículos especiais.

Com efeitos a partir de 9-10-91:

Cristina Custódia dos Reis Rodrigues, com funções equiparadas a engenheiro técnico (técnico de 2.ª classe).

Com efeitos a partir de 11-10-91:

Edite Maria Monteiro de Almeida e Ana Maria Alves Serafim Ventura, com funções equiparadas a escriturária-dactilógrafa. Jacinto Augusto Dolores Vilhena e Raul do Carmo Dantas Chagas Gomes, com funções equiparadas a operário não qualificado (cabouqueiro).

(Visto, TC, 7-11-91. São devidos emolumentos.)

27-11-91. — O Presidente da Câmara, *Carlos Alberto Fernandes Pesinho*.

### CÂMARA MUNICIPAL DO SARDOAL

**Aviso.** — Para os devidos efeitos se torna público que, por deliberação da Câmara Municipal de 10-9-91, sob proposta da presidente do executivo, foi atribuída a menção de mérito excepcional ao funcionário Manuel Rodrigues, tesoureiro de 2.ª classe do quadro de pessoal desta autarquia, para os efeitos consignados na al. a) do art. 4º do art. 30.º do Dec.-Lei 184/89, de 2-6.

Para efeitos do n.º 6 do art. 30.º do referido diploma, os motivos para a atribuição da menção de mérito excepcional, foram os seguintes:

1 — Considerando que o funcionário em apreço possui 33 anos de serviço;

2 — Considerando que tem dado provas de moralidade, aptidão profissional, zelo, responsabilidade e cumprimento dos seus deveres;

3 — Considerando que é monitor da ATAM — Associação de Técnicos Administrativos Municipais e pertence à bolsa de formadores do CEFA — Centro de Estudos e Formação Autárquica nas áreas de Contabilidade e Contabilidade para Tesoureiros.

4 — Considerando que todas as classificações de serviço que lhe foram atribuídas são de *Muito bom*.

5 — Considerando que o funcionário possui os requisitos essenciais para ascender à categoria superior:

A atribuição de mérito excepcional ao referido funcionário, permitirá a redução do tempo de serviço para efeitos de promoção.

A Assembleia Municipal, em sessão ordinário de 11-10-91, ratificou a proposta.

9-12-91. — A Presidente da Câmara, *Maria Francelina dos Santos Chambel*.

### CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA

**Aviso.** — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art. 3.º do Dec.-Lei 146-C/80, de 22-5, torna-se público que esta Câmara Municipal contratou, nos termos do art. 44.º do Dec.-Lei 247/87, de 17-6, António Manuel de Sousa Duarte como técnico-adjunto de 2.ª classe, escalão 1, índice 175, pelo prazo de 12 meses, com início em 22-10-91. (Visto, TC, 25-11-91.)

**Aviso.** — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art. 3.º do Dec.-Lei 146-C/80, de 22-5, torna-se público que esta Câmara Municipal contratou, nos termos do art. 44.º do Dec.-Lei 247/87, de 17-6, Jorge Manuel Henriquez Santos e Luís Manuel Ferreira Cidade Pinelas como técnicos auxiliares de 2.ª classe, escalão 1, índice 160, pelo período de 12 meses, com início, respectivamente, em 3-11 e 23-10-91. (Visto, TC, 27-11-91.)

**Aviso.** — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art. 3.º do Dec.-Lei 146-C/80, de 22-5, torna-se público que esta Câmara Municipal contratou, nos termos do art. 44.º do Dec.-Lei 247/87, de 17-6, Carmen Dolores Mártires Marcelino como escriturária-dactilógrafa, escalão 1, índice 115, pelo período de três meses, com inicio em 22-8-91. (Visto, TC, 4-11-91.)

**Aviso.** — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art. 3.º do Dec.-Lei 146-C/80, de 22-5, torna-se público que esta Câmara Municipal contratou, nos termos do art. 44.º do Dec.-Lei 247/87, de

17-6, Maria Amália Rodrigues Flórido e Ana Maria dos Santos Martins como auxiliares de serviços gerais, escalão 1, índice 110, pelo período de 12 meses, com início em 22-10-91. (Visto, TC, 25-11-91.)  
(São devidos emolumentos.)

5-12-91. — O Presidente da Câmara, *Ezequiel Lino*.

**Aviso.** — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art. 3.º do Dec.-Lei 146-C/80, de 22-5, torna-se público que esta Câmara Municipal contratou, nos termos do art. 44.º do Dec.-Lei 247/87, de 17-6, Alda Maria Sousa Saloio Pinto como escriturária-dactilografa, escalão 1, índice 115, pelo período de seis meses, com início em 23-10-91. (Visto, TC, 29-11-91. São devidos emolumentos.)

6-12-91. — O Presidente da Câmara, *Ezequiel Lino*.

#### SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

**Aviso.** — *Alteração ao quadro de pessoal.* — Para os devidos efeitos se torna público que, em reunião de 13-12-91, deliberou a Assembleia Municipal de Setúbal aceitar a alteração ao quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Setúbal, publicado no DR, 2.ª, 56, de 8-3-91, nomeadamente no que concerne ao pessoal dirigente e de chefia, onde passam a existir as seguintes categorias e respectiva dotação:

Grupo de pessoal	Nível	Carreira	Categoria	Lugares
Dirigente e de chefia.	-	-	Director-delegado .....	1
			Director dos Serviços de Exploração.	1
			Chefe dos Serviços Administrativos.	1
			Chefe de divisão .....	4
			Chefe de repartição ...	4
			Chefe de secção .....	8

**Aviso.** — Para os devidos efeitos se torna público que, em reunião de 13-12-91, a Assembleia Municipal de Setúbal deliberou aceitar a alteração da estrutura orgânica dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Setúbal, publicada no DR, 2.ª, 266, de 19-11-91, nomeadamente no que concerne à secção III, arts. 5.º e 6.º, onde as referências aí constantes ao «chefe dos Serviços de Exploração» se consideram substituídas por «director dos Serviços de Exploração».

16-12-91. — O Presidente do Conselho de Administração, *João José Mota Ramos*.

#### JUNTAS DE FREGUESIA DE AJUDA, SALVADOR E SANTO ILDEFONSO, DE ALCÁÇOVA, DE ASSUNÇÃO E DE CAIA E SÃO PEDRO.

**Aviso.** — *Contrato de trabalho a prazo certo, nos termos dos arts. 44.º e 50.º do Dec.-Lei 247/87, de 17-6.* — Para os devidos efeitos se torna público que as Juntas de Freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso, de Alcáçova, de Assunção e de Caia e São Pedro, do concelho de Elvas, nas suas reuniões de 27, 24, 26 e 30-9-91, deliberaram, por unanimidade, admitir ao serviço destas Juntas de Freguesia, com contrato de trabalho a prazo certo, nos termos dos arts. 44.º e 50.º do Dec.-Lei 247/87, de 17-6, Leonor Luisa Godinho Rato, com a categoria de auxiliar administrativo, índice 110, 1.º escalão, com o vencimento ilíquido de 44 300\$. (Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10).

O referido contrato foi elaborado pelo período de um ano, com início em 1-12-91, tendo sido visado pelo TC em 27-11-91.

18-12-91. — O Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso, *João David Mateus Lopes*. — O Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçova, *Frutuoso Rosa Reis*. — O Presidente da Junta de Freguesia de Assunção, *Joaquim José Carvalho Barrinha*. — O Presidente da Junta de Freguesia de Caia e São Pedro, *António José Real da Costa*.



## DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9971

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 6\$; preço por linha de anúncio, 178\$.

2 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

**PREÇO DESTE NÚMERO 288\$00**